

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CAROLINE STUMPF BUAES

APRENDER A SER VIÚVA: EXPERIÊNCIAS DE MULHERES IDOSAS

NO MEIO RURAL

Porto Alegre

2005

CAROLINE STUMPF BUAES

**APRENDER A SER VIÚVA: EXPERIÊNCIAS DE MULHERES IDOSAS
NO MEIO RURAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Johannes Doll

Porto Alegre

2005

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

B917a Buaes, Caroline Stumpf

 Aprender a ser viúva : experiências de mulheres idosas no meio rural / Caroline Stumpf Buaes. – Porto Alegre : UFRGS, 2005.

 f.

 Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2005, Porto Alegre, BR-RS. Orientador: Johannes Doll.

 1. Mulher idosa – Educação – Meio rural – Rio Grande do Sul. 2. Envelhecimento – Viuvez – História de vida. I. Doll, Johannes. II. Título.

 CDU – 396.4-053.9(816.5-22)

Bibliotecária Maria Amazilia Penna de Moraes Ferlini – CRB 10/449

CAROLINE STUMPF BUAES

APRENDER A SER VIÚVA: EXPERIÊNCIAS DE MULHERES IDOSAS
NO MEIO RURAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em / / .

Prof. Dr. Johannes Doll (Orientador)

(Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Prof^a. Dr^a. Marlene Ribeiro

(Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Prof. Dr. Sergio Antonio Carlos

(Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Prof^a. Dr^a. Alda Britto da Motta

(Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia)

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Jorge e Maria Helena e à
Adriane, pelo apoio, carinho e incentivo em
todas as minhas escolhas.

AGRADECIMENTOS

Às mulheres entrevistadas que me apresentaram as suas histórias de vida, suas dores e suas alegrias e cujas participações tornaram possível a concretização desta pesquisa;

À coordenadora do DATI de Bela Vista pela acolhida no grupo e pelo precioso auxílio na busca dos primeiros contatos;

Ao professor Johannes Doll pela orientação nos momentos de incerteza e incentivo às minhas descobertas;

Aos professores Sergio Antonio Carlos, Marlene Ribeiro e Cornélia Eckert pelas valiosas contribuições na defesa do projeto desta pesquisa;

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo auxílio financeiro através da concessão de uma Bolsa de Mestrado durante a realização do curso;

Às amigas Anne Ramos e Maira Rozenfeld pela escuta nos momentos difíceis e amizade motivadora ao longo do processo de construção desta dissertação;

Ao Joel, pelo carinho e incentivo nos momentos em que a minha ausência foi necessária;

Aos amigos e familiares que participaram de diferentes maneiras nesta trajetória e me presentearam com o seu afeto.

RESUMO

A presente dissertação visa compreender como a mulher idosa constrói a sua experiência de ser viúva no meio rural. Mulheres idosas constituem hoje um segmento da sociedade que vem adquirindo mais visibilidade em função da maior longevidade feminina. Uma característica marcante deste grupo, que influencia as diferentes maneiras de viver a velhice, é o alto índice de viúvas. A perda do parceiro representa um forte impacto e desafia as mulheres a aprenderem a ser viúvas, o que exige um grande esforço de adaptação tanto em termos práticos, como de identidade. Esta circunstância pode ser compreendida como um processo educativo informal, mediado pelos discursos culturais presentes no contexto em que as viúvas vivem. Desta maneira, o contexto rural apresenta características particulares para a aprendizagem de ser viúva idosa. As teorias específicas sobre o luto e perda trazem outras contribuições importantes para a compreensão deste processo. Uma revisão histórica da imagem da viuvez aponta para diferentes conotações, como a “viúva alegre”, a “viúva pobre” e a “viúva boa” (CAVALLO E WARNER,1999). A presente pesquisa analisa o processo de aprendizagem da viuvez através de um estudo qualitativo de caráter etnográfico realizado no distrito rural de Bela Vista, pertencente ao município de Passo Fundo situado no Planalto Médio do estado do Rio Grande do Sul. A coleta dos dados foi realizada através de entrevistas acerca da história de vida de nove mulheres viúvas, com idades entre 51 e 94 anos, e observações efetuadas na comunidade, principalmente nos encontros do grupo de idosos – DATI. Os dados foram analisados através da construção de categorias analíticas conforme a proposta de Minayo (1998). A partir dos resultados é possível observar que a mulher aprende a ser viúva no meio rural a partir do posicionamento que assume frente ao conflito entre discursos antigos, que aparecem marcados pela cultura dos imigrantes, e discursos novos que assinalam as mudanças no meio de produção rural e o surgimento do discurso científico gerontológico.

Palavras-chave: meio rural – envelhecimento – viuvez – educação – mulher.

ABSTRACT

The present dissertation aims at understanding how the elderly woman builds her experience of being a widow in a rural environment. The elderly women are currently a segment in the society, which are acquiring more visibility due to the increasing female longevity. A remarkable characteristic of this group, which influences the different ways of living the old age, is the high level of widows. The loss of the partner represents a strong impact and challenges women to learn how to be a widow. This fact requires a great effort of adaptation in both practical and identity terms. This circumstance can be understood as an informal educational process, mediated by the cultural speeches presented in the context where the widows live. Thus, the rural environment presents singular characteristics for the learning of being an elderly widow. The specific theories about mourning and loss bring other relevant contributions for the understanding of this process. An historical revision of the widowhood image points to different connotations such as “the happy widow”, “the poor widow” and “the good widow” (Cavallo and Warner, 1999). The present research analyses the process of learning the widowhood through a qualitative study of ethnographic type. This study took place in the rural district of Bela Vista, which belongs to the city of Passo Fundo, located in the region of Planalto Médio in the State of Rio Grande do Sul. The data collection was carried out through interviews about the life story of nine widows (ages from 51 to 94 years old) as well as observations of the community, mainly in the elderly group meetings – DATI. The data were analyzed through the construction of analytical categories according to Minayo (1998). From the results it is possible to observe that the woman learns how to be a widow in the rural environment due to the position that she assumes when she faces conflicts between old speeches, which are presented in the immigrants culture and new speeches, which highlight the changes in the rural production environment and the arising of the scientific speech about gerontology.

Key words: rural environment – aging – widowhood – education – woman.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1 APRENDENDO A SER, A SENTIR, A VIVER	14
2 SOBRE A VIUVEZ	24
2.1 Questões históricas	25
2.2 As pesquisas	28
3 SOBRE O MEIO RURAL	42
3.1 Pesquisas sobre o envelhecimento no meio rural do Rio Grande do Sul	42
3.2 Um pouco de história	45
3.3 Mudanças no processo de produção do meio rural	48
3.4 Ser mulher no meio rural	51
4 MÉTODO	55
4.1 Considerações sobre o método da pesquisa	55
4.2 Delimitação da população da pesquisa	57
4.2.1 O universo pesquisado e os primeiros contatos	58
4.3 Coleta do dados	59
4.4 Análise dos dados	60
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	62
5.1 As viúvas	67
5.2 Quadro de características das viúvas e falecimento dos esposos	80
5.3 As categorias analíticas	81
5.3.1 A dor de ficar só	82
5.3.2 Os laços com o esposo falecido: “uma presença continuada”	89
5.3.3 As mudanças no ser mulher no meio rural	93
5.3.4 As relações conjugais	98
5.3.5 O espaço público das mulheres	104
5.3.6 E os novos relacionamentos?	112

5.3.7 As relações familiares	121
5.3.8 “Aprender a ir ao banco”	125
CONSIDERAÇÕES	128
REFERÊNCIAS	132
ANEXOS	141

INTRODUÇÃO

Perder o(a) parceiro(a) é uma das experiências de maior sofrimento que o ser humano pode enfrentar, e a adaptação à vida sem o ente querido é uma tarefa, muitas vezes, bastante difícil e complexa para o sobrevivente. Este construirá a sua experiência de viúvo(a) de acordo com os significados atribuídos a este evento no contexto em que se está inserido. O presente trabalho visa compreender como a mulher idosa aprende a ser viúva no meio rural.

A viuvez pode acontecer em qualquer etapa da vida, no entanto, na velhice esta é mais presente. Sabe-se que neste momento da vida, o indivíduo está mais propenso a vivenciar eventos de perdas, no entanto, as mais significativas são as de pessoas queridas. No Brasil, conforme demonstram dados do IBGE (2000) a experiência da viuvez é vivenciada com mais frequência por mulheres do que por homens. No ano 2000, havia 1 149 157 homens viúvos e 5 082 116 mulheres. Assim, constata-se uma proporção de quase cinco mulheres viúvas para um homem viúvo. Essa situação deve-se ao fato que as mulheres além de, usualmente, se casarem mais jovens que seus esposos, possuem uma maior longevidade e, na maioria das vezes, não voltam a contrair núpcias.

Historicamente a viuvez é um tema associado, principalmente, a uma condição feminina. Atualmente, em função da maior longevidade da mulher, de fato, a viuvez é uma situação mais presente no universo feminino. Contudo, mesmo em momentos da história em que a expectativa de vida dos homens era maior do que a das mulheres, e os índices de mortalidade destas eram altos, principalmente em função de mortes durante o parto, o peso social da viuvez pendia para o lado dessas (BRITTO DA MOTTA, 2002-a).

Uma mulher sozinha representou, especialmente em comunidades paternalistas, um problema para a sociedade. Nesse sentido, havia sociedades que achavam mais conveniente mandar a viúva para “*um outro mundo*” com seu marido. Dessa forma, o ritual do suicídio foi difundido, aparecendo na Ásia e África, América e Austrália. Há rastros dessa prática também na Europa. (PARKES, 1996) Os homens, em contrapartida sempre foram, mais facilmente, encorajados pela sociedade a casar-se novamente após a viuvez (SALGADO, 2000).

A viuvez pode gerar alterações na saúde física e mental e nas relações familiares e sociais do cônjuge sobrevivente. Este pode vivenciar um momento de grande sofrimento e fragilidade, pois além de experienciar uma perda irreversível, a pessoa depara-se com a sua própria finitude. Mas, como toda a situação de crise, a viuvez provoca mudanças na vida do sobrevivente e traz consigo possibilidades de desenvolvimento. Os significados que a cultura atribui a essa nova realidade influenciam na maneira que o enlutado irá vivenciar a sua adaptação à vida sem o cônjuge falecido.

Na sociedade atual percebe-se a desconstrução de muitas “*verdades*” e produção de novos discursos sobre a realidade, principalmente acerca de categorias como idade, gênero, classe, dentre outras. Nossas identidades são construídas, cada vez mais, na arena de conflito

entre diferentes discursos. No caso da viuvez feminina, não poderia ser diferente, pois a mulher, ao construir sua experiência de viúva, se depara com diferentes discursos com os quais pode se identificar. Assim, os novos saberes produzidos acerca da velhice também podem influenciar a vivência da viuvez pela mulher idosa.

Partindo-se de concepções de que a educação não está restrita ao ambiente escolar, mas que é um processo muito amplo que acontece ao longo da vida, entende-se que o sujeito adquire novos conhecimentos e constrói suas identidades na relação com os outros e através dos significados que a cultura onde ele vive atribui à realidade.

Compreende-se que o desenvolvimento é um processo que se inicia com o nascimento e prossegue ao longo do tempo e durante o envelhecimento, findando-se com a morte do ser humano. Ao longo de sua biografia, a vida cotidiana apresenta-se para o sujeito como uma realidade interpretável e dotada de sentido. O sujeito, dessa forma, constrói suas experiências de vida de acordo com os significados que a realidade oferece para as suas ações, condutas e valores.

Toda a existência do sujeito é ordenada pelo tempo, que durante a realidade diária se configura de forma contínua e finita. A estrutura temporal da vida também exerce uma coerção no ser humano, pois existem seqüências pré-determinadas no percurso da vida que devem ser seguidas (BERGER; LUCKMAN, 2004). Dessa forma, entende-se que existem datas, que podem variar de acordo com o contexto cultural, que organizam nossa trajetória de vida. Nesse sentido, há uma orientação que pré-determina alguns eventos da vida cotidiana como, por exemplo, a idade esperada para entrar e sair da escola, para começar e parar de trabalhar, a idade para se casar, etc.

Esta estrutura temporal da existência, ao criar expectativas de comportamentos, mostra as possibilidades de como o sujeito ser, de acordo com o momento de vida que está experienciando. Aprendemos, dessa forma, a ser crianças, jovens, adultos, velhos a partir dos discursos acerca destas etapas da vida. Especificamente sobre a velhice, nas últimas décadas, assistimos ao surgimento de discursos sobre a última etapa da vida em função da maior visibilidade que o processo de envelhecimento vem adquirindo. Observa-se que essa “descoberta da velhice” (GROISMAN, 2002) está vinculada às discussões provocadas pelos dados demográficos que evidenciam o crescimento da população idosa mundialmente e transformam, dessa forma, o envelhecimento em um problema social (DEBERT, 1999-a).

Também aprendemos a desempenhar novos papéis através das situações do dia-a-dia, bem como por meio dos eventos críticos e inesperados que acontecem ao longo de nossas vidas. Nós interpretamos esses fatos de acordo com as possibilidades oferecidas pelo contexto cultural em que estamos inseridos. Assim, aprendemos a lidar e a dar sentido às novas situações de nossas vidas. Dentre os acontecimentos mais críticos que podemos vivenciar e que geram mudanças em nossas vidas, pode-se citar a situação da viuvez.

Observa-se um aumento de estudos acerca do envelhecimento humano, visto a necessidade de pesquisar sobre esse fenômeno crescente em todo o mundo. Porém, estes estão muito mais concentrados no contexto urbano. Sabe-se que a população camponesa vem diminuindo em todo o mundo, mas o fato do número da população urbana superar a população rural não significa que os modos de vida do meio rural não tenham relevância em estudos científicos. Pelo contrário, os estudos atuais sobre o contexto rural do Brasil e do Rio Grande do Sul revelam a ocorrência de muitas mudanças, principalmente no que tange a modernização do modo de produção agrícola. Assim, pensar sobre esses reflexos nos modos

de vida e valores das pessoas que vivem nesse “novo rural”, que em alguns aspectos está se assemelhando ao contexto urbano, mas que possui sua lógica específica e diferente do modelo hegemônico de vida urbana, é uma tarefa importante e compromissada com a produção do conhecimento.

Nesse sentido, o presente estudo tem a seguinte questão norteadora: Como a mulher idosa constrói a sua experiência de viuvez no meio rural? Esta questão principal pode ser subdividida nos seguintes objetivos:

- a) Verificar como é a adaptação da mulher após a perda do marido.
- b) Analisar como o meio rural e as mudanças influenciam na vivência da viuvez.
- c) Compreender como elementos novos no meio rural, como o grupo de terceira idade - DATI, introduzem novos discursos sobre a viuvez e como estes se fazem presentes nas vidas das mulheres

A pesquisa foi realizada no distrito de Bela Vista, pertencente ao município de Passo Fundo que está localizado na região do Planalto Médio do estado do Rio Grande do Sul. Esta é uma região do estado produtora de grãos e que vem se transformando à medida que a agricultura está se expandindo e se modernizando, mas que ainda preserva elementos de tradição cultural. Além das mudanças no processo produtivo, observa-se que outros elementos também estão alterando alguns aspectos dos modos de vida dos moradores de Bela Vista. Dentre eles destaca-se o grupo da terceira idade.

O capítulo inicial desta dissertação abordará questões da educação enquanto um processo presente em toda a existência humana. Além disso, apresentará reflexões acerca dos

vínculos entre educação e cultura, como um processo dialético em que o homem é o sujeito da educação no momento em que faz e produz a cultura e também é constituído por esta. Dessa forma, é possível compreender que a mulher aprende a ser velha e viúva de acordo com o contexto em que está inserida.

No segundo capítulo, serão contemplados aspectos históricos das construções teóricas sobre perda e viuvez. Observa-se, assim, que as teorias também predizem comportamentos adequados e esperados da parte de uma pessoa enlutada. O discurso científico, dessa forma, também pode influenciar a construção que a mulher realiza da sua experiência como viúva.

O terceiro capítulo tratará das mudanças no contexto rural gaúcho e dos seus reflexos nos modos de vida do campo. Percebe-se que elementos de transformação, como a modernização e os novos discursos sobre o envelhecimento estão alterando as possibilidades de ser velha no meio rural e, também, de se viver de forma diferente a viuvez.

O quarto capítulo apresenta os aspectos metodológicos deste estudo, narrando desde a trajetória da pesquisadora em campo, os instrumentos utilizados para a coleta de dados até a proposta de análise.

O capítulo seguinte apresenta a análise e discussão dos dados. Inicialmente, as histórias de vida das viúvas serão narradas. Em seguida, partir-se-á para a discussão das categorias da pesquisa. E por fim, serão tecidas algumas considerações finais acerca do estudo.

1 APRENDENDO A SER, A SENTIR, A VIVER ...

Este capítulo apresenta uma reflexão a respeito do aprender, entendendo este como um processo contínuo e não limitado à idade e nem à aquisição de conhecimentos em espaços formais de educação. A aprendizagem está relacionada, nesta perspectiva, não apenas à integração de novas informações e conhecimentos pelo sujeito, mas também à incorporação de diversas formas de como se pode ser sujeito de acordo com os significados produzidos em um determinado contexto.

Aprendemos através de um processo constante de socialização, isto é, de interiorização do mundo social que nos é apresentado. Inicialmente, a criança vivencia socialização primária, processo em que incorpora a realidade de seus pais como sendo o único mundo concebível e existente. Contudo, ao longo dos anos vamos aprendendo novas situações de vida e novas formas de ser, através do processo de socialização secundária, integrando estes elementos para uma visão coerente e dotada de sentido do mundo. E, este sentido é atribuído pela cultura do contexto em que estamos inseridos (BERGER; LUCKMAN, 2004).

Nesse sentido, podemos dizer que, ao longo de nossas vidas, existem situações em que assumimos novas funções que são aprendidas por nós. Por exemplo, quando um casal tem filhos, os sujeitos adotam certas posições e assumem papéis que são modelos de comportamentos esperados para pais e mães. A estes modelos são atribuídos significados através dos diversos discursos culturais, com os quais o sujeito pode ou não se identificar. Ou seja, os discursos não determinam as práticas, contudo, sugerem possibilidades de interpretação destas por parte do sujeito. Larrosa (1994), reforça que a cultura deve transmitir

um certo repertório de modos de experiência de si, sendo que todo o membro deve aprender a ser pessoa, em alguma das modalidades incluídas nesse repertório.

Dessa forma, compreende-se que a cultura consiste em estruturas de significados socialmente estabelecidos, nos termos das quais as pessoas fazem certas coisas. “Como sistema entrelaçado de símbolos interpretáveis, a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos, ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade” (GEERTZ, 1978, p.24).

Portanto, a cultura ao conceder significados aos objetos do mundo, aos valores e às posturas, vai criando expectativas e ensinando comportamentos aos sujeitos e produzindo, assim, as diferentes formas de ser. De acordo com Giroux (1995) a questão da pedagogia está relacionada, cada vez mais, a discussões culturais. Hoje, é possível pensar em uma gama de lugares de aprendizagem tais como a mídia, a cultura popular, o cinema, a publicidade, as comunicações de massa e as organizações religiosas, entre outras. Dessa forma, amplia-se a compreensão do pedagógico e a escola deixa de ser o único local da aprendizagem. Silvestre (2003) aponta para o fato de que a escola

não é a única detentora do saber nem a única fonte legítima de aprendizagem; não é o depósito exclusivo do conhecimento, o local onde se preparam as pessoas-cidadãos para a vida; não responde às necessidades do indivíduo; sente crescentes dificuldades em responder a uma procura cada vez mais urgente e diversificada (p. 51).

Para diferenciar, então, os diferentes espaços educacionais, Silvestre (2003) utiliza os conceitos de educação formal, não formal e informal. Assim, educação escolar refere-se a educação formal e a educação não escolar diz respeito à educação não formal e à educação

informal. Apesar destes conceitos não possuírem uma delimitação rígida e clara, pode se dizer que:

a educação formal se caracteriza por uma organização curricular, seqüencial e sistemática que certifica saberes, sendo que os certificados passam a constituir um patrimônio pessoal; a educação não formal embora obedeça também a uma estrutura, a uma organização e possa levar a uma certificação, diverge da educação formal no que respeita à fixação de tempos e de locais de aprendizagem; a educação informal, conceito tomado como base fundamental do presente trabalho, abrange todas as possibilidades educativas no curso da vida de cada indivíduo, consistindo um processo dinâmico, móvel, permanente e não organizado. As aprendizagens, nesse sentido, ocorrem a partir de experiências de vida, nas relações de amizade, de rua, de classes sociais, de grupos, privilegiando os objetivos do estar na vida (SILVESTRE, 2003, p.54-55).

Assim, entende-se que a adaptação às situações de crise que provocam mudanças na vida das pessoas podem ser encardas como um processo educativo informal. Por exemplo, a mulher que perde seu cônjuge aprende a ser viúva no meio cultural em que vive e através dos diferentes discursos que atribuem sentido a viuvez. Nesse sentido, é importante pensar nos discursos culturais que buscam legitimar-se como verdades, naturalizando aquilo que é produzido através de representações que instituem significados e que, dessa forma, ensinam as pessoas a serem e a tornarem-se sujeitos. Segundo Hall (1997, p.50), "o discurso é um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto as concepções que temos de nós mesmos".

Desta forma, os discursos prescrevem comportamentos que a pessoa deve ter, avaliam o que uma pessoa faz e sugerem, assim, as verdades acerca da realidade que devemos interiorizar e através delas guiar nosso olhar sobre o mundo. Contudo, os discursos podem entrar em conflito, principalmente no mundo contemporâneo, em que velhas certezas opõem-se à produção de novas formas de posicionamento.

Nas situações da vida cotidiana podemos nos sentir, segundo Woodward (2000) como sendo a mesma pessoa. Entretanto, nós somos posicionados e nos posicionamos pelas diferentes expectativas e restrições sociais envolvidas em cada um dos diferentes espaços sociais em que atuamos. Então, podemos dizer que a complexidade da vida moderna exige que assumamos diferentes identidades. Mas essas podem estar em conflito, pois aquilo que é exigido por uma identidade pode interferir nas exigências de uma outra.

Portanto, a identidade emerge segundo Hall (1997) “do diálogo entre os conceitos e definições que são representadas para nós pelos discursos de uma cultura e pelo nosso desejo (consciente ou inconsciente) de responder aos apelos feitos por estes significados” (p. 26). Assim, os discursos moldam a nossa identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar entre as várias identidades possíveis. Dessa forma, os discursos nos constituem, mas nós podemos nos posicionar frente a eles. E, nesse sentido, podemos afirmar que aprender é, também, saber lidar como esses vários e diferentes fios – os discursos que mostram as várias formas possíveis de ser, de sentir, de viver – que estão entrelaçados e compõem a grande rede de significações que constitui a cultura de um contexto. E é nessa arena de produção de significados que as identidades vão se constituindo.

Brandão (1996), reforça a idéia de que “a cultura é o contexto da trama de significados que tornam viáveis condutas que resultam em transações sociais e simbólicas e que, ao mesmo tempo, tornam transparentes para seus sujeitos a ordem e o sentido da sua conduta [...]” (p. 56). Contudo, é importante enfatizar que o sujeito assume o papel ativo de suas aprendizagens, pois é ele que incorpora, interpreta e, assim, pode recriar padrões de comportamento.

Dessa forma, é possível pensar que nossas ações vão sendo cristalizadas de acordo com o conjunto de normas estabelecidas pela cultura como aquilo que é correto e que dá significado às nossas ações, ou seja, de acordo com o conceito de habitus formulado por Pierre Bourdieu. Bourdieu (1990) entende que

o habitus como sistema de disposições para a prática, é um fundamento de condutas regulares, logo, da regularidade das condutas, e, se é possível prever as práticas, é porque o habitus faz com que os agentes que o possuem comportem-se de uma determinada maneira em determinadas circunstâncias. Dito isto, esta tendência de agir de maneira regular [...] não se origina numa regra ou numa lei explícita. É por isso que as condutas geradas pelo habitus não têm a bela regularidade das condutas deduzidas de um princípio legislativo: o habitus está intimamente ligado com o fluido e o vago (p. 98).

Foi a idéia de que ao lado de uma norma explícita, de um cálculo racional existem outros princípios geradores de práticas que originou a noção de habitus. Na maior parte das condutas cotidianas somos conduzidos por esquemas práticos, isto é, princípios de julgamento, de análise, de percepção, de compreensão que impõem ordem na ação os quais foram constituídos ao longo do tempo e que nos permitem agir com naturalidade e de maneira adequada em um certo contexto social. Dessa forma, compreende-se que para pessoas de um mesmo grupo e que compartilham de um mesmo habitus, “logo espontaneamente orquestradas, tudo é evidente, mesmo os conflitos: elas se compreendem com meias palavras, etc. Mas com habitus diferentes surge a possibilidade do acidente, da colisão, do conflito” (BOURDIEU, 1990, p. 101).

O surgimento do habitus de um grupo acontece ao longo do tempo e está relacionado a um componente histórico. Bourdieu (2002) refere a existência da história no seu estado objetivado, ou seja, a história que está enraizada nas coisas, nos edifícios, nos livros, nas teorias, etc., e a história incorporada que se tornou habitus. Como exemplo, o autor cita que “aquele que tira o chapéu para cumprimentar reativa, sem saber, um sinal convencional

herdado na Idade Média [...]. Esta atualização da história é consequência do habitus, produto de uma aquisição histórica que permite a apropriação do adquirido histórico” (p. 82-83).

Assim, é possível aprender a ser conforme o habitus dos diferentes campos (grupos, comunidade, família, escola, etc.) em que o sujeito está inserido. No que tange à idade, podemos aprender diferentes formas de ser velho(a) nos diferentes grupos ou segmentos sociais, pois o “habitus é o princípio gerador de respostas mais ou menos adaptadas às exigências de um campo” (BOURDIEU, 1990, p. 132). Então, é possível pensar nas práticas culturais como constituidoras de identidades, que nos ensinam a ocupar determinadas posições de sujeito e a nos identificarmos com determinados discursos, tomando-os como verdades (BERNARDES; HOENISCH, 2003).

Ao longo da trajetória de vida aprendemos as posturas adequadas às diversas situações da vida cotidiana. Com o passar do tempo, vamos aprendendo a ser crianças, jovens, adultos e velhos de acordo com as possibilidades oferecidas pelo contexto histórico e cultural em que estamos inseridos. Assim, podemos pensar que a cronologização do ciclo de vida marca segregações entre as etapas, definindo idades para marcar a passagem de uma para outra e comportamentos esperados para cada período da vida. Desta forma, quando completamos um certo número de anos, nós somos captados por algumas imagens e certas práticas sociais. A idade que julgamos ter não é nossa, mas acabamos nos apropriando de uma idade já construída, de uma idade que é do outro e que nos define socialmente (LLORET, 1998).

Os discursos sobre as idades da vida buscam normatizar comportamentos esperados pela sociedade e naturalizar conceitos, tornando-os verdades. Os sujeitos acabam sendo constituídos pelos discursos que produzem valores, atitudes e condutas adequadas e

“*normais*” para cada idade. Por outro lado, o sujeito possui uma certa escolha com quais discursos se identificar, de acordo com o seu *habitus* e assim vai realizando suas aprendizagens ao longo de sua trajetória de vida.

Assim, os sentidos das idades cronológicas vão nos constituindo enquanto sujeitos. Dessa forma, segundo Debert (1998), a institucionalização do curso de vida não significou apenas a regulamentação das etapas seqüenciais da vida, mas também a construção de perspectivas e projetos de vida, por meio dos quais os indivíduos se orientam e planejam suas ações, individual e coletivamente.

Para Lins de Barros (2004), elegeu-se a juventude como idade padrão da sociedade contemporânea. É com os olhos da juventude que se percebe a velhice, e por isso, esta é vista como declínio. Em relação às representações negativas da velhice como um processo contínuo de perdas, Debert (1997) destaca que apesar destas terem sido responsáveis pela criação de uma série de estereótipos, também foram elementos responsáveis para a legitimação de uma série de direitos sociais para este segmento, como por exemplo, a universalização da aposentadoria.

A tendência das sociedades contemporâneas é a substituição da representação da velhice como um processo de perdas e declínios e a atribuição de novos significados para a etapa final da vida. A idéia é que as experiências e saberes acumulados durante a vida proporcionem a possibilidade dos mais velhos vivenciarem momentos prazerosos no seu tempo livre, realizar projetos adiados em outras etapas e estabelecerem novas relações intergeracionais. Segundo Debert (1997), são essas imagens de envelhecimento que

acompanham a construção social da terceira idade e redefinem o modo de construção das identidades. Portanto, essas novas imagens também ensinam os sujeitos a serem velhos hoje.

Surge na década de 1960, na França, um novo vocabulário para designar uma velhice não mais associada à decadência. Com a criação do termo terceira idade como “sinônimo de envelhecimento ativo e independente esta converte-se em uma nova etapa da vida, em que a ociosidade simboliza a prática de novas atividades sob o signo do dinamismo” (PEIXOTO, 1998, p. 76). De acordo com Palma (2000) este país possuía tradição em experiências de educação de adultos e já na década de 1960 criou universidades abertas para preencher o tempo livre e tirar do isolamento a população que estava tornando-se cada vez mais longeva. Em 1973 foi criada a primeira Université du Troisième Age (UTA).

O movimento das universidades da terceira idade espalhou-se rapidamente pelo mundo e no ano de 1982 surgem os trabalhos iniciados por duas instituições universitárias brasileiras, a Universidade Federal de Santa Catarina cria o Núcleo de Estudos da Terceira Idade e a Universidade de Santa Maria inicia outro programa chamado de Núcleo Integrado de Estudos e Apoio a Terceira Idade. Contudo, Palma (2000) refere que no Brasil as primeiras iniciativas interessadas em promover uma velhice bem-sucedida datam da década de 1960, destacando-se o trabalho do Serviço Social do Comércio (SESC) e outros programas como o da Legião Brasileira da Assistência (LBA).

Peixoto (1998) destaca ainda que o surgimento da terceira idade representou um outro recorte nas faixas de idade. Dessa forma, surge na nomenclatura francesa o termo quarta idade, que passa a ser utilizado para distinguir os jovens idosos dos idosos velhos, denominação nova que classifica as pessoas com mais de 75 anos. Assim, enquanto o

conceito terceira idade representa a possibilidade de viver o envelhecimento ativo e dinâmico, aproxima os representantes da quarta idade da imagem tradicional do envelhecimento associado às perdas próprias desta etapa da vida.

Em relação à construção de novas realidades sociais, como as observadas em relação à velhice, segundo Bourdieu (1990) as lutas simbólicas acerca da percepção do mundo social podem adquirir uma forma objetiva ou subjetiva.

Do lado objetivo pode-se agir através de ações de representação destinadas a mostrar e fazer valer novas realidades, como por exemplo as manifestações que têm por objetivo tornar notório um grupo, sua força, fazê-lo existir. [...] Do lado subjetivo pode-se agir tentando mudar as categorias de percepção e apreciação do mundo social, os sistemas de classificação, isto é, as palavras, os nomes que constroem a realidade social tanto quanto a exprimem, constituem o alvo por excelência da luta política (p. 162).

Dessa forma, podemos pensar que a construção social de novas etapas da vida, como no caso da segmentação da velhice, se dá através da criação de novos significados acerca de uma realidade. É possível compreender, de acordo com Bourdieu (1990), que esse processo ocorre através de ações objetivas como a constituição de grupos de idosos, os quais conferem a este segmento maior visibilidade, e de ações subjetivas através da criação de novos conceitos, como terceira e quarta idade, para significar a velhice. Assim, as produções de discursos acerca de uma certa idade e de como podem (e devem) se comportar os sujeitos pertencentes a um segmento etário, determinam as escolhas dos sujeitos que devem identificar-se com algum dos significados oferecidos.

Portanto, reforçamos que se interpreta a vida cotidiana de acordo com os significados culturais a ela associados. Nesse sentido, é possível afirmar que o sujeito aprende a ser, por exemplo, velho de acordo com os discursos existentes e vigentes sobre a velhice. Da mesma

forma, se pensa a questão da viuvez. Então, destaca-se que, para a compreensão das possibilidades de cada sujeito construir suas experiências e aprender a ser, é preciso considerar os diversos aspectos da realidade social e cultural em que este está inserido, bem como os discursos que atribuem significados a esta realidade.

2 SOBRE A VIUVEZ

A preocupação com a questão da viuvez não é recente em nossa história. Observa-se que a figura da viúva está presente na literatura desde a Bíblia, passando por estudos que retratam esta condição na Idade Média e Moderna até os dias de hoje. Em relação às pesquisas sobre os impactos da perda de pessoas queridas na vida do sobrevivente, sabe-se que os estudos de Freud representam um marco importante. A partir de suas proposições, ao longo do último século outras perspectivas teóricas foram sendo construídas para proporcionar a compreensão dos processos de adaptação à perda. Assim, os discursos científicos, ao longo do tempo, produziram certos modelos que foram, de certa forma, normatizando comportamentos esperados para quem sofre a perda de um ente querido.

Mais recentemente, observa-se o surgimento de perspectivas, que refletem as tendências do pensamento contemporâneo, destacando a importância de considerarmos a diversidade de padrões culturais na compreensão da adaptação à perda. Dessa forma, constroem-se entendimentos que se distanciam e se contrapõem às primeiras proposições acerca do processo de luto, principalmente no que toca à percepção da manutenção dos vínculos com a pessoa perdida como um evento de adaptação e não-patológico.

Este capítulo apresenta um apanhado histórico das perspectivas teóricas acerca da adaptação à perda, buscando mostrar as diferentes “*verdades*” que foram sendo construídas desde o século XIX acerca desta temática. É preciso considerar pois, que o desenvolvimento das diferentes perspectivas teóricas também podem auxiliar no entendimento de como as pessoas constroem as suas experiências de luto, já que acreditamos que as produções de saberes não são neutras, mas que além de revelarem pensamentos vigentes em uma época

também podem influenciar na constituição de normas adequadas de reagir diante da perda de alguém e na avaliação da situação, demarcando patologia e normalidade.

2.1 QUESTÕES HISTÓRICAS

Uma das testemunhas mais antigas sobre a situação das viúvas encontra-se no Antigo Testamento da Bíblia (DOLL, 1999). A preocupação nestes textos é voltada para a pobreza e fragilidade da mulher que fica viúva. O Novo Testamento retoma estas inquietações, como demonstram os seguintes trechos:

Então falou Jesus à multidão e aos seus discípulos: [...] Guardai-vos dos escribas que ostentam passeando com longas túnicas, que gostam de ser saudados nas praças públicas, de ocupar as primeiras cadeiras nas sinagogas e os primeiros lugares nas festas; - que, sob o pretexto de longas preces, devoram a casa das viúvas. Essas pessoas receberão por isso uma condenação mais rigorosa. (São Lucas, 20:45-47; São Marcos, 12:38-40; São Mateus, 23:14).

E olhando ele (Jesus), viu os ricos lançarem as suas ofertas na arca do tesouro; e viu também uma pobre viúva lançar ali duas pequenas moedas. E disse: em verdade vos digo que lançou mais do que todos essa pobre viúva. Porque todos aqueles deitaram para as ofertas de Deus o que lhes sobeja, mas esta, da sua pobreza, deitou todo o sustento que tinha (São Marcos, 12: 41-44; São Lucas, 21:1-4).

O interessante da segunda citação é o fato de que a viúva não serve somente como representante da pobreza, mas também como um modelo de doação total.

Na Idade Média e Moderna, a imagem da viúva vai ser diferenciada nas figuras da viúva boa, da viúva alegre e da viúva pobre, como apontam Cavallo e Warner (1999). A viúva boa era aquela mulher que mantinha a memória do esposo falecido e vivia como uma perpétua esposa. Em contrapartida, a viúva alegre era caracterizada como uma mulher rica, mundana,

pronta para gozar sua independência e seu apetite sexual. O terceiro estereótipo, caracterizando a viúva pobre, era provavelmente o que mais combinava com a realidade das mulheres. Através de cartas, destinadas aos tribunais de justiça, as mulheres revelavam sua fraqueza e vulnerabilidade, enfatizando sua pobreza. Assim, as viúvas utilizavam o estereótipo para conseguir tanta ajuda e apoio quanto fosse possível.

A condição desigual entre homens e mulheres na Idade Média e Idade Moderna reflete-se na situação da viuvez feminina durante esses períodos. A questão de bens e propriedades e o recasamento constituem-se como grandes diferenças entre a viuvez feminina e masculina durante a Idade Média e Moderna. Se possuía propriedade, o homem continuava administrando-a depois da viuvez. Já a mulher, na maioria das vezes, não era vista como proprietária de seus próprios bens. Quanto ao recasamento, este sempre foi uma experiência pouco vivida pelas mulheres.

De acordo com Cavallo; Warner (1999), durante o período medieval e moderno na Europa, o rápido recasamento de viúvos parece ser uma constante, pois em função da experiência do primeiro casamento, ele conhecia a importância do papel que a esposa desempenhava na casa. Além disso, a própria sociedade encorajava os viúvos a casarem-se novamente.

A situação das mulheres viúvas era bem diferente. Aceitar um companheiro não era uma possibilidade socialmente aceitável para uma esposa viúva, em luto e só. Esperava-se que ela se retirasse do mundo através de votos de castidade, dedicando-se à memória do marido falecido e à caridade. Na busca por uma certa autonomia, a Igreja Católica representava, em certos casos, uma aliada das viúvas. Através da doação dos seus bens para uma ordem

religiosa, a Igreja permitiu que as viúvas permanecessem no controle da sua propriedade enquanto vivessem. Dessa forma, percebe-se que uma das chaves para o sucesso da Igreja em atrair fundos que contribuíram para sua consolidação e expansão, mesmo que contestável, representava para as viúvas um dos poucos meios moralmente aprovados de escapar das reivindicações da família sobre a sua propriedade. As viúvas não eram simplesmente provedoras de fundos, mas elas estendiam suas atividades para a administração de todos os aspectos dessas instituições. Para muitas viúvas, o fato de abraçar a vida religiosa ou semi-religiosa, também era um dos meios de assegurar um ambiente doméstico livre de conflitos com os filhos em função da propriedade e autoridade na casa. (CAVALLO; WARNER, 1999).

No que tange à questão da herança e propriedade, Cavallo; Warner (1999) relatam que, quando a mulher tornava-se viúva, a sua herança do esposo e a recuperação de sua própria propriedade tinham que ser regularizadas. Para o homem, em contrapartida, a viuvez não envolvia nenhuma transferência de propriedade porque, na maioria das vezes, especialmente quando havia crianças do casamento, o marido simplesmente mantinha o mesmo controle sobre os bens de esposo que tinha desfrutado durante a vida da esposa. No século XV, esperava-se que uma viúva que quisesse ficar com os seus filhos cedesse seu dote em favor de sua prole bem como não tivesse nenhuma idéia de casar-se novamente.

A negação dos direitos da viúva para controlar ou transmitir propriedade torna-se uma regra à medida que entramos no período da Idade Moderna. No século XVIII, particularmente, isto era justificado pelo ideal da família conjugal. Apesar do surgimento de um modelo de família mais igualitária nesse período, como resultado de uma revolução

romântica e de um aumento do papel materno, as mulheres perderam terreno em termos de seu poder econômico e na sua independência. (CAVALLO; WARNER, 1999).

2.2 AS PESQUISAS

Em relação a pesquisas mais específicas acerca da viuvez, Stroebe; Stroebe (1992) destacam que os estudos sobre as conseqüências da perda na saúde da pessoa enlutada têm uma história já bem antiga. O primeiro tratamento científico foi provavelmente publicado em 1621 por Robert Burton, intitulado de Anatomia da Melancolia. Esta obra assegura a evidência da narrativa poética e dos relatórios médicos para discutir que uma perda leva à depressão, doenças físicas, suicídios, e até mesmo morte por causas naturais. A visão de Burton sobre a natureza danosa da perda foi compartilhada pela ciência médica do seu tempo e pode ser notado pelo fato que “tristeza” foi vista como responsável por dez mortes em uma das primeiras estatísticas de morte de Londres durante o ano 1657.

William Farr, epidemiologista britânico, em 1858, comparou a mortalidade de indivíduos enlutados com indivíduos casados do mesmo sexo. Os resultados do seu estudo demonstraram que os viúvos têm taxas mais altas de mortalidade. A análise de Farr, da relação entre a perda e a mortalidade, marca o início de investigações empíricas sistemáticas nesta área que hoje cresce significativamente. (STROEBE; STROEBE, 1992).

Os estudos sobre o impacto da perda na saúde psicológica têm uma história mais curta do que os estudos acerca dos impactos da perda na saúde física. Um importante e pioneiro trabalho que buscou explicar os processos de adaptação da pessoa à perda de um ente querido, é o clássico artigo Luto e Melancolia de Sigmund Freud, escrito em 1917. Freud (1974), sob o

prisma da teoria psicanalítica, descreve a finalidade do trabalho e de que forma um luto não elaborado pode tornar-se patológico.

As teorias psicanalíticas propõem que a adaptação à perda acontece a partir da elaboração do luto e corte dos vínculos com o objeto amado (Freud, 1974) ou através da passagem por fases e estágios propostos por autores como Bowlby (1997), Parkes (1996) e Worden (1998).

A perda por morte é distinta de outras crises de perda, pois se caracteriza por ser uma perda real, definitiva e irreversível. As pessoas divorciadas, por exemplo, podem continuar acreditando que seu casamento ainda pode se ajustar ou podem ser capazes de estabelecer uma outra forma de relação com o ex-parceiro. Já as pessoas viúvas têm que aprender a lidar com a perda irreversível.

A pessoa que sofre uma perda real de alguém amado, necessita de um tempo para assimilar que o objeto amado não existe mais. Nesse sentido, Freud (1974) questiona em que consiste o trabalho que o luto realiza. Ele responde afirmando que, confrontada com o fato da morte, a pessoa que sofre a perda tem que retirar sua ligação emocional com o falecido. Dessa forma, o reconhecimento de que o objeto amado não existe mais, a aceitação gradativa do que a realidade impõe, e o conseqüente desligamento e desapego do objeto é o próprio trabalho psíquico do luto proposto por Freud. Essa retirada da libido não é um processo que possa ser realizado num momento, mas seria, em geral, um processo prolongado e gradual.

Durante o processo de elaboração do luto, o mundo externo se torna pobre e vazio, isto é, há uma perda de interesse, por parte da pessoa enlutada, pelo mundo exterior por este não

possuir mais o objeto amado. Não se deseja nada porque a libido fica inibida e voltada para o próprio sujeito. Essa é uma característica normal de uma pessoa que perde um ente querido e amado. Contudo, ao final do processo de luto o sujeito deve conseguir desfazer o vínculo com o objeto amado e reinvestir sua libido, pois a realidade deve prevalecer sobre o laço afetivo (FREUD, 1974). Dessa forma, se explica porque há pessoas que sofrem uma perda e conseguem gradualmente recuperar-se, enquanto outras, permanecem extremamente ligadas ao objeto perdido e desenvolvem quadros emocionais e físicos patológicos.

No que tange ao estudo de vínculos afetivos, Freud foi pioneiro a estudar a ligação entre a mãe e a criança. Mas Bowlby (1997), através do desenvolvimento de estudos acerca do vínculo entre mãe e filho, concluiu que essa ligação era parte de um sistema de comportamentos que servia à proteção da espécie, já que os bebês humanos são indefesos e incapazes de sobreviver sozinhos.

Portanto, a ligação entre mãe e filho é uma condição de sobrevivência nos primeiros anos do desenvolvimento. Bowlby (1997) criou, então, a teoria da ligação, que tem como suposto básico que os laços estabelecidos nos primeiros anos do desenvolvimento da criança com seus pais tornam-se bases para o estabelecimento de vínculos na vida adulta. Dessa forma, existiria uma relação causal entre essas experiências, isto é, as primeiras relações estabelecidas exerceriam influências sobre o comportamento no rompimento de um vínculo afetivo ao longo da vida.

A partir do desenvolvimento da teoria de ligação, Bowlby (1997, p. 115) elencou quatro fases principais de luto:

1. Torpor ou aturdimiento, que usualmente dura de algumas horas a uma semana e pode ser interrompido por acessos de consternação e (ou) raiva extremamente intensos.
2. Fase de saudade e busca da figura perdida, que dura alguns meses e, com frequência, vários anos.
3. Desorganização e desespero.
4. Fase de maior ou menor reorganização.

Bowlby (1997), descreve afetos que dificultam o luto saudável. Dentre eles destaca-se o medo de ser abandonado, a saudade da figura perdida e a raiva por não reencontrá-la. Referindo-se à viuvez, ele destaca três características que podem levar uma mulher a reações de pesar crônico:

1. Relação extremamente íntima com o marido falecido;
2. Não possuir relações estreitas com outras pessoas, para que se possa transferir alguns laços;
3. Relações matrimoniais de natureza ambivalente, cuja morte gera culpa e auto-recriminação, podendo ocasionar autopunição com um luto perpétuo. (p. 133)

Aproximando-se de um olhar psiquiátrico sobre a perda, Parkes (1996), discípulo e colaborador de Bowlby, demonstra um interesse maior de estudo do luto a partir de suas conseqüências físicas e psicológicas para a pessoa enlutada. Ele destaca que parte da dificuldade de ajustar o luto nas categorias descritivas de doenças existentes decorre do fato que esse é um processo e não um estado. O luto não começa automaticamente com uma perda e vai se dissipando, porém, envolve uma sucessão de fatores que poderão ser vistos como fases. Estas têm suas próprias características e há consideráveis diferenças de uma pessoa para outra em relação à sua duração e forma.

Ele especificou componentes, partes independentes deste processo de luto: primeiro, há a preocupação com os pensamentos em relação à pessoa que partiu; segundo, há uma dolorida repetição de recordações de experiências de perda para aceitar a irreversibilidade da

perda; e, terceiro, há uma tentativa de dar sentido à perda, de encaixá-la em uma série de suposições sobre o mundo ou para modificar as suposições se preciso for.

Quanto às conseqüências da perda na saúde das pessoas enlutadas, Parkes (1996) relata que várias doenças parecem contribuir para uma maior mortalidade de viúvos e viúvas. Uma revisão de pesquisas realizada por Parkes (1996) indicou que as causas mais freqüentes de morte são as doenças do coração. O fato de a perda poder ser seguida de morte através de uma doença do coração não prova que o “luto” é a própria causa da morte. Mas, se sabe que, em grande parte dos casos em que houve óbito após a perda, a pessoa enlutada anteriormente já havia apresentado antecedentes da doença que causou a sua morte. Outras causas do aumento de mortalidade depois de uma perda podem ser citadas, como: cirrose no fígado, doenças infecciosas, acidentes e suicídios.

A relação entre perda e saúde mental também foi estudada por Parkes (1996). Desde que o luto não é um evento incomum, foi necessário descobrir primeiro se a associação entre perda e doença mental poderia ser devido à causalidade de estar sozinho. Durante uma pesquisa nos anos de 1949-1951, em duas unidades psiquiátricas, identificou-se um número alto de admissão de pessoas que desenvolveram doenças mentais, principalmente depressão, após seis meses da ocorrência da perda. Mas, foi o estresse pós-traumático, como se poderia esperar, o mais comum dos distúrbios que sucede a perda.

Em um estudo realizado em 1964, Parkes (1996) constatou que a admissão de pacientes psiquiátricos enlutados ocorria usualmente cerca de um ano depois da perda, e muitos deles permaneciam no processo de luto, sendo que este era considerado como parte integral da doença que os tinha trazido para o atendimento psiquiátrico. Mas também houve

casos em que a doença foi apenas agravada pela perda. Por exemplo, vários pacientes que tinham sido sempre dependentes de bebida desenvolveram psicose alcoólica depois da morte de um membro da família, próximo. A perda, nestes casos, tinha sido a “última gota”, resultando em esgotamento nervoso, em colapso nos indivíduos cujos ajustes prévios tinham sido precários.

O impacto diferenciado da viuvez em homens e mulheres, em relação ao desencadeamento de doenças psiquiátricas após a morte do ente querido, também foi analisado por Parkes (1996). Mulheres possuem uma incidência maior de desenvolvimento de doenças mentais, enquanto homens apresentam maior risco de manifestar doenças cardíacas após a perda. Esta observação pode ser relacionada ao fato de que os homens são mais resistentes em demonstrar seu sofrimento, o que poderia levar ao desenvolvimento de quadros somáticos.

Parkes (1996) não percebe o luto como doença, mas acredita que se deve dar a ele atenção de tratamento. A dor do luto é a que se refere à perda do amor, ou seja, é preço que se paga por ter amado alguém e ter perdido essa pessoa. O autor propõe cinco fases que a pessoa enlutada deveria vivenciar. Cada uma das fases do luto (entorpecimento, ansiedade, desorganização, desespero e, por fim, a recuperação) tem suas próprias características e há consideráveis diferenças de uma pessoa para outra, em relação à duração e à forma de cada fase. Além disso, pessoas podem mover-se de uma fase para outra de forma que, anos depois da perda, a descoberta de uma fotografia em uma gaveta ou a visita de velho amigo, por exemplo, poderiam evocar outro episódio de ansiedade.

No fundo, o ser humano possui uma tendência grande de negar a própria morte e é isso que lhe garante a motivação para permanecer vivo mesmo em situações bastante adversas. A propensão das pessoas é dar ênfase a uma eventualidade da morte, revelando um esforço para reduzir a morte, de uma necessidade, para um fato casual. Várias pesquisas procuram compreender o impacto da morte de um ente querido na saúde física e psíquica do sobrevivente e pensar em estratégias de prevenção de patologias e da estruturação de formas de apoio (de familiares, amigos e profissionais) à pessoa enlutada.

Nesse sentido, destaca-se o trabalho de Worden (1998), que baseado nas teorias de Bowlby e Parkes, elaborou um modelo de quatro objetivos principais do luto. Assim, seria possível pensar em maneiras de ajudar as pessoas enlutadas com as diversas tarefas do luto. A primeira tarefa da pessoa é a aceitação da realidade da perda. Sua segunda tarefa é relacionar-se com a dor da perda para poder então elaborá-la. A terceira tarefa é ajustar-se tanto à perda dos papéis desempenhados pela pessoa que faleceu quanto a própria representação de si, pois as tentativas de preencher os papéis que faltam podem falhar e levar a uma sensação de baixa auto-estima. A quarta tarefa é reposicionar, em termos emocionais, a pessoa que faleceu e continuar a vida. Assim, constata-se que Worden (1998), ofereceu importantes contribuições acerca do luto para profissionais de saúde mental no sentido de tentar responder a inquietante questão de quando o luto termina e quando este é identificado como complicado e de que forma tratá-lo.

Neste apanhado histórico sobre as teorias do luto¹, percebe-se que os teóricos que construíram suas perspectivas a partir de Freud buscaram criar modelos de fases para o luto. Bowlby propôs o primeiro modelo de fases para o luto e foi seguido por seu discípulo Parkes

¹ Para maiores detalhes sobre teorias de luto, veja DOLL, Johannes. Luto e viuvez na velhice. In: Freitas, E. V. et al. (orgs.). **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002, cap. 120, p. 999-1012.

que descreve o luto como um processo que possui partes independentes. Parkes, por sua vez, não percebe o luto como doença, mas acredita que se deve dar a ele atenção de tratamento. Por fim, Worden constrói um modelo de quatro objetivos principais para o luto, e assim apresenta possibilidades e maneiras de ajudar a pessoa enlutada.

O que se percebe de comum nessas teorias baseadas na perspectiva psicanalítica, no que se refere ao impacto da perda na vida da pessoa enlutada e a adaptação desta à vida sem o ente querido, é que de alguma forma a natureza do vínculo com o objeto perdido deve ser modificada. Segundo Stroebe et al. (1996), as teorias modernas de luto do século XX e as intervenções terapêuticas incentivavam as pessoas que vivenciavam a experiência da perda a responder a este evento com o corte de vínculos com a pessoa perdida. O pesar é visto como uma resposta emocional debilitada e um problema que interfere na rotina do cotidiano e que deve ser trabalhado. Assim, o trabalho de luto tipicamente consiste em um número de tarefas que devem ser realizadas e sistematicamente atendidas para que a normalidade seja restabelecida. O bom ajustamento é freqüentemente visto como um corte de laços entre o enlutado e o falecido.

Dessa forma, é possível observar que as teorias acabam propondo modelos de como a vivência do luto é esperada e de que forma ela pode ser vista como patológica caso não siga os padrões apontados pela ciência.

Mais recentemente, a partir dos anos de 1980, observa-se o surgimento de outras perspectivas teóricas acerca do processo de luto e dos vínculos da pessoa enlutada com a pessoa falecida. Stroebe et al. (1996) sugerem que diferentes grupos de pessoas possuem diferentes padrões de significados de compreensão de suas ações em relação à perda de uma

pessoa amada. Assim, ações consideradas aberrantes e patológicas em uma cultura podem ser plenamente aceitas em outra.

Nesse sentido, partindo do pressuposto de que a continuação de vínculos com a pessoa falecida pode não ser um sintoma de patologia, como propõe a perspectiva psicanalítica, que foi dominante na maior parte do século XX, alguns estudiosos estão reexaminando o modelo que propõe que o objetivo do trabalho de luto é cortar os vínculos com a pessoa falecida e propondo alternativas de compreensão do processo de adaptação à vida sem a pessoa amada.

De acordo com Klass; Walter (2001), recentemente há mais proeminência dada aos estudos que destacam a importância para as pessoas enlutadas das relações com os entes falecidos. Diversos trabalhos do final da década de 1980 e início dos anos 1990 sustentam que as pessoas enlutadas frequentemente mantêm um vínculo com a pessoa falecida, um laço que continua por décadas e que não é associado com pouca capacidade de adaptação.

Klass; Silverman (1996) observaram em suas pesquisas pessoas que continuavam suas relações com a pessoa falecida. Permanecer ligado parecia facilitar, tanto adultos quanto crianças, a enfrentar a perda e acompanhar as mudanças em suas vidas. Esta ligação fornecia alívio, consolo, conforto e suporte e facilitava a transição entre o passado e o futuro.

Segundo Stroebe et al. (1996) os resultados do estudo *The Tübingen Longitudinal Study of Bereavement* demonstraram evidências da manutenção de vínculos entre a pessoa enlutada e a pessoa falecida. Entre a amostra de viúvas e viúvos jovens, foi evidente que muitos mostraram tendências românticas de manter seus laços com o esposo(a) falecido(a) apesar da tendência moderna de romper vínculos. Mesmo depois de dois anos, mais de dois

terços da amostra planejava continuar o estilo de vida anterior à perda e poucos relataram contemplar mudanças futuras em suas vidas. Da mesma forma, somente uma pequena minoria disse que estava procurando um novo parceiro. Estes resultados indicam que muitas pessoas viúvas não estavam planejando um rompimento maior com seu passado, em vez disso, elas estavam integrando a experiência da perda em seus estilos de vida.

Klass; Walter (2001), destacaram a partir de estudos realizados três pontos, que permeiam o imaginário das pessoas que perdem entes queridos, acerca da manutenção de laços com a pessoa falecida. O primeiro diz respeito a uma significativa porção da população que percebe a presença da pessoa falecida, não sendo possível classificar tal situação como patológica ou como presença de alucinações. A pessoa falecida pode aparecer inesperadamente para o sobrevivente, que não possui na cultura ocidental estruturas para integrá-la em sua vida. Esses encontros, na maioria das vezes, são experienciados como confortantes. A segunda questão destaca que se a relação continua depois da morte, nós não podemos esperar encontrar somente uma percepção de presença física, mas também uma contínua conversação com e sobre a pessoa falecida. E por fim, os autores referem que a pessoa falecida pode passar a ser considerada como um guia moral do sobrevivente. Três funções que podem ser caracterizadas como provedoras de orientação moral: a identificação da pessoa falecida, como por exemplo, como um marido ideal; a busca de orientação em situações específicas em que o sobrevivente chama por orientação da pessoa falecida; o estabelecimento de valores definidos como adoção de uma posição moral identificada com a da pessoa falecida.

Além disso, Klass; Walter (2001) referem os estudos de Rosenblatt e Elde (1990)² e Walter (1996, 1999)³ destacando que estes propuseram que há uma maneira em que a pessoa falecida pode tornar-se parte valiosa da biografia do sobrevivente: através de conversas com outras pessoas que conheceram o falecido. Isto pode ser particularmente importante em certas relações em que partes da vida da pessoa falecida são desconhecidas para o enlutado.

Para Klass; Walter (2001), ainda se tem muito a aprender sobre a relativa importância de narrar a história da pessoa falecida e sua relação com processos de luto. Mas, o fato das pessoas incluírem claramente aquele(a) que faleceu nas conversas cotidianas depende, em parte, das normas culturais. Ou seja, enquanto em alguns contextos espera-se que o sobrevivente fale sobre a pessoa falecida, em outros isto não é permitido.

Por fim, cabe também salientar que há outros estudos acerca da perda do parceiro que destacam uma abordagem mais narrativa para o entendimento da situação e adaptação à viuvez. São pesquisas que enfatizam a voz do sujeito e o significado que este confere às suas experiências. Nesse sentido, salienta-se a pesquisa que Hoonard (2001) realizou com 27 mulheres idosas no Canadá. A autora procurou escapar de um modelo de estágios para a viuvez e examinar qual o significado social da viuvez através da perspectiva das mulheres que experienciam tal situação.

Este estudo descreve os pontos considerados importantes para as mulheres na trajetória da viuvez, expondo inicialmente os relatos do final da vida das mulheres com os

² ROSENBLATT, P; ELDE, C. Shared reminiscence about a deceased parent: Implications for grief education and grief counseling. **Family Relations**, v. 39, p. 206-210, 1990. Apud KLASS; WALTER, 2001, p. 439.

³ WALTER, T. A new model of grief: Bereavement and biography: **Mortality**, v. 1, p. 7-25, 1996. Apud KLASS; WALTER, 2001, p. 439.
WALTER, T. **On bereavement: the cultural of grief**. Buckingham: Open University Press, 1999. Apud KLASS; WALTER, 2001, p. 439.

seus maridos, e quando estes começam a ficar doentes e morrem. Em seguida descreve os primeiros dias da vida sem o esposo e passa a focalizar, a seguir, aspectos como: os esforços das viúvas para renegociar seus relacionamentos, as áreas de crescimento envolvidas na viuvez, a mudança em relação a questões financeiras e a ligação que as mulheres têm com a comunidade em que vivem (HOONAARD, 2001).

Para Hoonard (2001) os estudos anteriores silenciavam a voz das mulheres viúvas e pouco se sabe sobre as questões que são importantes para os sujeitos. Além disso, a autora enfatiza a inclinação de se olhar somente os aspectos negativos da viuvez. Portanto, percebe-se que se sabe muito pouco sobre o lado positivo da viuvez enquanto um processo de transição, ou sobre o desenvolvimento ativo e dinâmico das viúvas na busca da reconstrução do seu mundo social.

No contexto brasileiro destacam-se duas estudiosas acerca da temática viuvez e que desenvolvem um trabalho, na área da antropologia, que se aproxima da perspectiva narrativa apresentada por Hoonard. Trata-se de Alda Britto da Motta e Tânia Falcão.

Alda Britto da Motta (2002-a) não realizou pesquisas específicas sobre viuvez, mas sim sobre modos de viver de idosos. No entanto, buscou informações acerca dessa condição muito comum em mulheres idosas. Britto da Motta (2002-b) relata que aproximou-se desta questão durante o desenvolvimento de dois projetos de pesquisa realizados no contexto baiano. O primeiro, “Vivendo e Aprendendo”, foi realizado com “idosos-jovens”, que se reúnem em grupos para a terceira idade. No segundo projeto, intitulado “Os velhos mais velhos”, estudou os modos de vida de uma “quarta idade”, já menos dinâmica, encontrados direta e individualmente em casa, sem frequência àqueles grupo de “terceira idade”.

A autora entende que a aparente universalidade da situação da viuvez, ocasionada pela morte do cônjuge, é, ao mesmo tempo vivenciada de diferentes maneiras, de acordo com as variáveis sociais, como classe e gênero. Para os homens a adaptação à viuvez parece estar ligada ao recasamento, pois na maioria das vezes recasam quando perdem a companheira. Já para as mulheres, essa situação se configura de forma diferente e vem se alterando ao longo do tempo. Embora tenha encontrado mulheres que pareciam inconsoláveis com a perda do esposo, uma boa parte da amostra, principalmente entre as idosas mais jovens, apontou que elas se aproximam do estereótipo da viúva alegre.

Tânia Falcão (2003), em sua dissertação de mestrado, analisa a adaptação à viuvez de mulheres de camadas médias pernambucanas que perderam os esposos subitamente. O material da pesquisa foi coletado através de observações e narrativas de vida de nove viúvas, com idades entre 36 e 61 anos. Os resultados da pesquisa indicam sentimentos de estigmatização e marginalização da mulher viúva que, segundo Falcão (2003) poderiam ser reversíveis ou removíveis por um novo casamento. A autora destaca, ainda, que muitas vezes, ocorre uma imposição de medicação para a viúva, configurando uma ação de violência, em função da construção da imagem da viúva como estigma e marginalidade que é preciso conter.

Os depoimentos das mulheres entrevistadas por Falcão (2003) também referem sentimentos de intenso sofrimento pela separação e despreparo para lidar com a morte, sendo que para a maior parte das viúvas os dois primeiros anos foram os mais difíceis. Mas, esta dor vivida com o advento da viuvez, também pareceu capacitar essas mulheres em relação à

solidariedade e suporte para com outras pessoas que venham a passar pela mesma situação de perda.

Dessa forma, percebe-se que os estudos acerca da situação da viuvez vêm aumentando ao longo das últimas décadas. Como se pode observar, as produções do conhecimento acerca desta temática acompanharam o movimento do pensamento científico, construindo assim novas perspectivas de compreensão deste fenômeno. Assim, hoje se tem um leque maior de possibilidades de fazer uma leitura da situação da viuvez, conferindo a esta maior visibilidade.

Sinaliza-se que a tendência de dar voz ao sujeito é uma das possibilidades de pesquisar como a pessoa que vive este processo de perda atribui significados à sua vida e constrói a sua experiência de ser viúva. Cabe mencionar que o próprio discurso científico acerca da perda e da viuvez pode criar atitudes esperadas para uma pessoa enlutada, como se vê nos estágios de perda, que supostamente as pessoas teriam que passar. Nesse sentido, vários fatores entram na arena de significações das atitudes, dos comportamentos, dos valores esperados do sujeito que é viúvo(a), constituindo, assim, suas identidades.

3 SOBRE O MEIO RURAL

Um dos aspectos que devem ser considerados na busca da compreensão de como a mulher idosa vivencia a sua viuvez em um determinado contexto, são as características históricas, sociais e econômicas deste. Sabe-se que o meio rural brasileiro vem sofrendo modificações ao longo do tempo, e estas influenciam nos modos de vida das pessoas que vivem e envelhecem no campo.

Este capítulo, inicialmente, apresentará alguns estudos acerca do envelhecimento, realizados no Rio Grande do Sul, e, em seguida, ilustrará aspectos históricos da região pesquisada. Percebe-se que as mudanças acerca do processo produtivo no campo modifica, mas também cria novos papéis desempenhados pelas mulheres. Logo, a vivência do envelhecimento e as situações de viuvez na velhice também vão sendo construídas de formas diversas nas diferentes gerações.

3.1 PESQUISAS SOBRE O ENVELHECIMENTO NO MEIO RURAL DO RIO GRANDE DO SUL

O envelhecimento da população é fato reconhecido mundialmente. Em nosso país os dados do IBGE vêm revelando, ao longo dos censos demográficos, as alterações em nossa estrutura populacional. Observa-se que as mulheres possuem uma maior longevidade em relação aos homens, tanto no contexto urbano quanto rural. Em relação à situação de viuvez, os índices no Rio Grande do Sul em 1997 revelavam que 43,14% das pessoas idosas, no contexto urbano pesquisado, eram viúvas. (RIO GRANDE DO SUL, Conselho Estadual do Idoso, 1997)

Na tentativa de mapear os estudos já realizados no meio rural do Rio Grande do Sul realizou-se uma busca através de visitas virtuais às bibliotecas das universidades gaúchas com o intuito de encontrar teses e dissertações, e pesquisas na plataforma Lattes, além da procura em periódicos e livros desta temática. Contudo, foram encontrados poucos trabalhos sobre o envelhecimento no contexto rural gaúcho. Assim, nos parágrafos que seguem apresentar-se-ão algumas idéias básicas acerca de questões que envolvem a situação da viuvez da mulher idosa em diferentes regiões rurais do Rio Grande do Sul.

Os resultados da pesquisa de Martins (2001) acerca da cultura, costumes e estilos de vida de idosos descendentes de italianos da zona rural de Farroupilha – RS, revelam uma predominância de mulheres viúvas no contexto estudado. Os idosos vivem com sua família, sendo que esta se caracteriza como um valor cultural fortemente presente. Observou ainda que as atividades espirituais são compromissos morais, expressos por atividades religiosas e comunitárias. A religião influencia no matrimônio, no convívio da família, no trabalho e no lazer.

Em um estudo realizado na região rural de Passo Fundo – RS, acerca das práticas culturais de saúde desempenhadas por mulheres mais velhas de uma comunidade, Portella (1998) refere que as atividades da mulher no meio rural estão voltadas principalmente para o cuidado da casa, educação dos filhos, trabalho na horta e na roça e tratamento de pequenos animais. Assim, observa-se a árdua jornada de trabalho da mulher, pois trabalha lado a lado com o homem, além de dedicar-se aos cuidados do lar. A autora ainda destaca a orientação dada para as mulheres mais jovens, acerca do cuidado para um envelhecer mais saudável, como um papel importante desempenhado pela geração das mulheres mais velhas na comunidade estudada. Os discursos apresentados pelas camponesas, revelam que elas

consideram sua sobrecarga de trabalho no meio rural muito grande e expressam a preocupação de orientar as mulheres mais jovens sobre as influências do excesso de trabalho no processo de envelhecimento.

Heck; Langdon (2002) referindo-se a uma pesquisa, realizada em 1998, sobre a construção dos papéis femininos e masculinos numa comunidade de origem alemã de Santo Cristo – RS, revelam que a função da mulher como cuidadora tem um papel indispensável na vida do colono. As mulheres têm o papel de gerir e preservar a vida, tanto em iniciativas individuais como coletivas sendo que na velhice ampliam os espaços de participação na comunidade, enquanto que os homens tendem a isolar-se. Em relação à viuvez, nesse contexto as autoras observaram que na ótica da comunidade pesquisada um homem viúvo e com filhos deve casar-se novamente porque não teria como cuidar da família. Já em relação à mulher, esta deve receber o apoio do pai ou irmãos e da vizinhança com relação às atividades da roça. Quando a manutenção financeira estiver assegurada para a viúva e os filhos, não se indica a necessidade de um novo casamento.

Outra pesquisa que trata do envelhecimento no meio rural é o trabalho de Silva (2004), que foi realizado em Arambaré – RS, município localizado as margens da Lagoa dos Patos e que economicamente caracteriza-se pela produção de arroz. A questão da viuvez dos idosos é abordada quando o autor apresenta o estado conjugal dos idosos e as redes de apoio familiares. Nesse sentido, observa-se que no contexto pesquisado a viuvez feminina é cerca de três vezes maior que a masculina e há a tendência dos homens buscarem o recasamento e das mulheres permanecerem sem um novo companheiro.

Assim, as vivências de uma mulher idosa e viúva variam de acordo com o ambiente em que esta vive e os sentidos atribuídos às suas atitudes e comportamentos. Contudo, observa-se que apesar das especificidades, no que tange ao ser mulher meio rural, existem alguns papéis desempenhados na família e no processo produtivo que são semelhantes em diferentes contextos.

3.2 UM POUCO DE HISTÓRIA

Desde o princípio da constituição do Rio Grande do Sul, o estado caracterizou-se por suas atividades agropecuárias. Inicialmente, a carne e seus derivados constituíram a base da estrutura econômica do estado. A partir do século XVIII, surgiram as primeiras charqueadas, que constituíram nas pioneiras indústrias de transformação de matéria-prima no estado do Rio Grande do Sul (TAMBARA, 1985). A produção pecuária durante este século, também se destinava à exportação de animais de transporte, gado de corte e de couro para as Gerais, mineradoras de metais preciosos, localizadas na região do estado brasileiro de Minas Gerais. No início da metade do século XVIII, em função da decadência das mineradoras, houve o crescimento da produção de trigo, pelos imigrantes açorianos, destinada a atender o mercado interno.

A partir de 1824, iniciou-se no Rio Grande do Sul uma política de imigração de colonos alemães seguido da imigração de colonos italianos e de outros países europeus, a partir de 1850. Nessa época o território do Rio Grande do Sul apresentava duas regiões distintas: a zona do Campo ocupada por imigrantes portugueses e cuja principal atividade era a pecuária, e a zona da Mata para onde se dirigiram os imigrantes europeus, onde a atividade agropecuária em pequenas propriedades familiares passou a ser desenvolvida. (BRUMER,

1999). Assim, a chegada dos imigrantes alemães, constituiu um marco pela implantação de um processo de produção alternativo à produção pastoril (TAMBARA, 1985).

Em relação à vinda dos imigrantes para o Brasil, é importante destacar tanto as causas da emigração quanto da imigração, para que seja possível compreender esse processo e suas conseqüências na constituição da sociedade brasileira. Dreher (1995) caracteriza como as principais causas da emigração européia em massa, a partir do século XVIII, a explosão populacional européia e, em função desta situação, o descontentamento com as pátrias de origem, bem como a existência de vastas regiões com baixa densidade populacional no Brasil.

No que tange ao processo de imigração, cabe ressaltar que a migração dos europeus para o Brasil foi dirigida e o governo brasileiro soube integrar o imigrante dentro de seus interesses. Dentre estes destaca-se aquela que foi, provavelmente, a principal causa da imigração, qual seja, a busca de povoar o Rio Grande do Sul em segurança nacional. Esta região sempre foi área de disputas com a Coroa espanhola e com os estados do Prata, e a população ligada a criação de gado – os latifundiários – não conseguiam garantir a segurança do território em função de sua baixa densidade demográfica.

Outra razão da imigração, destacada por Dreher (1995), refere-se à busca do branqueamento da raça, pois a hegemonia das populações brancas só poderia ser mantida se diminuísse a população negra e indígena e se aumentasse a população branca. Um traço característico dos imigrantes foi a constituição de famílias numerosas para dar conta da demanda de trabalho, pois existia a proibição por parte do governo, de que estes possuíssem escravos, levando assim a um aumento da população nestas regiões. Ainda, criaria uma classe média brasileira, intermediária entre as grandes propriedades e os escravos, a qual promoveria

a valorização fundiária e se constituiria como uma classe de consumidores e de produtores dos gêneros que os latifúndios não produziam, quebrando assim a hegemonia dos latifundiários.

No início do século XX, novas comunidades se formavam no território do Rio Grande do Sul. Contudo, estas não possuíam um intercâmbio muito intenso entre si, devido à dificuldade de comunicação oriunda da precariedade das vias de acessos. Dessa forma, se formaram comunidades relativamente autônomas economicamente e separadas geograficamente. Nesse período, a indústria pastoril também passou por transformações. Com a crise do mercado interno de charque iniciou-se o desenvolvimento mais intenso da instalação de grandes frigoríficos voltados para a exportação de carnes (TAMBARA, 1985). Outro produto que começou a ser produzido no Rio Grande do Sul, no início do século XX, foi o arroz irrigado (BRUMER, 1999).

Nas áreas ocupadas por imigrantes predominava a produção baseada na policultura, destinada ao sustento da família e criação dos animais (BRUMER, 1999). De acordo com Mertz (2004),

a imigração européia introduziu no Rio Grande do Sul, um sistema agrário novo, baseado na pequena propriedade, com características diferenciadas das produções agrícolas anteriormente aqui desenvolvidas. Esses imigrantes vinham com o objetivo de colonizar as áreas de florestas situadas ao norte, produzindo os alimentos necessários à população já residente no Estado. Pretendia-se que esses agricultores introduzissem as técnicas modernas de cultivo que eram praticadas na Europa, onde a primeira revolução agrícola havia desenvolvido novas técnicas de produção, substituindo o sistema de cultivo baseado na rotação das culturas, que abolia o pousio, o qual trouxe um aumento na produtividade agrícola européia. Quando chegaram ao Estado, esses agricultores, que, ao serem instalados nas colônias, passaram a ser denominados “colonos”, enfrentaram uma realidade agroecológica totalmente distinta da européia, pois receberam terras de floresta que, após desmatadas, apresentavam uma fertilidade tal que prescindia do uso de fertilizantes. Ao mesmo tempo, a quantidade de terras era de tal monta que possibilitava, toda vez que uma área cultivada entrasse em declínio de fertilidade, abrir uma nova roça, como era denominada a área de cultivo. Por outro lado, a abertura das clareiras na floresta mostrou ser o trabalho mais árduo que esse

agricultor teria que enfrentar, e, sendo ele em geral pobre, não possuía condições de alugar ou de contratar o serviço de mão-de-obra nacional que poderia estar disponível para esse fim e nem poderia comprar escravos, pois o estatuto da imigração proibia a posse de escravos pelos agricultores nas suas colônias. Para facilitar a limpeza da floresta, adotaram o sistema da queimada, que era amplamente usada pelos agricultores locais, denominados, de maneira geral, “caboclos”. Dessa forma, os colonizadores europeus adotaram as técnicas dos nativos na preparação do solo, que foram o uso de queimadas e a rotação das terras, as quais não eram mais utilizadas na Europa. A adoção dessas técnicas se deu devido à necessidade que estes “colonos” tinham de produzir, o mais rapidamente possível, os meios para a sua subsistência. O que surpreende é o fato de que essa forma de preparação do solo não se manteve restrita ao período de colonização inicial e que tenha se estendido para toda a colonização posterior que ocorreu no Estado. Desenvolveu-se, portanto, um sistema produtivo baseado na pequena agricultura familiar⁴, que se manteve ao longo da história agrícola do Rio Grande do Sul (p. 295/296).

Segundo Tambara (1985) após um crescente aumento da produção até a década de 1930, observa-se que a partir deste período o setor agrícola começa a entrar em crise. Ocorre na década de 1940 um êxodo de colonos gaúchos para outras regiões do país, principalmente o Oeste do Paraná, em função do crescimento populacional e da diminuição da fertilidade do solo. Conforme Mertz (2004), em 1950 os pequenos agricultores ainda preparavam a sua terra como no início da colonização, o que provocou o desgaste do solo e o conseqüente empobrecimento do agricultor.

3.3 MUDANÇAS NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO MEIO RURAL

De acordo com Tambara (1985) na década de 1940 surge no estado a implantação de um outro sistema de produção baseado na aplicação de métodos e técnicas capitalistas de produção e comercialização, em detrimento do caráter da lavoura de subsistência. O início da transformação ocorre com a ascensão do trigo como produto de destaque tanto em termos de produção quanto de incentivos governamentais. No Brasil a grande propriedade, dominante

⁴ A agricultura familiar é entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo com o objetivo de que os recursos e o trabalho despendido na unidade atual possa ser transmitido à geração seguinte (BRUMER; GIACOBBO, 1993, WANDERLEY, 1999).

em toda a sua história, se impôs como modelo socialmente reconhecido em função do estímulo que recebeu através da política agrícola, a qual procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Assim, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário na economia brasileira (WANDERLEY, 1999).

Em sintonia com a tendência nacional, principalmente a partir da década de 1950, no Planalto Médio, as políticas agrícolas estaduais passaram a estimular a grande produção da cultura de trigo. Assim, segundo Dal’Moro; Rückert (2004), houve o surgimento de uma nova figura no cenário social: o “granjeiro” – o empresário rural.

A partir desse período, o governo federal começou a incentivar a produção de soja, que inicialmente era uma cultura complementar ao trigo (DAL’MORO; RÜCKERT, 2004). Esta se expandiu ao longo da década de 1970, através do crédito para a aquisição de máquinas e insumos, juros inferiores ao mercado e apoio à comercialização. Dessa forma, os produtores familiares do Rio Grande do Sul inseriram-se no mercado internacional como fornecedores de matéria-prima. Contudo, na segunda metade da década de 1970, o preço da soja baixou e os incentivos diminuíram, sendo gradativamente eliminados (BRUMER, 1999).

A década de 1980 foi um período marcado por um ajuste macro-econômico e pela incapacidade do Estado em manter mecanismos de estímulo à agricultura como no início da década anterior. Nos anos da década de 1990 percebe-se o forte recuo do Estado e de suas políticas para o meio rural ocasionando mudanças no contexto rural, dentre as quais destaca-se uma modificação demográfica, causada pela diminuição das famílias dedicadas às atividades propriamente agrícolas e migração das mesmas às cidades (SCHNEIDER; NAVARRO, 2000).

Segundo Wanderley (1999), a pluriatividade e o trabalho externo de membros da família não significam, necessariamente, a desagregação da agricultura familiar, mas constituem elementos positivos com os quais a família pode viabilizar suas estratégias de reprodução. Para Silva; Fioreze (2004), essas novas formas de produção não-agrícola, no meio rural, constituem uma forma diferente de obtenção de renda e vêm impedindo o decréscimo da população rural, ao menos no ritmo como vinha se apresentando nas últimas décadas.

A partir da modernização da década de 1970, ocorreram diversas alterações da base técnica da agricultura do Rio Grande do Sul, o que provocou, por um lado, o aumento na produtividade do trabalho, mas por outro, a redução do emprego agrícola e a ampliação de formas de vida e de trabalho não-agrícolas, como por exemplo, as atividades de turismo e lazer. Dessa forma, as pessoas domiciliadas no meio rural buscam de forma crescente concretizar mecanismos e situações que as aproximam do padrão de vida do meio urbano (SCHNEIDER; NAVARRO, 2000).

Na região de Passo Fundo, a partir da década de 1970 há um crescente domínio do plantio de soja, o que deslocou desta região os pequenos agricultores em função da expansão da mecanização e conseqüente eliminação de postos de trabalho. Na região do Planalto, segundo Brumer (1999), soja e milho são os produtos agrícolas predominantes, seguidos por trigo e feijão. A criação de suínos também é importante. Tanto a criação de gado leiteiro como os cultivos de feijão e milho são atividades geralmente praticadas em pequenas propriedades por produtores familiares.

Outro dado que merece destaque e que revela a diminuição da população que exerce atividades agrícolas é o acréscimo do número de aposentadorias (SCHNEIDER; NAVARRO, 2000). Apesar do sistema previdenciário existir no Brasil desde o século XVII, somente a partir da Constituição de 1988 os trabalhadores do meio rural passaram a possuir os mesmos direitos que os trabalhadores urbanos em relação aos benefícios da Previdência Social. Foi nesse momento da história do país que as mulheres passaram a ter direito à aposentadoria por idade, que o limite de idade para aposentadoria dos homens passou de 65 para 60 anos e que o valor das aposentadorias rurais passou de meio para um salário mínimo (BIOLCHI; SCHNEIDER, 2003).

Em relação ao benefício da previdência social rural, Biolchi; Schneider (2003) ao analisarem os resultados da pesquisa realizada pelo IPEA no segundo semestre de 1998, sobre a Previdência Social Rural na região sul do Brasil, denominada Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Social Rural – Fase II, apontam algumas considerações interessantes: no Rio Grande do Sul, o público feminino destaca-se em relação ao público masculino, representando 64% dos beneficiários. Essa diferença pode ser explicada pelo fato de as mulheres terem sido incluídas nos planos de benefício da Previdência Social a partir de 1988 e a idade limite para aposentadoria ser 55 anos, o que significa cinco anos antes dos homens. E também, porque as mulheres recebem mais pensões por morte do cônjuge do que os homens, devido à sua maior longevidade.

3.4 SER MULHER NO MEIO RURAL

As mulheres mais velhas, através da conquista ao direito da aposentadoria, estão tendo a possibilidade de viver dispendo de tempo e dinheiro, reforçando, assim, as relações sociais.

Segundo Brumer (2004), outro efeito gerado pelo acesso das mulheres a uma renda própria é que esta deixa de ser percebida pela família como um membro não remunerado cujos recursos disponíveis eram administrados pelos homens, e passa a administrar seu dinheiro. Em relação à viuvez, na maioria das vezes a mulher permanece residindo com um dos filhos, e pode-se pensar que o fato de ter seu dinheiro significa que, além de não estar vivendo de favor, pelo contrário, também adquirem certo poder em relação à família. Dessa forma, de acordo com Heck; Langdon (2002), as mulheres viúvas podem experimentar uma valorização da identidade e uma nova possibilidade de envelhecer por meio da motivação e da participação no contexto social.

A situação da mulher rural pode variar de país para país e de região para região dentro de um mesmo país. Contudo, segundo Brumer (1996) estudos têm demonstrado que, mesmo que a situação da mulher tenha variações nas diferentes sociedades, existe semelhança tanto na sua participação no processo de produção quanto nas atividades de reprodução, como o trabalho doméstico, reprodução biológica e educação das crianças.

De acordo com Brumer; Giacobbo (1993) a diferenciação de papéis exercido por homens e mulheres no interior das unidades camponesas remete à uma questão de gênero. Aos homens cabe assumir as tarefas de caráter público e às mulheres as atividades de caráter privado. O poder dos homens no domínio público vincula-se às atividades de comercialização dos produtos produzidos, contatos com bancos e em tarefas rotineiras que às vezes exigem menos esforço físico.

Existe uma relação da inserção das mulheres em atividades rurais com a tecnologia empregada no processo produtivo. Na pequena produção diversificada, voltada

principalmente para o autoconsumo, a participação das mulheres na produção é maior do que na grande produção de grãos, baseada na utilização de maquinários e destinada ao mercado externo. Quando há um aporte tecnológico que substitua o trabalho manual pela máquina no campo, as mulheres estão entre o segmento de trabalhadores a serem excluídos do processo produtivo. Dessa forma, há uma tendência das mulheres a abandonar as atividades agrícolas, para dedicar-se às atividades domésticas e àquelas destinadas ao consumo familiar, como o cuidado de pequenos animais, o cultivo de uma horta e transformação artesanal de produtos agrícolas (BRUMER, 1996), restringindo seu papel ao de donas de casa (BRUMER; GIACOBBO, 1993).

Os resultados de pesquisas realizadas em regiões dos estados do Rio Grande do Sul, de São Paulo e da Bahia revelam que dentre as tarefas executadas pelas mulheres predominam as atividades relacionadas à colheita e processamento dos produtos agrícolas, cuidados de animais, incluindo a retirada de leite, e trabalhos na horta (BRUMER, 1996).

Segundo Brumer; Giacobbo (1993) é possível esperar que quando a modernização seja acompanhada de uma renda mais elevada, as mulheres se afastem das atividades agropecuárias, sendo que o seu espaço de atuação restringe-se às atividades domésticas, caracterizando-se assim, suas funções associadas ao papel de esposa e mãe.

Portanto, antes, quando a mulher trabalhava com o marido na economia camponesa, “toda a família trabalhava sob outro ritmo, outro tempo, outro espaço e outra lógica” (NORONHA, 1986, p. 115). Hoje, tomando como exemplo a comunidade rural em que esta pesquisa foi realizada, observa-se que as crianças freqüentam a escola por mais tempo, as mulheres trabalham em outros espaços, as avós cuidam dos netos para filhas e noras

trabalharem, os homens passam o dia ou parte da semana trabalhando nas grandes propriedades dos patrões sob regime de trabalho assalariado.

Enfim, muitas mudanças vêm ocorrendo no contexto rural, sendo que podemos falar em diferentes contextos rurais. Dessa forma, podemos concordar com as palavras de Campanhola; Silva (2000, p. 14) que

Já não se pode mais caracterizar o meio rural brasileiro como estritamente agrário. E mais: o comportamento do emprego rural, principalmente dos movimentos da população residente em zonas rurais, não pode mais ser explicado apenas a partir do calendário agrícola, nem da expansão/retração das áreas e/ou produção agropecuárias. Há um conjunto de atividades não-agrícolas – como prestação de serviços (pessoais, de lazer ou auxiliares das atividades econômicas), o comércio e a indústria – que responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural brasileiro.

4 MÉTODO

4.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O MÉTODO DA PESQUISA

Na busca da compreensão de como a mulher idosa no meio rural constrói a sua experiência de viuvez, optou-se pela realização de uma pesquisa qualitativa com características etnográficas. A caracterização do estudo, como de cunho etnográfico, se dá em função da importância de explicitar que a proposta desta pesquisa foi de reconstruir a experiência da viuvez de mulheres de um contexto rural específico, no caso a comunidade de Bela Vista – RS. Acredita-se que para compreender as vivências individuais se faz necessário analisá-las considerando o contexto social em que estão inseridas. Mas para isso, também o social deve ser apreendido pelo pesquisador. Segundo Fonseca (1998, p. 10),

o pesquisador que se limita à entrevista gravada e dispensa a observação de discursos (focacas, piadas, etc.) e múltiplos atos do dia-a-dia (estilo de decoração, padrão de compras, a escolha de uma estação de rádio, etc.), terá uma visão muito restrita do mundo de seus informantes.

Para que se tenha um entendimento do contexto social de uma comunidade rural, ambiente estranho para a pesquisadora, julgou-se importante a apropriação de alguns elementos do método etnográfico para que os dados desta pesquisa fossem interpretados adequadamente e produzissem resultados condizentes com a realidade da comunidade. Apoiada na idéia de que a etnografia é uma descrição densa da cultura, sendo esta entendida como um “contexto, dentro do qual sistemas entrelaçados de símbolos são interpretáveis” (Geertz, 1978, p.24), buscou-se captar os detalhes dos modos de vida dos membros da comunidade. Para Winkin (1998, p. 132) “a etnografia, hoje, é ao mesmo tempo uma arte e uma disciplina científica, que consiste em primeiro lugar em saber ver. (...) Arte de ver, arte de ser, arte de escrever. São estas três competências que a etnografia convoca”.

Fonseca (1998), destaca a importância do social para contextualizar histórias individuais, pois, muitas vezes, a tendência de ressaltar as particularidades de cada caso, quando levada ao extremo, pode reduzir o estudo qualitativo à dimensão de pura subjetividade, a uma psicologia desprovida da dimensão social e histórica da experiência individual. Um trabalho que se proponha a utilizar o método etnográfico deve realizar o enquadramento social, político e histórico do comportamento humano.

Como técnica de coleta de dados desta pesquisa escolheu-se a entrevista biográfica semi-estruturada, por acreditar-se que cada indivíduo reinterpreta, de um modo singular, cada evento vivido por ele que é comum a todo grupo, ou seja, cada história de vida é singular, mas também é uma maneira sintetizada de cada indivíduo apreender o social, narrá-lo, reconstruí-lo (MARRE, 1991).

Becker (1999), refere-se à história de vida através de uma analogia a um mosaico, ou seja, cada peça (história de vida) acrescentada contribui um pouco para a compreensão do quadro como um todo. A história de vida pode ser útil, neste sentido, para fornecer uma visão do lado subjetivo dos processos institucionais em estudo, pois elas, enquanto experiências individuais, presumem alguma coisa sobre a maneira como as pessoas experimentam a natureza da experiência em questão, ou, pelo menos, levantam questões sobre a natureza das experiências.

Ao lembrar e narrar sua história de vida, segundo Bosi (1999) o sujeito está reconstruindo, com idéias de hoje, as experiências vivenciadas no passado. Nesse sentido, Halbwachs (1990) considera a lembrança “uma larga medida, uma reconstrução do passado com a ajuda de dados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em

épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada” (p. 71). Dessa forma, entende-se que a lembrança de fatos antigos altera-se em função das mudanças de percepções e valores das pessoas ao longo do tempo. Assim, a história de vida relatada por um sujeito pode ser considerada como uma interpretação deste no momento atual sobre a sua experiência passada.

4.2 DELIMITAÇÃO DA POPULAÇÃO DE PESQUISA

A pesquisa foi realizada no distrito rural de Bela Vista, no município de Passo Fundo, localizado na região do Planalto Médio do Estado do Rio Grande do Sul. A seleção dos sujeitos da pesquisa segue os seguintes critérios: ser viúva com idade a partir de 50 anos e ter sempre vivido no meio rural. Esta pesquisa é essencialmente um estudo sobre o envelhecimento humano que focaliza a questão da viuvez na mulher idosa, no meio rural. Existem normas que caracterizam a pessoa idosa aquela com mais de 60 ou 65 anos, como por exemplo, no Brasil o Estatuto do Idoso que é “destinado a regular os direitos assegurados à pessoas com idade igual ou superior a 60 anos” (Art. 1). Neste trabalho selecionou-se sujeitos a partir de 50 anos por acreditar-se que a velhice é uma categoria socialmente produzida (Debert, 1999-a) e que existem outros fatores, além da idade, que podem balizar a definição de ingresso nesta etapa da vida, como, por exemplo, o fato de ser avó e freqüentar um grupo de terceira idade. O tempo de viuvez não foi considerado como variável do estudo por julgar-se que não seria relevante diante da proposta de compreensão da vivência da viuvez pela mulher idosa.

Inicialmente procurou-se, com o auxílio das pessoas conhecidas na comunidade, saber quem eram as mulheres idosas e viúvas de Bela Vista. Assim, obtive o dado de 12 mulheres. Inicialmente pensei em entrevistar todos os sujeitos, mas por razões de doenças e ausência da

comunidade em função de visitas aos filhos, acabei concluindo o estudo com nove sujeitos entrevistados, pois grande parte dos dados foram saturando-se.

4.2.1 O Universo Pesquisado e os Primeiros Contatos

Como este estudo encontra-se inserido na temática do envelhecimento, a forma escolhida de introdução da pesquisadora em uma das comunidades rurais de Passo Fundo foi através da sua aproximação a um grupo de idosos. A Prefeitura Municipal desta cidade possui diversos projetos voltados para grupos de terceira idade, tanto no meio urbano quanto rural, que são estruturados e organizados pela Divisão de Atenção ao Idoso - DATI. Segundo Portella (2004), no ano de 1993, no início dos trabalhos, existiam oito grupos funcionando nas vilas da zona urbana. Em 2001 esse número aumentou para 40 grupos, sendo que 33 eram espalhados por diversos bairros da cidade e 7 na zona rural.

Procurei, então, a coordenadora do DATI e expliquei o objetivo da pesquisa. A partir daí, decidi qual das comunidades rurais seria escolhida para a realização desta pesquisa. A opção pelo distrito de Bela Vista deu-se devido a três fatores principais: as boas condições de acesso, se tratar de um distrito grande para a região e a facilidade em estabelecer contato com a coordenadora do grupo de terceira idade.

O primeiro contato foi estabelecido por telefone com a coordenadora do grupo de terceira idade, vinculado ao DATI, que se reúne em Bela Vista. Então, participei de um encontro do grupo em que me apresentei e falei sobre a minha pesquisa. A partir deste encontro pude conversar com várias pessoas da comunidade e, especialmente, com cinco senhoras viúvas. Agendei, dessa forma, as primeiras entrevistas.

Foram realizadas entrevistas com nove viúvas, cujas idades variam entre 51 e 94 anos, e com a coordenadora do grupo. O grupo de entrevistadas pode ser diferenciado, de acordo com a denominação utilizada por Britto da Motta em seus trabalhos (2002-a; 2002-b), entre as “velhas-velhas” (Marta⁵ 93a e Sara 94a) e as “velhas-jovens” (Isabel 51a, Raquel 58a, Lia 61a, Rute, 61a, Eunice 63a, Dalila 65a e Ana 68a). Nesse sentido, Debert (1999-b) criticando as pesquisas que englobam na categoria velho todos os sujeitos com mais de 60 anos, refere em função da heterogeneidade desta categoria etária, que novos recortes de idade são propostos para diferenciar os estágios do envelhecimento, sendo estes: jovens-idosos (65-75 anos) e idosos-idosos (acima de 75 anos).

As entrevistas foram realizadas nas casas dos sujeitos. Inicialmente, eu mostrei a elas o consentimento informado, pedi que lessem e assinassem. Antes de iniciar a entrevista solicitava que a mesma fosse gravada. No final de todas as entrevistas, me foi oferecido chimarrão e lanches que eu sempre aceitei. Segundo Malinowski (1978) através do relacionamento natural com os sujeitos de uma pesquisa aprendemos a conhecê-los, familiarizamo-nos com seus costumes e crenças.

4.3 COLETA DOS DADOS

Para coletar dados utilizou-se entrevista biográfica semi-estruturada em blocos temáticos sobre a viuvez, o casamento, a juventude e a infância. Ainda, no término da entrevista foram realizadas algumas perguntas mais específicas sobre a condição da viuvez.

⁵ Os nomes das viúvas são fictícios e foram escolhidos aleatoriamente.

Além disso, foram realizadas observações nos encontros do grupo de convivência da comunidade, entrevistas em grupo e entrevista sobre a temática viuvez com a coordenadora do grupo. Buscou-se sempre registrar o que foi observado e realizado durante as idas a campo através da manutenção de um diário de campo.

O diário de campo foi um instrumento indispensável para o registro de dados que surgiram durante os dias de campo, desde a chegada na comunidade, observações das casas das entrevistadas, conversas com outros moradores até o término do dia. Winkin (1998) destaca que o diário de campo possui uma função empírica, em que o pesquisador deve anotar tudo o que lhe chamar atenção e reflexiva analítica, pois se deve reler e fazer anotações e aos poucos vão surgir recorrências comportamentais regulares.

Nos momentos em que eu tomava o lanche com as entrevistadas, detalhes importantes emergiram sobre questões relacionadas à viuvez que não foram mencionadas nas entrevistas. Assim, foi de suma importância manter um diário de campo para registrar sistematicamente todos os detalhes do comportamento dos sujeitos, que foram muito além da fita cassete gravada.

4.4 ANÁLISE DOS DADOS

No contexto desta pesquisa, para a interpretação dos dados coletados, optou-se pela perspectiva de análise qualitativa apontada por Minayo (1998) e denominada de método hermenêutico-dialético. Nesse método de análise a fala dos sujeitos é colocada “em seu contexto para entendê-la a partir do seu interior e no campo da especificidade histórica e totalizante em que é produzida” (p. 231).

A autora apresenta uma proposta para operacionalizar a interpretação dos dados coletados. Inicialmente faz-se um mapeamento de todos os dados obtidos na etapa da pesquisa de campo. Esta etapa engloba a transcrição das fitas cassetes, a organização dos relatos dos dados do diário de campo, a releitura do material. Em um segundo momento passa-se para a classificação, que é fundamentada na idéia de que o dado não existe por si só, mas é construído através do questionamento que se faz sobre ele a partir de uma fundamentação teórica. A primeira etapa da classificação consiste em uma leitura exaustiva e repetida dos textos estabelecendo interrogações que identifiquem idéias centrais do tema em foco. Com base nos dados que se sobressaem, elaboram-se as categorias específicas. Por fim, chega-se a etapa da análise final, em que se procura estabelecer articulações entre os dados e os referenciais teóricos, respondendo à questão norteadora da pesquisa e seus objetivos.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O município de Passo Fundo possuía segundo o IBGE (2000) o total de 168.458 habitantes, sendo que destes, 4.694 moram na área rural do município. O município possui atualmente cinco distritos rurais: Bom Recreio, Sede Independência, São Roque, Pulador e Bela Vista.



Mapa do Estado do Rio Grande do Sul – localização do Município de Passo Fundo

Em relação a alguns aspectos históricos, Bela Vista, comunidade em que esta pesquisa foi realizada, destaca-se porque o seu povoamento, no início do século XX, foi realizado por imigrantes italianos oriundos de outras partes do estado para a região de Passo Fundo. As duas senhoras mais velhas que foram entrevistadas neste estudo são chamadas de “nonas” tanto pelos membros de suas famílias quanto por outras pessoas da comunidade, o que revela traços da cultura italiana em Bela Vista. Uma destas senhoras narrou sua vinda da região de Santo Ângelo- RS para a comunidade de Bela Vista em 1929.

“O meu marido veio a pé, com a carroça e boi. Matemo um porco, cozinhamo a carne e botemo numa lata. Ele veio com a carroça e com as junta de boi que se tinha lá e uma vaca pra tirar leite e outra pra dar cria. E o Alfredo tinha cinco filho e eu tinha só uma. Ela é de 1929. Depois veio a Maria em outubro que se tava aqui. [...] Bela Vista não tinha nada, tinha uma igrejinha porque veio mais gente de lá de onde que eu morava. [...]. Vinha o padre uma vez por mês rezava. Tinha um bolichinho, tinha açúcar, café” (Sara, 94 anos).

Por volta de 1875 os italianos começaram a chegar no Rio Grande do Sul. Suas vilas e povoados se organizavam quase sempre ao redor de uma igreja católica, que, geralmente, dispunha de um salão paroquial para a realização das festas religiosas, e de uma escola. A religião era um ponto importante na vida cultural destes grupos e ocupava lugar de centralidade nas vilas, pois era o espaço de encontro das pessoas para as festas, jogos e conversas (LOURO, 1990). Marta de 93 anos, uma das informantes mais velhas deste estudo, quando perguntada sobre sua religião enfatizou a importância dada a religião católica respondendo: *“Católica. Não dá pra sair fora da católica”*.

Bela Vista está distante 18 Km do centro da cidade de Passo Fundo. De acordo com o IBGE (2000), há 237 domicílios particulares no distrito de Bela Vista. Segundo uma leitura de paisagem realizada pela Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência

Técnica e Extensão Rural – EMATER/RS (2000), na região de Bela Vista as casas são de alvenaria, com tamanho grande, pintadas e arredores floridos com arbustos. As estradas de acesso à comunidade são bem conservadas. Há transporte coletivo diário, luz elétrica em todas as casas. A comunidade possui um posto de saúde e uma escola de ensino fundamental completo e bares. A igreja e o salão paroquial estão localizados no centro da vila. É neste salão em que são realizadas as festas da comunidade e os encontros do DATI. Próximo à igreja está localizado um bar, a escola e o ambulatório. Em uma rua lateral mais afastada situa-se o cemitério da localidade.



Aspecto do centro do distrito. A praça onde está localizada a Igreja e o salão paroquial. Em torno da praça há algumas casas e na direção da estrada de paralelepípedo situam-se um armazém, a escola e o ambulatório.



Aspecto do salão paroquial onde são realizados os encontros do DATI e festas.

Quanto ao cultivo, destaca-se o plantio basicamente de soja, milho, trigo, cevada e aveia. Interessante que não há a existência da cultura de subsistência, apenas algumas pequenas hortas para consumo. As propriedades possuem em média de 40 a 50 hectares. Quanto a aspectos econômicos, há na comunidade criação de bovinos para corte e leite, e a presença de estabelecimentos que exercem atividades não agrícolas, como olarias, madeireira, mecânica e serviço de transporte para a cidade.



Aspecto da estrada de acesso a Bela Vista, cuja entrada é na RS-324 que liga os municípios de Passo Fundo e Pontão.



Aspecto da paisagem de Bela Vista. Destaque para o pasto e as grandes plantações ao fundo da imagem.

Em Bela Vista, atualmente, observa-se que alguns agricultores, além de cultivarem sua pequena extensão de terras e criarem animais, também trabalham, como assalariados, nas grandes propriedades locais que cultivam grãos. Sendo assim, pode-se afirmar que a maioria das propriedades não são usadas para a produção de subsistência e estão mais voltadas para o cultivo de grãos destinados a comercialização.

O proprietário destas grandes propriedades produtoras de grãos, chamado de “granjeiro” contrata empregados para trabalhar em suas extensas lavouras. O pagamento é realizado mensalmente e os empregados possuem carteira assinada. Além disso, estes têm direito a uma certa porcentagem (segundo uma entrevistada 2%) da produção para comercializar por conta própria.

Estes dados reforçam o apontamento de Fernandes (1999) de que o campo brasileiro passou por uma profunda modernização e expansão do capitalismo nas últimas décadas. As transformações recentes, ocorridas em vários setores da agricultura, renegaram a agricultura familiar incentivando a produção em alta escala.

Além disso, observou-se durante a pesquisa de campo novas ocupações não agrícolas, como serviço de mecânica, madeireira e transporte para a cidade. Em relação à cultura de subsistência, é possível encontrar hortas e criação de animais em algumas propriedades, para o consumo próprio. Mas, as mulheres relatam que o verdureiro e o fruteiro semanalmente vão até a comunidade para que os moradores se abasteçam de frutas e verduras, ou então estes mesmos vão para a cidade comprar os alimentos em um hipermercado local. Esta questão foi pontuada pelos extensionistas da EMATER da regional de Passo Fundo em uma das minhas visitas a sede. Eles relataram que em Bela Vista as mulheres não cultivam mais hortas para

subsistência e preferem comprar muitos alimentos que poderiam ser produzidos nas propriedades. Contudo, enfatizaram que Bela Vista tem uma realidade econômica mais elevada do que as outras comunidades rurais de Passo Fundo, em função das condições de relevo e solo que facilitaram proliferação de grandes propriedades produtoras de grãos. A observação de utensílios no interior das casas, como por exemplo, freezer, máquinas de lavar roupa, fornos elétrico, e de carros nos seus pátios revelaram um bom nível econômico desta comunidade.

5.1 AS VIÚVAS

Inicialmente serão apresentadas as biografias das mulheres viúvas que participaram deste estudo para que se possa vislumbrar suas diferentes trajetórias de vida. Posteriormente, serão exibidas e discutidas as categorias que surgiram ao longo do desenvolvimento do processo de análise dos dados. São estas: a dor de ficar só; os laços com o esposo falecido: “uma presença continuada”; as mudanças no ser mulher no meio rural; as relações conjugais; o espaço público das mulheres; os novos relacionamentos?; as relações familiares; “aprender a ir ao banco”.

Isabel

Isabel tem 51 anos e ficou viúva há 16 anos, quando tinha 35 anos. Nasceu em um distrito rural da cidade de Passo Fundo, vem de uma família de oito irmãos sendo a filha mais velha de um casal de trabalhadores rurais e estudou até a 5ª série. Segundo ela, sua vida antes de casar foi muito difícil. Julgava-se a “*ponta da casa*”, pois era ela quem fazia comida, lavava roupa, cuidava dos irmãos enquanto os pais trabalhavam na roça. Aos 17 anos Isabel

casou-se e depois de três anos teve seu primeiro filho, posteriormente nasceram as duas filhas. Depois de casada continuou fazendo o serviço da casa e cuidando dos filhos enquanto o marido trabalhava como capataz de uma lavoura. Segundo ela a relação com o esposo foi boa e sempre se amaram. Faziam poucas atividades separadamente nas horas de lazer, gostavam de ir à bailes e se divertir nos finais de semana. Quanto às finanças, Isabel relata que não podia nem fazer um crediário, pois era o esposo quem administrava o dinheiro, sendo que sua maior aprendizagem depois da viuvez foi lidar com negócios no banco. Ela acredita que a mulher não pode ser tão dependente como ela era.

A morte do esposo foi inesperada. Ele saiu para trabalhar na lavoura e teve um enfarte fulminante. Foi levado para a cidade por um cunhado, diretamente para o pronto socorro, mas não foi possível salvar a vida do esposo. A comunidade auxiliou Isabel durante o velório e enterro, principalmente nos cuidados com a filha mais nova que na época tinha apenas dois meses de vida, segundo ela *“naquele ano não teve primeiro de ano para ninguém”*.

Isabel mora com o filho, a nora, a filha mais nova e uma neta de 5 anos. Ela considera sua família muito unida e as decisões são sempre tomadas em conjunto. Possui uma boa relação com filhos e netos. Ela frequenta o DATI há um ano e é vice-presidente da Associação de moradores da comunidade. Estas são as suas principais atividades, além do envolvimento com o CTG e nas festas da igreja. Isabel diz que o envolvimento em várias atividades e a relação com a filha mais nova e a netinha que mora com ela ajudam-na a se distrair dos pensamentos que a machucam e a ocupar o lugar vazio deixado pelo esposo.

Raquel

Raquel tem 58 anos e é natural de Nova Bassano – RS e está viúva há 5 anos. Perdeu o pai por volta dos 10 anos de idade em um acidente de caminhão. A mãe ficou sozinha e com oito filhos pequenos passando por muitas dificuldades financeiras. Os filhos homens ficavam em casa para ajudar no serviço e as mulheres saíam para trabalhar fora, em casa de outras famílias. Raquel foi trabalhar em uma casa cuidar as filhas de um casal em Círiaco, pois assim podia estudar, contudo estudou só até a 2ª série.

Depois de um tempo foi trabalhar na casa de outra família, mas em Passo Fundo. Ficou trabalhando por oito anos, quando então, depois de quatro anos de namoro, aos 22 anos casou-se. Casada, ficou morando em Bela Vista e teve uma filha e um filho. Raquel relata que não foi feliz no seu casamento, pois seu esposo bebia, maltratava a família e teve amantes. Ele trabalhava nas terras que possuíam e também como carpinteiro, mas no final do dia ao invés de ir pra casa ia para a bodega beber. Em contrapartida ela trabalhava exaustivamente tratando dos animais, tirando e vendendo leite e cuidando da terra, além de cuidar dos filhos e da casa. Com o passar do tempo Raquel diz que deixou de amá-lo, mas mesmo com todo o sofrimento do casamento *“queria assim mesmo ter ele junto né, uma companhia”*.

Inicialmente o seu esposo teve um problema de úlcera, mas Raquel acha que o caso era mais grave pois ele fumava muito, cerca de três carteiras de cigarro por dia. Ele foi internado com fortes dores no estômago, mas faleceu no hospital em função de um enfarte fulminante.

Depois que o esposo faleceu teve depressão e tinha medo de entrar em casa, pois tinha medo do esposo falecido. Ficou um pouco na casa dos filhos e aos poucos voltou para a sua casa. Raquel mora no andar inferior da casa e sua filha, o esposo e um neto moram no

superior. No mesmo terreno o filho mora em outra casa com a esposa e duas filhas. Raquel tem bastante contato com os netos e ajuda a cuidá-los quando necessário. Inclusive a neta mais velha tem um quarto na sua casa e passa bastante tempo com ela.

A família ainda não fez o inventário depois do falecimento do esposo. Raquel vive com a sua aposentadoria e a pensão do esposo, além disso, ganha um arrendamento dos filhos referente a sua parte de terra que é cultivada por eles. Ela frequenta o DATI e diz que pelo menos tem onde ir nas quarta-feiras, assim se diverte.

Lia

Lia tem 61 anos e está viúva há 7 anos. Nasceu em Bela Vista, mas morou em Passo Fundo durante parte de sua infância. Estudou até a quarta série, pois quando passou para a quinta série a família foi morar em Bela Vista. Segundo ela, *“daí até carpir e derrubar mato junto com o meu pai e minha mãe eu ajudei”*. Lia teve sete irmãos e uma irmã, sendo que poderia ter ficado na cidade com o irmão mais velho, que era casado, para continuar estudando, mas preferiu morar com a família no campo pois não gostava de se separar da sua mãe.

Sua infância não foi difícil, pois o pai era um *“amor”* e a mãe também era *“gente boa”*. Durante a sua juventude voltou a morar com a família na cidade, onde o pai possuía um açougue. Nessa época, por volta dos 16 anos, teve alguns *“namoradinhos”*, e namorou um rapaz por muito tempo, mas terminaram o relacionamento. Lia acabou voltando para Bela Vista com os pais onde conheceu seu esposo. Namoraram por um ano e pouco; quando ela tinha 21 anos engravidou, daí se casaram. Ela relata que os seus pais sempre deram apoio,

mas sua sogra, no início, não gostava do que tinha acontecido. O casal teve cinco filhos, destes apenas uma menina.

Lia diz que foram bem de casamento, que no começo era difícil, mas nunca passaram fome. Sua rotina era de muito trabalho dividida entre os afazeres da casa e a lida na lavoura. Inicialmente, ela e o esposo moraram com dois cunhados, suas esposas, os filhos dos casais e a sogra. Mas há 26 anos mora somente com os seus filhos e com a sogra.

Atualmente mora com um filho que é solteiro e com a sogra, porém revela o desejo que um dos filhos casados venha morar em uma casa no mesmo terreno com a nora e com o filho. Lia não é aposentada, mas recebe a pensão do esposo. A família providenciou o inventário e os filhos plantam na parte da terra que é de Lia, mas essa não cobra deles arrendamento, diz que os filhos lhe dão dinheiro quando ela precisa.

Possui nove netos, sendo que a mais velha tem 15 anos e o mais novo alguns meses. Recebe visitas dos filhos e dos netos, mas refere que fica mais em casa em função da sogra que já é bastante idosa. Sai rapidamente visitar os filhos, que moram em outras localidades, enquanto a sogra fica deitada.

Rute

Rute tem 61 anos e está viúva há 16 anos. Ela nasceu em um distrito rural da cidade de Passo Fundo. Relata ter tido uma infância bastante sofrida junto com seus 12 irmãos. Aos quinze anos perdeu seu pai e tinha apenas dois irmãos mais velhos, sendo que a irmã mais

nova não havia nascido ainda, pois ele faleceu em um mês de agosto e a nenê nasceu no mês de janeiro seguinte. Trabalhou arduamente na lavoura para conseguir sobreviver.

Ao narrar sua juventude, Rute destaca que se divertiu bastante indo a bailes com as irmãs e vizinhos, sendo que às vezes caminhavam cerca de 20 Km para chegar nas festas. Conheceu seu esposo em uma festa e começaram a namorar. Depois de dois anos, quando ela tinha 19 anos, se casaram. Ela relata que seu casamento foi muito feliz e que o casal nunca teve discussões. Em relação ao trabalho, depois de casada o casal trabalhou com uma olaria e lavoura própria. Eles tiveram um casal de filhos.

O esposo de Rute faleceu em função de um câncer. Ela relata que se sentia muito só nos primeiros tempos sem o esposo, pois morou alguns anos sozinha, já que o filho trabalhava como empregado em uma propriedade e só vinha para casa um dia por semana. Há 8 anos o filho casou-se e ela deu a sua casa para o filho e construiu junto desta a sua cozinha, seu quarto e seu banheiro. A filha mora em outra casa, mas no mesmo terreno. Tem um contato intenso e freqüente com os dois netos que possui, pois eles almoçam todos os dias com ela.

Depois do falecimento do esposo, o filho continuou trabalhando como empregado, o que faz até hoje, mas também passou a cultivar as terras de Rute e lhe paga arrendamento. O trabalho do filho permite que ele cultive as suas terras e as terras de Rute, e o empregador inclusive lhe fornece o maquinário e as sementes necessárias.

Rute é aposentada e conta com a pensão do esposo. Suas atividades estão relacionadas a ajuda que dá ao filho no trato de uma criação de cabritos e galinhas, aos cuidados da casa e dos netos que ficam durante a manhã com ela e a tarde vão para a escola, e visitas à sogra que

mora em uma casa no terreno ao lado do seu com seu irmão e sua cunhada. Há 6 anos Rute tem um namorado que é de Passo Fundo, mas não quer morar com ele. Freqüenta o DATI há 4 anos e relata ser uma de suas fundadoras.

Eunice

Eunice tem 63 anos e está viúva há 4 anos. Nasceu em Bela Vista, teve duas irmãs e relata uma infância sofrida, de muito trabalho braçal na lavoura, sendo que estudou até a quarta série. Refere-se à juventude como “*trabalhosa*”, pois eram em três irmãs e trabalhavam na roça da mesma forma que os homens. Mas se divertiam indo a bailes, a festas, jogando vôlei e outros jogos.

Conhecia o seu esposo desde criança e não gostava dele quando “*nova*”, mas daí com o passar do tempo começaram a namorar. Quando ela tinha 21 anos casaram-se. Em relação ao casamento Eunice, refere que ela não fazia nada sem antes falar com o esposo. Tiveram quatro filhos, uma menina e três meninos.

Seu marido ficou doente por dois anos e faleceu de câncer, sendo ela a sua cuidadora. A família dividiu os bens no hospital antes do falecimento do esposo. Eunice parou de trabalhar na lavoura há 15 anos atrás, tem sua aposentadoria, recebe a pensão do esposo e os filhos estão lhe pagando um “*arrendamentozinho*” da sua parte de terra cultivada por eles. Eles possuem duas propriedades e atualmente os filhos, que trabalham juntos, estão arrendando um pedaço de terra em outro município próximo a Passo Fundo.

Eunice mora sozinha em um terreno ao lado da casa de um dos filhos que vive com a esposa e uma filha. Após o falecimento do esposo ela relata que este filho queria que ela fosse morar com ele, mas ela não quis. Ela possui bastante contato com a nora e a neta que moram muito próximas, inclusive quando o filho viaja elas posam com Eunice. Os outros netos ela vê a cada 15 dias.

Eunice diz ficar mais em casa nos últimos tempos, nunca foi ao DATI e parece não ter vontade de freqüentá-lo. Apresenta dificuldades de falar do esposo e parece bastante vinculada a ele.

Dalila

Dalila tem 65 anos e está viúva há cinco anos. Nasceu em um distrito rural próximo a cidade de Passo Fundo. Ela vem de uma prole de sete irmãos do casamento de sua mãe com seu pai, mas este já tinha sido casado anteriormente, então ela possui mais oito “*meio*” irmãos. Seus pais trabalhavam na lavoura e ela refere que desde pequena também trabalhava na lavoura, além de cuidar de animais que criavam, como porcos. Dalila e os irmãos estudaram muito pouco, apenas dois anos e incompletos, pois durante todos os anos, nos meses de setembro tinham que ajudar o pai a carpir na lavoura.

Seu pai era um homem bem mais velho que sua mãe e tinha o hábito de jogar, sendo que, às vezes, passava a semana fora de casa. Ela lembra que no tempo livre acompanhava os pais em festas de aniversários, que eram muito comuns naquela época. Contudo, o pai e a mãe não tinham atividades sociais em que o casal saísse sem os filhos, apenas o pai saía sozinho para jogar.

Dalila perdeu o pai quando tinha 7 anos. Depois que o pai faleceu, a família continuou trabalhando para o sustento da casa. Tinham uma pequena lavoura e a mãe criava gado. A mãe tocou tudo pra frente. Para Dalila *“mãe é tudo, não tem. O pai quando é amanhã depois abandona os fio, e mãe, a minha não”*. Sua mãe não quis casar-se novamente apesar de ter aparecido pretendentes.

Dalila casou-se, aos 18 anos, com um vizinho depois de namorar durante quatro anos e ficar noiva durante um. O casal sempre trabalhou na lavoura, mas ele como empregado de outras lavouras. Depois de seis anos de casados compraram sua própria terra. Com o passar dos anos foram aumentando a sua propriedade. O casal teve seis filhos, sendo que o mais novo faleceu há oito anos. Atualmente Dalila tem netos e bisnetos e mantém uma boa relação com eles.

Dalila sempre trabalhou arduamente. Na época de plantio deixava uma menina cuidando dos filhos e ia para a lavoura. Chegava ao meio dia em casa para fazer comida e lavar roupa e, na parte da tarde, voltava para a lavoura. As atividades de lazer resumiam-se a saídas com os filhos nos domingos. Quando o marido ia jogar bola, atividade que ele gostava de fazer, Dalila ficava em casa costurando (remendando) as roupas da família.

As finanças eram administradas somente pelo marido, sendo que ela arrepende-se de nunca ter participado dos negócios. Dalila ressentiu-se quando descobriu que o esposo mantinha um caso com uma amante na cidade. Um dos filhos exigiu que rompesse com a amante. A partir daí quando tinham que ir para a cidade, Dalila ia junto. Segundo ela, o esposo teve uma crise de depressão e daí começou a ficar doente e a família descobriu que ele

estava com Mal de Parkinson. Durante quatro anos e meio ele passou por períodos difíceis e por momentos de melhora. Com o tempo, passou a ter convulsões e foi internado, e depois de 11 dias faleceu. Dalila estava com ele no momento de sua morte.

Logo que ele faleceu, ela parou o trabalho com as vacas, mas continuou plantando mandioca e amendoim até dois anos atrás. Ela acha que já trabalhou demais na vida por isso mantém apenas a sua hortinha e faz trabalhos manuais como crochê.

Quando o esposo faleceu Dalila dividiu as terras entre os filhos e ganha 50 sacas de soja de arrendamento de cada um, todos os anos, para ela mesma comercializar. Ela relata que teve que se virar, mas agora faz o que quer com o dinheiro.

Fazia três anos que era viúva quando começou a frequentar o DATI. Considera que sai muito mais de casa agora e segundo ela “*sai, se diverte, proseia, dá risada*”.

Ana

Ana tem 68 anos e perdeu o esposo há um ano e meio. Nasceu em um distrito rural de Passo Fundo. Ela é a mais velha de quatro irmãos e trabalhou desde pequena no moinho que seus pais possuíam e também cuidando da casa e dos irmãos e estudou até a 3ª série.

Ela conheceu o esposo em uma capela da comunidade onde as pessoas se reuniam para rezar o terço. Cerca de um ano depois, quando Ana tinha 21 anos, se casaram. Seu esposo era ferreiro e ela cuidava da casa e dos filhos, mas ajudava tanto na ferraria quanto em

uma lavoura que os sogros possuíam. Depois que os filhos nasceram dedicou-se mais aos trabalhos domésticos e menos as outras atividades. O casal teve cinco filhos, com idades, hoje, entre 45 e 32 anos. Ana tem atualmente oito netos.

Segundo Ana seu casamento era bom. Nos finais de semana quando o marido ia jogar com os outros homens da comunidade na bodega, ela fazia visita para as vizinhas. Juntos iam a bailes para acompanhar as filhas, mas o esposo não gostava de festas. Quanto à administração do dinheiro, esta era função do esposo. Ela dizia o que precisava comprar e ele dava o dinheiro necessário.

Quando seu esposo teve um derrame, os filhos já não moravam na casa de Ana. Ele ficou doente durante seis anos, sendo que nos dois últimos meses de vida, os filhos colocaram uma cama de hospital na casa de Ana e o casal passou a dormir separadamente. Em um domingo ele passou muito mal do estômago e foi levado por um dos filhos para o hospital. Resistiu uma semana e faleceu. Durante o tempo desta internação Ana optou por não visitá-lo, mas os filhos acompanharam o caso indo ao hospital diariamente.

Ana mora em sua casa que fica no mesmo terreno da casa de um dos filhos. Após a perda do esposo ela ficou sete dias na casa deste filho e relata que não conseguia permanecer dentro de sua casa por muito tempo. Procurou então uma médica no posto de saúde local, pois se sentia muito nervosa. A médica receitou a ela um antidepressivo que Ana começou a tomar e sugeriu que ela saísse para se entreter. Então ela começou a limpar sua horta, pois sentia-se bem mexendo na terra, e também começou a sair de casa para visitar as vizinhas. Quando uma de suas filhas viu a medicação que a médica receitou disse a Ana que se ela continuasse a tomá-la poderia ficar viciada. Então, Ana decidiu não tomar mais a medicação e disse que iria

“enfrentar a fera” e começou a sair para caminhar e desabafar. Então, por insistência das vizinhas começou freqüentar o grupo de convivência do DATI.

Hoje, ela tem sua aposentadoria e recebe pensão do esposo, administrando, assim, o seu dinheiro. Atualmente vai às reuniões semanais do grupo e nos finais de semana dificilmente perde os bailes, pois gosta muito de dançar. Ana diz sentir-se muito bem atualmente, já que sofreu muito nos primeiros tempos da viuvez. Ela relata que suas amigas perceberam diferenças nela depois que entrou no DATI, achando-a mais alegre.

Marta

Marta tem 93 anos e está viúva há 30 anos. Nasceu em Antônio Prado – RS, mas há 74 anos mora em Bela Vista. Marta perdeu a mãe quando tinha 6 anos e uma das irmãs que com seis meses de idade faleceu, pois teve sarna e o seu padrinho passou banha com enxofre no seu corpo. Acabaram ficando em três irmãs e moraram com a avó paterna, que tinha 77 anos, porque o pai passou meses em Porto Alegre logo depois do falecimento de sua mãe. Mas a avó também faleceu após um ano do falecimento da mãe de Marta. Daí a sua vida ficou mais difícil, já que ficaram “sozinhas mesmo”. Aos 8 anos de idade foi para Guaporé e ficou morando com o pai enquanto as outras irmãs moraram com um primo. Ela sabe apenas ler, pois estudou por pouco tempo.

Ela e o esposo eram vizinhos, acabaram namorando e quando decidiram casar Marta tinha 18 anos. Daí vieram para Bela Vista. Tiveram oito filhos, duas meninas e seis meninos. Ela e o esposo sempre trabalharam na roça juntos. Ela relata que gostava de ir as missas com

o esposo nos domingos, e depois que acabava ela ia para casa e ele para a bodega. Depois que o marido faleceu, Marta continuou trabalhando na roça até os 73 anos.

Há um ano Marta só dizia que ia morrer. A família então procurou um médico que ela confia muito e ele diagnosticou depressão, prescreveu medicação e ela melhorou. Ela mora há vários anos com um filho e a nora. Recebe sua aposentadoria e sua pensão. Parece não possuir muitos contatos com seus netos, bisnetos e tataranetos. Na sua rotina diária acorda de manhã, levanta cedo e passa a maior parte do dia sentada em um sofá próximo da porta. Ainda assiste às novelas que passam às 18 horas e às vezes vê alguma missa na televisão antes de dormir. Marta tem certa dificuldade de locomoção devido à idade e é chamada por seus familiares e conhecida na comunidade por “*Nona*”.

Sara

Sara tem 94 anos e está viúva há 45 anos. Ela nasceu em Sobradinho, cidade situada no Vale do Rio Pardo. Ela teve mais duas irmãs e perdeu a mãe aos 9 anos de idade, dois dias depois de ter dado à luz a sua irmã mais nova. Uma tia, irmã da sua mãe criou a nenê até um ano e meio, depois levaram ela para a casa em que moravam com o pai. E o pai “*quando não era bêbado era brabo.*”

Quando a irmã mais nova tinha 11 anos Sara se casou. Na época, ela conheceu o esposo em Cachoeira, localidade onde moravam na região de Santo Ângelo. Casou em Colônia Vitória, onde o pai havia comprado terras depois de ter se mudado de Cachoeira. Depois de casada o sogro sugeriu que comprassem terras mais baratas para não ficarem

sempre plantando em terras alugadas. Então vieram para Bela Vista em 1929. Trabalharam cinco anos para pagar as terras.

Nessa época, Sara já tinha uma filha, depois nasceram os outros oito filhos. Sempre trabalhou na lavoura e cuidou da casa e dos filhos. Depois que seu esposo faleceu em um acidente de cavalo sempre morou com os filhos. Há 26 anos, mora com uma nora que também está viúva há 5 anos. Depois de ter completado 60 anos passou a ganhar aposentadoria, mas continuou indo para a roça até os 80 anos.

Sara tem mais contatos com os filhos e netos da nora com quem ela mora. Relata que a nora é mais que uma filha e que os netos fazem tudo por ela. Atualmente, ela se locomove com certa dificuldade e passa a maior parte do tempo em casa. Também é chamada pelos familiares e por outras pessoas da comunidade de “*Nona*”.

5.2 QUADRO DE CARACTERÍSTICAS DAS VIÚVAS E FALECIMENTO DOS ESPOSOS

A seguir, há um quadro que explicita um panorama geral sobre algumas características acerca da situação de vida das viúvas e do falecimento de seus esposos. Assim, pode-se visualizar de forma rápida breves informações a respeito das viúvas que foram sujeitos desta pesquisa.

Nº	As viúvas: Nome Idade Tempo de Viuvez Profissão	Características do falecimento do esposo: Idade do esposo ao falecer Profissão do esposo Situação empregatícia do esposo Causa da morte
01	Isabel 51 anos Viúva há 16 anos Trabalhadora rural	38 anos Trabalhador rural Empregado de lavoura Enfarte
02	Raquel 58 anos Viúva há 5 anos Doméstica	51 anos Agricultor Lavoura própria Enfarte
03	Lia 61 anos Viúva há 7 anos Do lar	54 anos Agricultor Lavoura própria Câncer
04	Rute 61 anos Viúva há 16 anos Doméstica	55 anos Agricultor Lavoura própria Câncer
05	Eunice 63 anos Viúva há 4 anos Agricultora	59 anos Agricultor Lavoura própria Câncer
06	Dalila 67 anos Viúva há 5 anos Trabalhadora na lavoura	67 anos Trabalhador na lavoura Empregado de lavoura e Lavoura própria Doença de Parkinson
07	Ana 68 anos Viúva há 1 ano e 6 meses Do lar	66 anos Ferreiro Ferraria própria Derrame
08	Marta 93 anos Viúva há 30 anos Da roça	67 anos Colono Lavoura própria Câncer
09	Sara 94 anos Viúva há 45 anos Roça	58 anos Da roça Lavoura própria Acidente de cavalo

5.3 AS CATEGORIAS ANALÍTICAS

As categorias de análise que seguem, foram criadas a partir dos dados que se sobressaíram nas inúmeras leituras das entrevistas e dos diários de campo.

5.3.1 A DOR DE FICAR SÓ

Perder uma pessoa próxima definitivamente é uma situação que mobiliza muita dor e sofrimento. Observa-se nos relatos das mulheres viúvas entrevistadas que, mesmo aquelas que relatam não ter tido um bom casamento, a tristeza é um sentimento presente ao longo do processo de luto, bem como, a dificuldade inicial de adaptação à vida sem o esposo falecido. Raquel, uma das entrevistadas que referiu não amar mais o marido, pois este bebia e maltratava a família além de ter tido amantes ao longo da vida conjugal, relata que gostaria de ter a sua companhia.

“Mesmo assim que a gente sofreu bastante mas queria assim mesmo ter ele junto né, uma companhia” (Raquel, 58 anos).

Pode-se pensar que, em relação à expressão da tristeza, além desta ser um sentimento que as mulheres devem ter sentido no seu íntimo e em diferentes intensidades ao longo do processo de luto, também é um discurso oficialmente correto acerca de como se deve sentir a perda de alguém. Os discursos, até mesmo os científicos, criam expectativas de comportamento em relação à viúva. Freud (1974) refere que a pessoa que sofre a perda tem que retirar sua ligação emocional do falecido e Kovács (2002), destaca, ainda, que a expressão de sentimentos nas ocasiões de perda é fundamental para o desenvolvimento do processo de luto.

Sara, em sua fala, expressa de que forma enfrentou a perda:

“Se desfazer o que sente por dentro né, e então fica triste” (Sara, 94 anos).

Em relação aos primeiros tempos de viuvez, durante as entrevistas observou-se que ao narrar a situação da perda, as viúvas referiam uma sensação de desorientação, caracterizando estes como os momentos mais difíceis do processo de adaptação à vida sem o esposo. Segundo Worden (1998) muitas viúvas levam um tempo considerável para perceber o que é viver sem o esposo. Esta compreensão acerca de como é a vida sem o companheiro, geralmente envolve lidar com o fato de viver sozinha, educar os filhos sozinha, enfrentar uma casa vazia, a falta importante do esposo e tratar das finanças sozinha. O luto pode levar a pessoa enlutada a perceber a si mesma como desamparada, desorientada, mas ao longo do tempo estas imagens negativas cedem lugar a outras mais positivas e a pessoa sobrevivente é capaz de levar adiante sua vida e aprender novas formas de lidar com o mundo (WORDEN, 1998).

Além disso, essa desorientação pode relacionar-se com a questão da desorganização dos papéis que a pessoa enlutada deve passar a desempenhar depois da morte do cônjuge, porque a estrutura de complementaridade que normalmente existe em um casal acaba se desmontando. Nesse sentido, Lopata (1973) refere que ocorre uma desordem na vida com a morte do esposo em função da desorganização do padrão de papéis que a mulher desempenhava enquanto casada. Eunice em seu depoimento deixa claro o sentimento de desnorreamento:

“A gente fica só, sem marido, parece que cai a casa. Não é fácil. Eu pra mim me senti perdida” (Eunice, 63 anos).

Alguns outros aspectos em relação à ocasião da perda do esposo também foram relatados pelas entrevistadas. Para Pincus (1989) as circunstâncias da perda, tais como a forma da morte, o conhecimento prévio e a preparação para a perda interferem no processo de

elaboração desta. Stroebe; Stroebe (1992) referindo-se ao estudo longitudinal na Alemanha, intitulado “*The Tübingen Longitudinal Study of Bereavement*” afirmam que a morte esperada pode ter circunstâncias diferentes, pois há a oportunidade de exercitar algum controle sobre o curso dos eventos antes da morte, como por exemplo, intervenção de tratamento médico, criação de uma relação pessoal com o doente terminal e vivência de um luto antecipatório compartilhado. Quanto à expectativa da perda, a pesquisa demonstrou que se esta é inesperada o primeiro impacto é bastante forte, no entanto, não afeta necessariamente a capacidade de recuperação da pessoa enlutada.

Nesse sentido, Raquel, ao descrever a morte do esposo, relata que tanto ela quanto os filhos levaram choque, pois mesmo já sabendo da doença, ela e a família não esperavam que ele fosse falecer. O depoimento de Raquel, além de revelar a intensidade do impacto que a morte não esperada causou na família nos primeiros tempos após a perda, ainda destaca o desencadeamento, segundo ela, de quadros de depressão nos membros da família. Em relação aos efeitos da perda na saúde física e mental, Parkes (1996) destaca a observação, em pessoas enlutadas, da grande possibilidade do desenvolvimento de sintomas depressivos e queixas somáticas.

“Não foi fácil. Porque né, a gente tomou um choque. Ele tava doente né, tinha problema de estômago e daí um dia de manhã ele era pra ser internado. E daí levemo né, internemo quando foi no sábado de tarde ele faleceu de enfarte fulminante. Então aquilo ali foi um choque pra nós, a gente nem esperava né. [...] Todos nós deu depressão, a filha, o filho e eu” (Raquel, 58 anos).

Sabe-se que a pessoa que sofre com uma perda necessita de um tempo para assimilar que o objeto amado não existe mais, e que esse processo de luto não tem um tempo determinado para ser concluído, mas depende de como é vivenciado pela pessoa enlutada. Para Freud (1974) o trabalho do luto é retirar a libido do objeto perdido, contudo essa retirada

da libido não é um processo que possa ser realizado num momento, mas deve ser prolongado e gradual.

Todo esse processo mobiliza intensa dor e tristeza na pessoa enlutada, porém segundo Worden (1998) executando as tarefas de luto, a pessoa consegue lidar melhor com esta dor. Destaca, ainda, que se estas tarefas não forem concluídas pelo sobrevivente podem prejudicar seu crescimento e desenvolvimento futuros. Dessa forma, destaca-se o aspecto temporal deste processo de dor e tristeza por que passa a pessoa que perde um ente querido na busca de adaptação à vida.

Em vários relatos observa-se o discurso da dor e tristeza presentes em diferentes momentos do processo de luto das mulheres viúvas. Raquel, em seu depoimento, revela a dificuldade de entrar em casa depois da perda. Ela demonstra assim, o impacto que teve ao enfrentar a realidade de que o esposo estava morto ao se deparar com a casa vazia.

“Acredita que eu não conseguia entrar dentro da minha casa aqui, deus o livre” (Raquel, 58 anos).

Observa-se no relato de Lia a intensa tristeza ao ter que aceitar a realidade da morte presente nos primeiros tempos após a perda do esposo. O fato de entrar em um lugar e ter a sensação de ver a pessoa perdida, segundo Worden (1998) faz com que a pessoa enlutada relembre-se que o seu amado na realidade está morto, e assim vá aceitando paulatinamente a perda.

“[...]tristeza, desespero, não sabia o que fazer e mais, digo de lidar com as coisas sem ele. Tu estava num galpão tu via, parecia ele sempre presente né. Mas foi muito difícil” (Lia, 61 anos).

Isabel conta que não mexeu nas roupas do esposo falecido, pois muitas pessoas procuram esconder os pertences da pessoa que faleceu, mas ela acredita que é preciso aceitar a realidade. Podemos entender essa situação, como Isabel mesma refere, de busca de aceitação da realidade. Contudo, o fato de não mexer nas roupas do esposo também evidencia uma estratégia de minimização do sofrimento, já que isso atualizaria a dor do enlutado.

“Eu não, deixei no guarda-roupa tudo né. Assim as coisa dele, eu nunca tive assim, disse não, não quero ver. Nem o filho. Porque prá te falar a verdade, depois de uns tempo passado, o filho começou a usar as roupa dele. Então nós aceitamos né, que é a realidade. Tu não pode fugir da realidade né” (Isabel, 51 anos).

Já o depoimento de Ana evidencia o luto realmente como um processo em que a pessoa enlutada sente uma dor forte, que diminui com o passar dos dias, mas que permanece por muito tempo presente na vida da pessoa cada vez que uma situação reativa lembranças do ente querido.

“Primeiro eu tinha uma tristeza, uma coisa, mas agora, graças a Deus, desabafei aquela coisa saiu. Então aquela que a gente sai pra lá e pra cá, sabe que a gente não fica mais pensativo, né. Só quando tu chega em casa, que tu entra dentro de casa que te dá aquela coisa. Depois passa. Quando a gente sai assim, a gente passa dando risada né, uma judiando da outra. Se voltasse, mas depois que a pessoa vai embora não volta mais” (Ana, 68 anos).

Outro aspecto elucidado acima, na fala de Ana, refere-se às relações sociais como um elemento que lhe auxiliou na sua reorientação após a perda. Apesar de que num primeiro momento a pessoa pode rejeitar os contatos sociais em função de um retraimento ocasionado pela sensação de que o mundo se tornou pobre e vazio após a perda do ente querido (Freud, 1974), ao longo do tempo as estruturas sociais auxiliam na adaptação a vida. Worden (1998)

destaca ainda que a ausência de uma rede de apoio social é um fator que pode dificultar a conclusão satisfatória do processo de luto.

Uma questão relacionada à adaptação ao falecimento dos esposos, e que foram recorrentes nos relatos das viúvas, diz respeito ao fato da importância da família, principalmente da relação com os filhos, noras e netos, para a superação da dor da perda. Kovács (2002) relata que fatores psicológicos e sociais também afetam o luto, como por exemplo, as condições de vida do sobrevivente, se este vive sozinho, se tem de cuidar de outras pessoas, além das condições econômicas e da idade. Esses fatores, por si só, não são os únicos responsáveis pelo processo de luto, mas podem afetar o seu desenvolvimento.

Percebe-se que Isabel, em sua fala, diferencia dois aspectos presentes na vida de uma mulher quando perde seu esposo: a dor e a dificuldade. Ela fala na dor da perda, mas também da dificuldade de uma mulher se virar sozinha com os filhos. E são essas dificuldades, próprias da vida cotidiana que podem agravar a situação emocional da mulher viúva, pois, muitas vezes, estas exigências concretas do dia-a-dia podem impedir o sentimento da dor.

“Como eu sofri. Teve dias assim que eu achava que ia terminar tudo pra gente né. Parecia que ia escurecer o mundo como eu rezava e pedia muito assim pra Deus que me desse aquela força, que eu tinha de criar os filho né, criar eles e sempre pedindo saúde pra eles e pra a Bernardete que era o nenê” (Isabel, 51 anos).

Na perspectiva de Rute, a adaptação à perda está relacionada à aproximação dos filhos. Em seu depoimento, os primeiros anos de viuvez são caracterizados como os tempos mais difíceis, pois ela ficou morando sozinha e sentia-se muito só. Atualmente, ela mora junto com o filho e no mesmo terreno construiu uma casa para a filha morar. Percebe-se, assim, o

sentido positivo atribuído à reaproximação dos filhos para superar a solidão causada pela ausência do esposo.

“Eu no começo pra mim foi brabo. No começo eu fiquei cinco anos “solita”, o filho trabalhava, a filha morava longe, daí eu fiquei numa solidão cinco anos. [...] Agora, o filho casou, tem o netinho, a filha veio morar comigo aí. Agora tô feliz, agora não me sinto mais sozinha. Mas eu tive muita solidão. Mas passou, agora tô feliz” (Rute, 61 anos).

Lia, também atribui à família um importante papel na sua adaptação à viuvez, destacando o cuidado que dá à sogra e o amor dos filhos como aspectos que deram sentido à sua vida sem o esposo. Segundo Worden (1998), a perda por morte pode desafiar os valores fundamentais da vida e assim, é comum a pessoa enlutada sentir que perdeu a direção de sua vida e procurar significados na perda, e dessa forma, construir outros sentidos para a sua vida.

“Mas eu digo, a gente leva em frente tudo porque o que a gente vai fazer né? Isso, a vida, é assim, não sabe quem é que vai primeiro ou depois né? Eu me apeguei porque eu tenho a sogra que mora junto, que tenho que cuidar dela, e os filhos que me amam muito e tão sempre junto comigo né” (Lia, 61 anos).

Dentre as viúvas entrevistadas a grande maioria narrou com tranquilidade aspectos do seu passado e do seu presente relacionados com o esposo falecido, mesmo esboçando tristeza ao recordar os momentos difíceis e sofridos. Muitas relataram que sofreram para se adaptar às mudanças, contudo percebiam-nas positivamente, bem como as aprendizagens realizadas após a viuvez. Entretanto, uma das entrevistas foi reveladora de uma situação em que a dor mais intensa ainda estava presente na fala da viúva quando se referia ao esposo falecido. Trata-se da entrevista de Eunice, que foi a mais difícil de ser realizada, pois a informante chorou a maior parte do tempo. Worden (1998) referindo-se ao término do processo do luto, afirma que não há como estabelecermos uma data precisa para isso. Contudo, um sinal de que o processo

de luto está chegando ao seu final é o fato da pessoa ser capaz de pensar na pessoa querida, que morreu, sem dor. Claro que existe sempre a presença de um sentimento de tristeza, mas esse não estaria associado ao aspecto doloroso inicial do processo de luto. Ou seja, a pessoa poderia pensar e falar no ente falecido, por exemplo, sem manifestações de choro. Com esta colocação não está se insinuando que as outras mulheres terminaram seu processo de luto e que Eunice ainda não o concluiu, até mesmo porque esta questão não integra os objetivos desta pesquisa, além de que pesquisadores, como Klass; Silverman (1996), que estudam a manutenção dos vínculos com a pessoa falecida questionam se o luto realmente terminaria algum dia. O que se reforça é a presença contínua da tristeza na vida destas mulheres viúvas, porém, cada uma delas vivenciou-a em diferentes intensidades ao longo do seu próprio processo de luto e de acordo com a maneira que cada uma encontrou para superar a dor da perda do cônjuge.

Assim, pode-se observar que a tristeza é um sentimento presente na vida de uma mulher viúva, porém vivida com mais dor, principalmente, nos primeiros tempos da perda do esposo. Mas, as mulheres entrevistadas, também, revelaram os diferentes aspectos que, ao longo do tempo, facilitaram a adaptação à vida sem o companheiro, e que conferiram outros sentidos às suas vidas.

5.3.2 OS LAÇOS COM O ESPOSO FALECIDO: “UMA PRESENÇA CONTINUADA”

A relação com o esposo falecido é um outro elemento que aparece com bastante importância nas falas das mulheres. Essa relação já foi vista, ao longo do tempo e por diversos estudiosos, de diferentes formas. Em um certo discurso científico, dominante na maior parte

do século XX, se destaca a maior importância de cortar esses vínculos. Já na discussão atual, alguns estudiosos estão reexaminando o modelo que propõe que o objetivo do trabalho de luto seja cortar os laços com a pessoa falecida e estão sugerindo alternativas de compreensão do processo de adaptação à vida sem a pessoa amada.

As mulheres viúvas entrevistadas relatam diferentes situações da vida cotidiana e evocam lembranças do esposo falecido, revelando, muitas vezes, a manutenção de vínculos com o companheiro. Os laços com os falecidos configuram-se de diferentes formas na vida das mulheres. O marido é lembrado tanto em pequenos ocasiões da vida cotidiana, como por exemplo durante uma refeição, quanto através de uma figura idealizada produzida pela viúva ou como um conselheiro importante para a família.

Isabel lembra-se do esposo quando toma café da manhã com o filho. Quando era casada servia a nata tirada do leite para o esposo comer. Ela diz que nos dias de hoje, essa situação se repete com o filho, o que lhe traz à lembrança, o esposo.

“O filho senta aqui ó, pra tomar café de manhã, eu vou lá na geladeira pego a leiteira e tem aquela nata do leite né. E daí o meu marido adorava nata. E daí eu boto tudo aqui na mesa e o mano pede pra mim tirar pra ele. Eu tiro né, coloco num pirequinho e ele come aquela nata. Então aquilo ali ó, eu me lembro muito ele né. Era o que ele gostava né, ele fazia isso. E o filho tem, eu não falo isso pro filho, eu fico analisando, olhando e vendo né, é pro pai dele né aquilo ali. Então eu faço aquilo pro filho agora” (Isabel, 51 anos).

Rute relata que se lembra do esposo quando faz comidas que ele gostava. E em relação ao filho, comenta que este continua a criar certos animais domésticos porque o pai os criava. Percebe-se na fala de Rute o tom de respeito à memória do esposo e através da continuidade de atividades realizadas por ele.

“A comida dele preferida eu sempre digo quando eu vou fazer. Às vezes digo pro meu filho, essa que é a comida do teu pai. E ele, também ele tem: ‘eu não termino com os porco, eu não termino com bicho nenhum porque o meu pai sempre tinha.’ É sempre o nosso dizer assim. E qualquer coisa assim também daí eu digo: “por que que nós vamo terminar se o teu pai sempre tinha né?” (Rute, 61 anos)

Outra situação observada no contexto pesquisado é a ligação forte com a figura idealizada do esposo construída pela viúva. Isabel, em seu depoimento, ilustra essa situação:

“Penso bastante nele, e daí quando eu começo a pensar nele assim, eu penso que ele era muito bom pra mim. [...] Acho eu que não tem, no meu pensamento, não existe outro que vai fazer pra mim o que ele fazia. Não sei se eu penso certo ou se eu penso errado, mas eu acho. Até hoje eu não gostei de uma pessoa, de olhar e dizer eu gostei, não. Eu acho que aquilo que eu sentia por ele, ainda não... eu sinto falta dele” (Isabel, 51 anos).

Nesse sentido, Lopata (1996), refere que esta idealização pode executar várias funções para a viúva, ajudando esta a nutrir sentimentos positivos em relação a si mesma por ter tido um bom marido ou, ainda, desbotando memórias desagradáveis do passado.

Também, observa-se que algumas mulheres referem-se aos esposos falecidos como um guia moral para si e para a família enlutada. Elas conversam com os falecidos, rezam, pedem conselhos e valorizam seus valores e condutas na tomada de decisões. Nesse sentido, para Walter (1999) a relação com a pessoa falecida pode ser mantida através das conversas do sobrevivente com a pessoa que faleceu, em cemitérios, por exemplo, ou através de conversas com outras pessoas sobre a história de vida do falecido, pois isto possibilita que a pessoa enlutada incorpore a memória da pessoa falecida na sua vida atual.

Lia, em seu depoimento, revela que conversa com o esposo e refere pedir ajuda para continuar vivendo, demonstrando, assim, que busca sua orientação para tocar sua vida.

“Agora ... eu assim, penso nele, converso com ele às veiz eu rezo pra ele né. De noite, quando venho deitar. Daí eu me lembro dele, daí eu converso. Peço pra ele me ajudar a continuar a vida né” (Lia, 61 anos) .

Eunice, em seu relato, ilustra a valorização que atribui a alguns posicionamentos que o marido possuía. Dessa forma, ela busca resignificar no presente as posturas que ele assumia no tempo em que eram casados, construindo de certa maneira uma imagem do esposo como guia das escolhas familiares. Contudo, observa-se na fala de Eunice, que a lembrança do esposo também remete à percepção da ausência, pois ela, no seu tom de voz, enfatizou “aquela falta”.

“Quando eu vou fazer uma coisa que ele gostava eu já me lembro, daí a gente sente aquela falta dele né. Mas eu digo sempre: o pai gostava, o pai fazia, o pai queria né. Ele gostava ou ele não gostava que fizesse assim” (Eunice, 63 anos).

As situações que descreveram uma continuação de vínculos entre a viúvas e seus esposos falecidos não foram percebidas como problemáticas ou patológicas. Porém, os reflexos da falta que as pessoas sentem e o estabelecimento dos elos com o ente que partiu podem se configurar de formas diferentes. Um reflexo desses laços que se mantêm pode ser percebido através dos pequenos gestos, como as situações descritas do café da manhã, a manutenção da criação dos animais. São situações vivenciadas como prazerosas e facilitadoras da adaptação à vida sem o companheiro. A manutenção de um laço afetivo com o esposo falecido, dessa forma, pode representar sentimentos de respeito e carinho pelo companheiro, além de fornecer conforto e suporte à família, facilitando, assim, a transição

entre o passado e o futuro. Nesse sentido, pode-se dizer que essas mulheres estariam buscando reposicionar o esposo falecido em suas vidas, isto é, colocando as lembranças em um lugar de sua vida emocional que lhes possibilite continuar vivendo bem no mundo (WORDEN, 1998). Por outro lado, se pode perceber a referência ao vínculo também como uma indicação que a ausência do ente querido ainda é sentida com pesar, não se mostrando uma relação tão prazerosa. E dessa forma, pode ser um elemento que indica a não superação da perda.

5.3.3 MUDANÇAS NO SER MULHER NO MEIO RURAL

O grupo que participou desta pesquisa, como já foi mencionado, é composto por mulheres de gerações diferentes (sete mulheres possuem idade entre 51 e 68 anos e duas mulheres têm mais de 90 anos) e suas narrativas acerca de suas trajetórias individuais e coletivas remetem à história mais ampla. Os relatos de vida das mulheres entrevistadas foram reveladores das mudanças ocorridas na história da agricultura na região do Planalto Médio do Rio Grande do Sul. Todas as transformações ocorridas no campo, que foram contadas pelas duas gerações das mulheres, também se refletem nas formas de ser mulher no campo e viver a vividez neste contexto. Nesse sentido, todas as mudanças no processo produtivo no campo também afetam o modo de vida dessas mulheres.

Todas as mulheres entrevistadas relataram que iniciaram suas atividades de trabalho na primeira infância, demonstrando que no contexto rural era normal para a criança crescer trabalhando o tempo inteiro, tanto na roça quanto em casa. O pouco tempo para ser criança e a falta de espaço para desenvolver outras atividades deixaram marcas muito fortes, narradas pelas mulheres idosas, evidenciando que foram experiências que permaneceram muito vivas

nas lembranças da infância das pequenas trabalhadoras rurais. As recordações de Rute e de Dalila, referentes à infância pobre e das árduas atividades laborais, ilustram que o trabalho pode, muitas vezes, representar um peso nesta etapa de suas vidas.

“A minha infância, de pequena, eu trabalhei e sofri. Era pobre, às vezes eu digo pro meu neto e pros meus filhos, que agora tem de tudo, tem fartura né. Naquela época, mas nem gosto de me lembrar, às vezes eu digo que até fome nós passava. Porque não era fácil” (Rute, 61 anos).

“Eu às vezes digo, se tem gente reclamando, eu fui daquelas que derrubou pinheiro e fez lascão ainda pra fazer chiqueiro pros porco” (Dalila, 65 anos).

Percebe-se que a narrativa das mulheres sobre sua infância, juventude e vida depois de casada está centrada no trabalho. Elas relatam que suas jornadas de trabalho permaneceram muito árduas, ao longo de toda a vida, e divididas entre os cuidados da casa e filhos e a lida na lavoura. O trabalho ocupa, dessa forma, um lugar central em suas trajetórias, pois é um fator estruturante de suas existências. Lia, ao relatar sua rotina de trabalho quando casou, revela a realidade das mulheres que se dividiam entre os trabalhos da casa, da lavoura e o nascimento e cuidado dos filhos.

“Bah, trabalhar em casa e capinar na lavoura. E roupa nós ia longe, num rio lá embaixo lavar as roupa. Um cesto de cada uma de roupa, ou eu e a minha sogra, ou eu e a minha cunhada. [...] Quando a outra tava de dieta, a outra que lavava as roupa e fazia comida. E a hora de folga a minha sogra e aquela que tava mais boa ia pra lavoura capinar com os peão. [...] Daí aquela que ficava em casa tinha que fazer o queijo, fazer almoço e tudo pros peão e cuidar das crianças ainda tinha que cuidar. Não era fácil, Deus do céu” (Lia, 61 anos).

Raquel, em seu depoimento, revela que apesar do sofrimento do trabalho, este pode ser interpretado como um componente de valorização da figura feminina. As mulheres, ao

contarem e destacarem este aspecto num contexto de melhora de condições de vida, mostraram que dão ao trabalho um significado de algo merecido. E se hoje, Raquel podem gozar de uma melhor situação de vida, é porque seu trabalho garantiu tal ascensão.

“Tinha vaca de leite daí eu entregava leite, eu trabalhava assim sabe que eu não tinha domingo, não tinha. Não saía de casa por causa das vaca né. Chegava de tarde tinha que tirar leite, chegava de manhã levantava 5 hora da madrugada pra tirar o dito leite, “solita.” Ele não dava uma mão. Ir pra lavoura tudo, achar pasto, quebrar milho. Tinha porco também, Deus o livre o que eu trabalhava em casa e tudo, sozinha” (Raquel, 58 anos).

Dessa forma, o trabalho é visto de forma ambígua, pois por um lado ele representa uma intensa dedicação à casa, aos filhos e à produção durante a vida, constituindo-se muitas vezes como sofrimento para a mulher. Mas, por outro lado, o trabalho produz um certo orgulho considerado importante pelas mulheres que se percebem como batalhadoras e guerreiras para a manutenção e melhora da vida familiar.

Observa-se que, no presente, depois de muito trabalho por parte destas mulheres, suas famílias prosperaram economicamente, ampliando suas propriedades e vivendo com mais conforto. Dessa forma, é possível resumir nas palavras de Isabel, um sentimento compartilhado por todas as mulheres viúvas entrevistadas:

“Então hoje, hoje eu me conto uma vida diferente né, pra mim do que do modo que eu fui criada” (Isabel, 51 anos).

Essa valorização do trabalho pode ser entendida também como um traço próprio da cultura do grupo de origem desta comunidade: os imigrantes italianos. Desde que vieram para o Brasil, tinham como desejo e missão “fazer a América”. Nesse sentido, Louro (1990)

ressalta que o valor do trabalho e, através dele, a conservação da terra e da propriedade se tornaram as marcas significativas do grupo social de imigrantes italianos.

Ao longo dos anos, observa-se a introdução de elementos mais modernizados no campo, como por exemplo, a mecanização de várias etapas do cultivo da terra, desde a preparação do solo até a colheita. Dalila, ao narrar suas atividades de trabalho ilustra tais transformações. Observa-se que o tom dado por ela ao concluir sua fala usando a conjunção adversativa *mas*, está expressando oposição e enfatizando, assim, a melhoria das condições de trabalho para as gerações mais novas.

“Derrubava mato de mão, toda a vida sofri. Depois que viemo pra cá, daí os filho já tavam tudo grande. Daí foi mais fácil, mas antigamente foi sofrido. As minhas gurias mais velhas ainda trabalhavam na lavoura, carpi e fazê tudo. Mas os piá já não, os piá já foi só em cima dos trator” (Dalila, 65 anos).

Outra questão que vem se modificando é o tempo de trabalho da mulher na lavoura. Observa-se, no contexto desta pesquisa, que Marta e Sara, as “velhas-velhas” pararam de trabalhar na lavoura com mais idade do que as “velhas-jovens”. Dois fatores estão relacionados com essa situação. O primeiro diz respeito aos efeitos da modernização da agricultura sobre a divisão do trabalho por sexo. De acordo com Brumer (2004), na divisão de trabalho que se estabelece entre os sexos, ao homem cabe geralmente a exclusividade de desenvolver serviços que requerem maior força física bem como o uso de maquinário agrícola mais sofisticado, tal como o trator. Assim a mulher passa a ser “*liberada*” do processo produtivo e permanece executando atividades mais rotineiras, ligadas à casa ou ao serviço agrícola mais leve, como o trato dos animais, a ordenha das vacas e o cuidado da horta e do pomar.

Eunice, ao relatar a introdução da mecanização no processo produtivo da propriedade de sua família, evidencia através do tom de voz e da pronúncia empregada em sua fala, especificamente na frase “*ia eu em cima da semeadeira*”, que não se espera que a mulher trabalhe com os equipamentos mecanizados.

“Deus me livre quanto trabalhei na lavoura. Só de uns tempo pra cá que não. Inclusive há anos atrás tavam recém começando, ia eu em cima das semeadeira. Pra poder plantar não tinha, tinha que poupar pra poder ir indo pra frente. Tudo o que a gente tem foi tudo feito com sacrifício. Porque eu casei eles não tinham nada” (Eunice, 63 anos).

O segundo fator que também interfere na diferença de tempo de trabalho na lavoura entre as gerações refere-se aos benefícios previdenciários. A Constituição de 1988 garantiu o acesso das mulheres agricultoras ao benefício da aposentadoria por idade, aos 55 anos. As “velhas-jovens” estão tendo direito à aposentadoria com menos idade do que as “velhas-velhas”. Os relatos que seguem demonstram que a idade para aposentar-se, ou melhor, afastar-se do processo produtivo está declinando.

“Porque fui criada sempre na roça, desde oito ano e até agora pouco que deixei de trabalhar com 73, sempre trabalhei na roça. Sempre, sempre, sempre. Levava a minha tropa de piaçada na roça e deixava lá. Fazia um pelego, dois e levava. Se sentava lá no pelego e iam carpindo” (Marta, 93 anos).

“Agora eu acho que faz uns três anos, uns dois anos que eu acho que eu larguei de mão aquilo, que entreguei mesmo. Leite logo que daí o meu marido morreu, o meu filho veio morar ali né, daí entreguei as vaca pra ele, não quero mais. Já trabalhei que chegue” (Dalila, 65 anos).

Observa-se que o trabalho, em todas as entrevistas, é referido com um tom de sofrimento por ter iniciado precocemente e ter sido tão desgastante ao longo da trajetória de vida das mulheres. Mas este também, como já foi referido, é um elemento de orgulho para quem um dia já foi menina trabalhadora pobre e hoje pode “*contar uma história diferente*”,

com melhores condições de vida. Em relação às mudanças no processo produtivo, se estas representam por um lado a exclusão das mulheres do processo produtivo, por outro significam maior liberdade, principalmente para as mulheres da geração de “velhas-jovens”. Assim, observa-se que apesar do sofrimento e da recente exclusão da produção, as mulheres atribuem um significado positivo ao trabalho.

Portanto, todas as mudanças que vêm ocorrendo no meio rural em relação ao trabalho da mulher também estão alterando as possibilidades de ser velha e viúva neste contexto. Hoje, observa-se que estas mulheres da geração de “velhas jovens”, têm mais tempo livre para dedicar-se à outras atividades em espaços públicos de participação, como por exemplo, no grupo de convivência – DATI. Nesse sentido, ainda pode-se pensar que a própria iniciativa de criar um grupo de convivência para idosos no meio rural é um reflexo da aproximação que vem ocorrendo entre os padrões de vida campo-cidade e, assim, as pessoas podem aprender através das novas experiências, outras maneiras de ser no ambiente rural.

5.3.4 AS RELAÇÕES CONJUGAIS

Os discursos das mulheres entrevistadas mostram uma certa variedade de estilos relacionamentos que estas mantinham com os esposos. Contudo, a dependência da mulher em relação ao esposo está presente na maior parte dos relatos sobre os relacionamentos conjugais. Esta se configura de diversas formas, como se pode observar nos fragmentos das entrevistas. Observa-se que as situações descritas por elas referem-se a atividades que o casal desempenhava conjuntamente em função da mulher não estar acostumada a realizá-las sozinha. Rute refere que não ia para a cidade sem a companhia do esposo, já Isabel não sabia fazer crediário para efetuar compras sem a presença do esposo.

“Porque olha eu antes, nós era acostumado assim, se eu tinha de ir a Passo Fundo ele ia comigo, se ele ia a Passo Fundo eu ia junto. Eu era tão dependente que eu às vezes tinha até vergonha de dizer” (Rute, 61 anos).

“Ele tava junto comigo sempre né, pagava e eu não sabia nem fazer um crediário. Sempre era assim sabe” (Isabel, 51 anos).

No relato de Eunice, observa-se uma certa ambigüidade em relação ao seu marido. Por um lado, evidencia-se uma dependência emocional, pois enfatiza esse aspecto do vínculo estabelecido com ele através da maneira como chamavam um ao outro. De outro lado, ela não refere que se considerava dependente do esposo, como as outras mulheres. Pelo contrário, considerava seu relacionamento como um modelo positivo, pois nas entrelinhas de seu discurso critica formas atuais em que a mulher parece ser mais independente.

“Eu não fazia nada se eu não falava com ele, e ele também. [...] Olha, eu não comprava nenhum prato se não dissesse vamos comprar pai. Eu chamava ele de pai e ele me chamava de mãe. Era tudo assim, de acordo um com o outro. Não tinha de dizer não, agora tem gente que vai e compra e depois que fica sabendo, eu não” (Eunice, 63 anos).

Dalila em seu depoimento, da mesma forma que Eunice, sugere que as gerações mais jovens estão vivendo algumas mudanças na convivência entre o casal no que diz respeito à administração das finanças. Contudo, Dalila refere-se positivamente às novas posturas femininas, mostrando que o aspecto da dependência financeira em relação aos maridos das gerações das mulheres entrevistadas é bastante forte e alvo de autocríticas por parte destas.

“Como eu digo, eu era boba, burra que nunca me meti em negócio dele, nunca sabia quanto é que tinha, quanto é que não tinha, colhia e vendia, eu nunca, nunca. E eu vejo agora as mulher de agora né, tudo levam ali” (Dalila, 65 anos).

Hoje, as mulheres da geração destas “velhas-jovens” ainda demonstram pouca autonomia para lidar com as questões financeiras, estando estas a encargo dos maridos. Durante uma visita a uma senhora que não é viúva foi possível observar sua dificuldade de entender e lidar com uma situação que envolvia dinheiro. Os trechos do diário de campo que seguem elucidam esta observação.

“Visita a Dona Rebeca - café da tarde: Dona Rebeca ficou sabendo que eu iria até a casa de Rute e disse para ela que estaria me esperando no final da tarde. Rute me acompanhou até sua casa. Chegando lá, ela estava assando pães caseiros. Arrumou a mesa e tomamos café. Dona Rebeca contou um caso que aconteceu com ela. Relatou que uma pessoa tentou enganá-la pelo telefone dizendo que ela havia ganhado um prêmio. Como estranhou a situação e com medo de ser enganada ligou rapidamente para o filho para resolver a situação, pois disse que não sabia o que dizer. Ela comentou então que em relação a dinheiro não sabe nem fazer um depósito no banco (Diário de Campo, 28/05/2004).

As relações de dependência vivida pela mulher enquanto casada, oferecem duas possibilidades de construção de novas experiências com a situação da viuvez: uma pode levar ao caminho da liberdade e a outra pode levar a uma dificuldade de atuação nas diferentes dimensões da vida social.

Os depoimentos das duas mulheres mais velhas entrevistadas demonstram que a relação de dependência com os esposos pode ter diferentes conseqüências na estruturação de suas vidas com a condição da viuvez. Ambas referem que os esposos exerciam um certo poder em relação às suas condutas, pois segundo elas sem o marido “a mulher fica meio extraviada” já que o “marido vai sempre na frente”. Contudo há diferenças em seus relatos no que tange às conseqüências dessa relação de dependência quando ficaram viúvas. Sara refere sentir-se perdida com a perda do esposo

“É triste. É bem triste ser viúva. Porque era acostumada com o marido, a gente tem com quem conversar né. E depois fica sem ele, fica uma pessoa assim, meio extraviada porque não tem o homem pra te falar.” (Sara, 94 anos)

Já Marta relata que se “obrigou a fazer” aquilo que era realizado pelo esposo, evidenciando neste caso, que a viuvez conferiu maior autonomia à mulher. Em outro momento da entrevista, Marta conta tudo o que adquiriu depois que o marido faleceu, demonstrando o prazer de fazer o que ela desejava com o dinheiro.

“E o que é que eu vou fazer agora depois de viúva né? Tem que pensar tudo eu, né. Porque o marido não tá mais ali. E daí né, digo assim, acho falta do marido. Bem falta, porque tanto pra trabalho de fora como de dentro de casa, sempre o marido que vai na frente né. Mulher também faz depois que morre o marido, a mulher faz também, porque se obriga né. Por que como é que vai fazer?” (Marta, 93anos)

“Quando eu comecei a receber daí eu ia receber. Tudo assim. [...] Fazia o que queria (referindo-se ao dinheiro). Comprei tanta coisa depois que faleceu o meu marido. Comprei uma cama, comprei televisão, comprei um rádio” (Marta, 93 anos).

Percebe-se, assim, que a situação da viuvez pode conceder à mulher, que durante muito tempo foi submissa ao marido, uma melhoria nos seus vencimentos e uma autonomia e poder de realização não vividos anteriormente em sua vida. Essa idéia da viuvez representar um evento que proporciona mais liberdade para as mulheres coincide também com a opinião de Lins de Barros (2004), que refere que para as mulheres, nascidas nas cinco primeiras décadas do século XX e socializadas para serem donas de casa e submissas aos pais e depois aos maridos, a velhice e a viuvez podem representar uma liberdade.

Um traço cultural próprio do grupo de imigrantes de origem italiana que pode intensificar as relações de submissão e dependência vividas pelas mulheres, é a divisão entre

homens e mulheres das tarefas de trabalho. Segundo Louro (1990) a vida das mulheres imigrantes italianas era voltada para a roça e para casa. Contudo, não parece haver uma divisão entre esses dois universos do trabalho como ocorre nas camadas urbanas em que há uma nítida separação entre o trabalho não remunerado da casa e o trabalho remunerado exercido fora da casa. Dessa forma, o trabalho da roça parece ser percebido como uma continuidade do trabalho da casa. No contexto estudado, observa-se que, cabia ao homem desempenhar as atividades mais voltadas ao domínio público, como por exemplo, a venda da produção na cidade e as negociações com bancos. Assim, para o homem, o trabalho tinha uma dimensão fora do lar.

Em relação aos momentos de lazer, as mulheres relataram que os homens encontravam-se na bodega, entendida, nesse contexto, como o espaço público onde os homens exerciam seus privilégios de beber e jogar. Já as mulheres, nos momentos de folga também permaneciam voltadas ao âmbito privado, encontrando-se com vizinhas ou realizando tarefas de cuidado do lar. Esta situação não apresenta nenhuma novidade, tendo em vista que é muito comum também em outros espaços rurais como se observa no trabalho de Rossini (2004) referindo-se às atividades realizadas no tempo livre por homens e mulheres, trabalhadores da agricultura canavieira da região de Ribeirão Preto, no estado de São Paulo. No entanto, demonstra essa limitação de atuação feminina ao meio familiar.

No seu depoimento, Ana demonstra um ar de surpresa quando indagada se acompanhava o marido na bodega, reforçando esta como o espaço público exclusivo dos homens.

“Quando ele saía era ir na bodega, ali jogá três sete, afinal essas coisa.” (pergunta da pesquisadora: E quando ele ia na bodega

a senhora acompanhava?) . Lá na bodega, o que é que eu ia cheirar lá na bodega?” (riso) (Ana, 68 anos)

O relato de Dalila, por sua vez, intensifica a idéia da restrição da mulher ao domínio privado também nas horas de lazer. Dessa forma, enfatiza-se a ausência de um espaço público exclusivo das mulheres.

“Ele gostava de ir em jogo de bola, ele gostava . E jogo de carreira também. Mas depois terminou tudo, jogo ele largou um monte. E terminou a de carreira também [...] eu achava sempre o que costurar, naquele tempo a gente remendava bastante. E segunda-feira começava a trabalhar de novo” (Dalila, 65 anos).

Observa-se que os espaços públicos da comunidade que poderiam ser compartilhados pelo casal são muito restritos. Como exemplo de lugares em que as mulheres contaram que freqüentavam na companhia de seus esposos pode-se citar os bailes e a igreja. Os relatos abaixo mostram que a vida social do casal é limitada a estas atividades. Ana revela ainda que sua participação nos momentos de lazer também dependia da vontade do esposo.

“Só ia em baile quando... Ele não era muito dessas coisa sabe, de festa essas coisa, ele não. Eu quase não saía” (Ana, 68 anos).

E Rute conta que iam ao culto nos domingos, destacando que o marido era muito católico. O seu tom de voz sugeriu no contexto da entrevista que a freqüência com que iam a igreja estava relacionada ao catolicismo dele.

“Tinha baile nós ia em baile, tinha festa nós ia em festa. Se não nos domingo nós nos reunia, os vizinho, aqui era muito bom. Tinha os irmão dele também que vinham, se trocava os almoço. Eu tinha o casal de filho, não era tão difícil pra gente sair. Nós saía e aqui tinha a igreja perto. Todo o Domingo tinha culto e nós ia. Ele era muito católico” (Rute, 61 anos).

Dessa forma, observa-se que a participação conjunta do casal em espaços públicos na comunidade está mais associada às vontades e escolhas do homem, pois em nenhuma das situações contadas pelas mulheres, sobre os momentos de lazer do casal, durante as entrevistas, percebeu-se que o marido acompanhava a sua esposa aos bailes ou à igreja porque ela gostava de atuar nesses espaços. Percebe-se assim, que permanece a realização do desejo do homem de participar ou não da dimensão pública da vida matrimonial.

Portanto, nota-se que as gerações de mulheres idosas entrevistadas mantiveram um certo padrão de dependência das mulheres em relação ao marido e estiveram mais restritas às esferas domésticas, tanto em relação ao trabalho como no lazer. Hoje, contudo, observa-se que fatores como as mudanças no ser mulher no contexto rural e os discursos acerca do envelhecimento estão contribuindo para que as mulheres mais velhas estejam conseguindo construir um espaço público exclusivo para as suas interações e de produção de suas identidades: o grupo de convivência – DATI.

5.3.5 O ESPAÇO PÚBLICO DAS MULHERES

Observa-se que as mulheres “velhas–jovens” do contexto pesquisado estão construindo, hoje, o seu espaço público de atuação: o grupo de terceira idade conhecido por DATI. Este é construído como um lugar exclusivo das mulheres. Um espaço extra-familiar onde as mulheres mais velhas, casadas ou viúvas, podem experimentar situações não vividas anteriormente, representando assim, momentos de liberdade e prazer. Nesse sentido, percebe-se que o DATI, apesar de ser um grupo de convivência para idosos, nesta comunidade está bastante associado a um espaço exclusivo de mulheres, como elucidada Isabel na sua fala a respeito das suas atividades de lazer no passado.

“[...] na época não tinha, que nem agora tem vamos dizer o DATI. As mulher já vão e os marido ficam né. E na época não tinha isso aí né. Então, era sempre junto, sempre junto” (Isabel, 51 anos) .

Em relação à origem deste grupo, ressalta-se que foi a coordenadora que procurou criá-lo, antes mesmo deste ser vinculado a Prefeitura Municipal de Passo Fundo. A coordenadora relata que quando veio morar em Bela Vista as festas não eram alegres, sendo que as pessoas não dançavam depois do almoço nos domingos porque não tinha música para animar as festas. Numa certa ocasião ela decidiu que iria mudar esta realidade. Quando integrou, junto com seu esposo, a diretoria da igreja teve a oportunidade de auxiliar na organização de uma festa que teve a colocação de música. Segundo ela, a iniciativa foi muito apreciada pelos membros da comunidade. A partir de então, ela decidiu montar um grupo de convivência e foi convidando as pessoas para participarem. Na época era voluntária, mas em seguida conseguiu que o grupo fosse vinculado à Divisão de Atenção do Idoso da Prefeitura de Passo Fundo, e passou a receber por seu trabalho. A coordenadora relata que passou a chamar também as mulheres viúvas para que freqüentassem o grupo:

“E daí eu comecei a chamar também as viúvas, e daí começaram a dançar, a participar e daí não pararam mais. E daí hoje tu viu né, elas são alegres, elas dançam, elas dançam umas com as outras porque daí, elas não têm o seu par” (Coordenadora do DATI Bela Vista).

Durante a entrevista, a coordenadora demonstrou ser uma pessoa que exerceu uma importante influência, como membro da comunidade, para a criação do grupo de convivência. Ao referir-se as viúvas, ela procura enfatizar as mudanças de comportamento das mulheres nas festas, que passam a se divertir e dançar umas com as outras. Assim, observa-se que a coordenadora assume um papel chamado por Velho (1994) de mediadora cultural no sentido de ser alguém que está propagando discursos que estão transformando maneiras de ser no

contexto pesquisado. Neste caso específico, percebe-se o tom próprio do discurso gerontológico sobre a diversão na terceira idade. O exemplo dado por ela, de mulher dançar com mulher, é uma situação bastante comum nos bailes destinados a este segmento etário. A situação de dançar com mulher remete a uma questão das relações homem e mulher na viuvez e será abordada na categoria “E os novos relacionamentos?”

Em relação à participação no DATI, cabe destacar que as duas mulheres da geração de “velhas-velhas” entrevistadas não participam do grupo. Já em relação às “velhas-jovens” apenas duas não freqüentam o DATI. Esse fato revela as diferenças existentes nos modos de envelhecer das gerações e nos leva a crer, como refere Lins de Barros (2004), que a geração das idosas mais jovens “de uma forma consciente ou não, acolheu a idéia do que chamamos de um modo terceira idade de envelhecer” (p. 54).

Ao longo da participação nos encontros do DATI, por ocasião desta pesquisa, foi possível observar que parte do grupo é formado por mulheres com idade inferior a 50 anos. Atualmente, participam do grupo 20 mulheres com menos de 50 anos e 49 com idade superior a 50 anos. Como durante uma conversa com a coordenadora geral do DATI obtive a informação de que a idade limite para ingressar nos grupos de terceira idade era 50 anos, questionei-me por que em Bela Vista mulheres mais jovens também participavam do grupo. Além disso, diversas vezes observei que crianças participavam das reuniões junto com as avós. A coordenadora do grupo esclareceu-me tal situação. Segundo ela, apenas nas comunidades rurais as mulheres com menos de 50 anos podem participar do grupo, pois nestes contextos o DATI se assemelha aos clubes de mães em que participam avós, mães, filhas e netas. Mas, de acordo com a coordenadora “*a voz e a vez*” é das mulheres mais

velhas. Essa situação enfatiza que, mesmo sendo um grupo de idosos, a sua essência está mais vinculada ao fato de ser um grupo de mulheres.

O DATI, por caracterizar-se como um grupo de mulheres mais velhas pode não ser bem visto aos olhos de alguns homens. Ana, que passou a freqüentar o grupo depois de viúva, relata que seu esposo não aprovava que ela participasse do DATI.

“Porque o finado Deus o livre esse negócio do DATI. Naquela época não queria saber né. Eu também achava ruim deixar ele sozinho né, e ir eu lá, coisa né. Daí agora com essa que ele faltou. Daí elas diziam mais vai Ana, não seja..., tu não vai abusar, tu não vai. Isso é pra se distrair aquela coisa. Vai que passa. Então vou” (Ana, 68 anos).

Já Eunice, uma das senhoras entrevistadas que não freqüenta o DATI, justifica sua opção também pelo fato de ser um grupo de mulheres. Percebe-se em sua fala a idéia estereotipada de que fofocas que podem surgir em ambientes exclusivamente femininos.

“Eu digo vou, mas começam a dizer: ah virou isso, virou aquilo, sai fofoca. Se é pra fofoca eu não gosto, então eu fico em casa. Mas tudo me diz venha Eunice, venha Eunice que é bom” (Eunice, 63 anos).

Em relação ao fato de não freqüentar o DATI, além de Eunice, Lia também não participa do grupo. O que pode ser observado, é que Lia não apresenta resistência de participar em função de uma representação negativa deste espaço, como acontece com Eunice. Lia demonstra o desejo de participar, contudo revela que o fato de cuidar da sogra impede sua participação. Além disso, a sua fala revela a importância que atribuí ao fato de manter-se ocupada, mesmo que seja com as atividades da casa.

“Ah, eu gostaria também de participar né, mas por enquanto não vou poder com a sogra ali junto né. Deixar ela sozinha eu não quero, levar ela também é muito difícil porque caminhar caminha pouco na idade que ela tá né. Daí então eu fico em casa. Deixar as outras se divertirem (risos). Mas eu lido o dia inteiro, daí a gente vai na horta, vai no galinheiro, vai pra lá e prá cá, passa o dia que a gente nem vê” (Lia, 61 anos).

Observou-se, também, que as mulheres entrevistadas atribuem bastante importância a manter-se ativas e ocupadas como estratégias para viver melhor, inclusive para vencer a dor da perda do esposo. Isabel, ainda destaca a distração, as atividades fora de casa como iniciativas da pessoa para combater as tristezas da vida.

“Eu não fico assim, aqueles pensamento não fica me machucando porque logo eu tento distraí. E eu saio muito sabe, eu sou uma pessoa assim, que eu saio bastante né. Eu tenho bastante compromisso, então eu acho que isso aí tem me ajudado muito” (Isabel, 51 anos).

Assim, observou-se que O DATI é um local em que se produz novos discursos acerca da realidade social e dessa maneira, também abriu espaço para uma forma diferente de ser, ou seja, é um espaço público onde as mulheres mais velhas, através de práticas de novas atividades podem manter-se distantes da imagem tradicional da velhice e viver “ativamente” seu envelhecimento, fazendo atividades físicas nos encontros dos grupos, participando dos bailes para a terceira idade nos finais de semana e fazendo viagens e excursões.

Uma das raízes da importância atribuída ao envolvimento ativo com a vida é o discurso gerontológico da atividade, que propõe que quanto maior o envolvimento dos idosos em atividades, maior a sua satisfação com a vida. Esse é um discurso prescritivo na medida em que vincula qualidade de vida na velhice à adoção de certos tipos de práticas de sentir, de agir, de pensar (BARROS; CASTRO, 2002).

Portanto, o DATI enquanto espaço de interação entre as pessoas, é também um lugar em que circulam discursos que ensinam aos sujeitos outras maneiras possíveis de se comportar e de se viver. Durante as minhas visitas aos encontros do grupo pude observar que as mulheres acabam por reproduzir comportamentos esperados, estimulados pelo contexto do grupo. Um exemplo que pode ser dado refere-se a uma situação que ocorreu durante a chamada, no início de um dos encontros quando a coordenadora chamou o nome de uma das senhoras que estava sentada ao meu lado, ela respondeu “aqui” com um tom alto de voz e levantou as mãos. Voltou-se para mim e disse: *“É pra brincar bastante. Tem que se divertir”* (Diário de Campo, 12/05/2004).

Em outra ocasião, estava participando de um dos encontros e perguntei a elas se costumavam contar suas histórias do passado e a coordenadora lembrou-se então de uma atividade que fez em uma ocasião. Relatou-me que fizeram uma roda de chimarrão. O chimarrão ia passando e quem pegasse a cuia deveria contar uma história de sua vida, mas a história deveria ser alegre. Essa situação ilustra a importância atribuída, neste contexto, à alegria. Assim, também se percebe a tentativa dos discursos de significar o envelhecimento como momento somente de alegrias, prazer e diversão.

Observa-se que o próprio formato da reunião remete ao discurso do envelhecimento ativo. Inicialmente a coordenadora combina com o grupo as próximas idas aos bailes, chamados de domingueiras, que acontecem nos domingos à tarde em diversas comunidades. Percebe-se uma certa insistência da coordenadora para que as mulheres participem. Depois de concluídas as combinações, passam para o segundo momento da reunião, que é composto pela aula de ginástica ou por dança. As mulheres dançam em pares, geralmente no ritmo das

músicas gauchescas. Por fim, a coordenadora, às vezes faz um relaxamento ou lê uma mensagem para o grupo. Percebe-se, assim, que se atribui neste espaço um significado positivo ao fato de estar em movimento, dançando, fazendo brincadeiras. Abre-se, assim, por um lado a oportunidade das mulheres viúvas viverem experiências novas e prazerosas, gozando de mais liberdade, embora, esta possibilidade de divertimento parece estar se transformando em dever. Assim, observa-se que a coordenadora não só oferece um discurso diferente para as mulheres, mas também cobra que tenham o comportamento alegre e ativo.

Por conseguinte, outro ponto observado nas entrevistas e conversas com as mulheres que participam do grupo é o fato de que está se tornando uma norma na comunidade freqüentar este grupo. Em diversos momentos as mulheres demonstram a obrigatoriedade de participação. Durante uma visita a casa de uma das senhoras entrevistadas fui acompanhada de duas outras senhoras viúvas que participam do DATI. Quando entraram e cumprimentaram a amiga um dos primeiros comentários foi uma espécie de cobrança por não ir ao DATI. A filha da senhora que estava sendo visitada também comenta que a mãe deveria sair mais de casa. Assim, percebe-se que as mulheres que não freqüentam o DATI são cobradas por essa opção.

Outras situações observadas também elucidam essa normatização. O depoimento de Dalila sobre suas ocupações fora do espaço doméstico revela que a participação nas atividades do DATI são percebidas como uma obrigação.

“Agora eu to saindo muito mais. Esse tal de DATI tem dias que se eu pudesse não ir nem ia (risos), tanto que saio” (Dalila, 65 anos).

Em outra ocasião eu estava observando as mulheres limparem o salão, onde se encontram, para a realização de um baile. Uma senhora aproximou-se de mim e disse em um tom baixo de voz que não gostava de ir no grupo. Perguntei por que ela participava então. Ela respondeu-me que só vai porque as amigas insistem e passam na casa dela antes virem para os encontros. Disse ainda que às vezes sai de casa nas quartas-feiras propositadamente, assim não precisa ir ao grupo (Diário de Campo, 17/11/2004).

Observou-se uma situação, que também aponta para a direção da participação no DATI estar se tornando uma norma para as gerações de velhas-jovens, durante a entrevista de Marta (93 anos), que preferiu que Rute (61 anos), que é sua nora, permanecesse junto com ela. Enquanto Marta relatava que deixou de sair depois do falecimento do esposo, Rute comenta em tom mais baixo de voz: “*não tinha o DATI naquela época*”.

Portanto, a participação no DATI pode produzir formas esperadas de ser, de viver, de se comportar na velhice. Os discursos que circulam neste espaço produzem significações acerca das posturas da mulher que está envelhecendo. Espera-se que a mulher seja alegre, divertida e ativa. Dessa forma, o grupo também acaba por ser ordenador de sentido da vida social (SILVA, 2000), já que ir para o DATI está se constituindo como uma nova ordem social na comunidade. Nesse sentido, Simon (1995) refere que os modos de produção de significados que buscam normatizar certas “*verdades*”, são constituídos para “regular as formas particulares de ver o mundo e definir senso comum [...] e tentam orientar nossa concepção daquilo que é importante e verdadeiro, assim como o que é desejável e possível” (p.65)

E é nesse espaço que o antigo discurso da viúva, exemplificado na fala anterior de Marta que nunca foi dançar em respeito ao falecido, entra em conflito. O entrelaçamento do discurso tradicional da “*viúva virtuosa*” com o discurso atual da “*viúva ativa e alegre*” cria novos sujeitos e constitui, nesse campo de força de significações, as suas subjetividades.

5.3.6 E OS NOVOS RELACIONAMENTOS?

O DATI, na condição de um espaço de exercício de novas práticas sociais, libera a mulher para viver novas experiências na sua viuvez. Novas imagens são criadas, as quais se contrapõem a figura da mulher viúva “*fechada em casa*” restrita ao domínio privado e aos cuidados da família. Percebe-se que novos discursos sobre a viuvez alegre e ativa buscam desobrigar a viúva de alguns costumes, embora uma das questões mais difíceis ainda da mulher viúva lidar, seja o namoro. Isso apesar de que no grupo associou-se, em diversas situações observadas, a viúva com a imagem de uma viúva ativa, alegre e sexuada. Acredita-se que nesse aspecto, situa-se um dos grandes pontos de conflito dos discursos sobre a viuvez na velhice na comunidade estudada.

As observações realizadas durante os encontros com o grupo, principalmente quando as mulheres estavam organizando idas a bailes, revelaram momentos, através de brincadeiras, nas quais ficava explicitada que a percepção que o grupo tem das viúvas se aproxima muito do estereótipo da viúva alegre (Cavallo; Warner, 1999), representado pela figura da uma mulher independente e sedutora, que está pronta para envolver-se em outros relacionamentos. Os fragmentos do diário de campo exemplificam tais situações:

“O grupo estava combinando uma ida a um baile em outra cidade e uma senhora brincou: se tiver bastante viúvo as viúvas vão todas” – Todas riram bastante” (Diário de Campo, 12/05/2004).

Na primeira visita que fiz a casa de Raquel, estava acompanhada de duas senhoras que também foram entrevistadas neste estudo. A conversa inicial da visita girou em torno de brincadeira a respeito da temática do namoro. A dona da casa, em um certo momento comentou que havia colocado um chá broxante no chimarrão, remetendo assim as brincadeiras a uma conotação sexual. Todas riram com o comentário, mas não se falou mais nada a esse respeito. O fragmento do diário de campo apresenta mais elementos desta conversa:

“A segunda mulher visitada hoje foi Raquel. Como eu estava acompanhada de Rute e Isabel, que participam do DATI, bem como Raquel, a chegada em sua casa foi mais barulhenta, com muitas risadas e brincadeiras sobre namorados. Ao comentarem sobre o baile que foram no domingo, Rute reclama que só porque são viúvas os homens acham que elas aceitariam namorar e casar com qualquer caco. [...] Raquel fez um chimarrão e nos disse que havia colocado na erva um chá broxante” (Diário de Campo, 19/07/2004).

Contudo, diversas vezes, as mulheres buscaram esclarecer que tudo o que falavam não passava de brincadeira. Por exemplo, na entrevista com Raquel que foi realizada um dia depois desta visita relatada acima, ela procurou enfatizar que tudo o que haviam dito no dia anterior não passava de brincadeiras.

Dessa forma, observa-se que o DATI pode promover o namoro, pois os bailes nos finais de semana as mulheres convivem com outros homens. Observa-se, entretanto, algumas resistências por parte das viúvas em envolver-se com outros homens. Assim, nota-se que o antigo discurso da mulher respeitosa, lembrando o estereótipo da viúva ideal (Cavallo; Warner, 1999) que mantinha a memória do falecido esposo e vivia como uma perpétua esposa

ainda está presente e pode ser exemplificado pela prática das mulheres dançarem com mulheres nos bailes da terceira idade. A fala de Raquel, buscando justificar que os comentários ditos em sua casa por ela e suas amigas a respeito do namoro foram apenas brincadeiras, relata sua postura nos bailes que costuma freqüentar:

“Mas eu danço só com mulher, com homem nunca dancei. A gente acho que se sente, não sei. Eu se vou dançar com um homem, acho que me sinto assim com vergonha. Eu não sei, eu sou uma pessoa assim que parece que eu sinto assim vergonha ainda né” (Raquel, 58 anos).

Assim, se por um lado o grupo representa a possibilidade de diversão da mulher viúva, por outro, a ênfase dada ao discurso de mulher dançar com mulher reforça uma postura de viúva alegre, porém de respeito. Essa situação exemplifica claramente dois discursos existentes no mesmo espaço e que estão constituindo as maneiras de ser viúva neste contexto: viúva alegre X viúva respeitosa. Dessa forma, é nessa arena de discursos que a mulher constrói sua identidade de velha e viúva. Raquel, na continuidade de sua fala ilustra essa situação conflituosa na construção da identidade da viúva, e enfatiza que se pode permitir certas condutas no ser viúva, desde que a mulher mantenha seu respeito perante o homem e a família. Para ela o respeito é significado através da escolha por não dançar e apenas conversar com homens. Talvez outras mulheres pudessem significar e expressar uma postura de mulher de respeito de outras maneiras.

A pessoa pode assim né conversar com um homem, não cai pedaço nenhum, né. Prosear tendo respeito, o cara tendo respeito. A gente tem os netos e tem os filhos” (Raquel, 58 anos).

Outro fato curioso refere-se ao uso de alianças pelas mulheres viúvas. Observou-se durante a pesquisa que as únicas mulheres que ainda usavam as suas alianças de casamento

eram as duas mulheres da geração das velhas-jovens, que não participam do DATI, Lia (61 anos) e Eunice (63 anos). Esse fato leva a pensar que permanecer com o símbolo que identifica a mulher como casada pode estar representando um sinal de fidelidade ao esposo. De acordo com Hoonard (2001), para as mulheres viúvas que integraram o seu estudo e usavam as alianças de casamento, estas reforçavam um sentido de conexão com o esposo, simbolizava a recusa de considerar o recasamento e funcionava como uma proteção contra aproximações indesejadas por homens que pudessem pensar que elas estavam disponíveis. Já o fato de não freqüentar o DATI pode levar a crer que Lia e Eunice ainda estão mais constituídas pelo discurso tradicional da mulher de respeito e menos identificadas, assim, com o discurso da viúva alegre produzido neste espaço.

Em relação à busca de novos relacionamentos, observa-se uma tendência das mulheres não desejarem o recasamento. A vontade das mulheres de não casar novamente é observada em outras pesquisas, como nos estudos de Britto da Motta (2002-a; 2002-b) e Hoonard (2001).

A opção da mulher de ter um namorado parece ainda causar certo impacto no contexto estudado, evidenciando os conflitos entre o discurso mais liberal e o mais conservador sobre os novos relacionamentos da mulher viúva. Em uma ocasião a coordenadora do grupo contou-me que indicou Rute, uma das mulheres que entrevistei, para participar de outra pesquisa cujo tema era a sexualidade na terceira idade. Destacou que a indicou por considerar Rute uma mulher “*bem pra frente, que tem namorado*” (*Diário de campo, 12/05/2004*).

Não se pode deixar de pensar no preconceito em relação à sexualidade na velhice quando se observa que o namoro não é encarado como uma possibilidade de relacionamento

esperado como na juventude. Os discursos que representam o preconceito também vão constituindo os sujeitos e suas visões de mundo, os quais tendem a reprimir suas expressões de amor e sexualidade na velhice (SANTOS, 2003).

Rute, ao comentar sobre a relação que mantém com o seu novo companheiro, demonstra dificuldade em caracterizá-lo como namorado. Demonstrou certo embaraço ao falar sobre o relacionamento e também reforçou a sua escolha de não casar novamente.

“Agora eu já tô feliz, me divirto, tenho um que nós nos encontramos de vez em quando cada uma semana ele vem aqui ou nós nos encontramos em Passo Fundo, mas só assim, prá morar junto não quero mais. [...] (a pesquisadora pergunta o que este um é dela?) eu trato como namorado. Porque só namorado assim, e faz 6 anos. Faz 15 anos que eu sou viúva. Eu fiquei um tempo sozinha e comecei pensar: ‘mas gente, voltar não volta mais.’ Daí eu disse ah vou, daí nos encontramos e ele queria vir morar comigo e eu morar com ele, eu disse não. Se quer é assim, se não” (Rute, 61 anos).

As mulheres, quando entrevistadas, tanto da geração das velhas-velhas quanto das velhas-jovens, demonstraram os seus desinteresses em viver uma relação de casamento novamente. Dependendo do contexto, o significado atribuído ao recasamento também pode variar. Por exemplo, em seu estudo acerca do envelhecimento no meio rural do município de Arambaré – RS, Silva (2004) relata que o estado conjugal de viuvez na parcela feminina ultrapassa 3 vezes a de homens viúvos. Um dos fatores apontados pelo autor, contribuintes para essa situação, além da maior longevidade feminina, é o rápido restabelecimento da rede de apoio masculina na família em função de novas uniões. Nessa perspectiva, segundo o autor, as mulheres sofreriam desvantagens, pois estariam limitadas ao convívio com filhos e netos, e impedidas de vivenciar um afeto conjugal.

Já no contexto pesquisado observa-se que a questão do não recasamento é levantada por parte das mulheres entrevistadas como uma opção e não como uma situação de desvantagem. Observam-se diferentes razões atribuídas por elas a escolha de não casar, dentre elas o respeito ao esposo, bem como o receio de repetir experiências negativas e perder a liberdade conquistada com o evento da viuvez. Estes aspectos são semelhantes aos achados da pesquisa realizada no Canadá por Hoonard (2001). Mas ela destaca ainda os seguintes fatores que levariam as mulheres viúvas a não quererem casar de novo: a crença de que já tinham tido o melhor marido possível e que ficariam constantemente comparando o novo marido com o falecido; o sentimento de que fixaram suas vidas em torno da vida dos esposos e que não desejariam repetir tal situação; e um sentimento contínuo de profunda ligação com os esposo falecidos.

Marta, em sua fala, evidencia uma postura de respeito ao esposo ao optar por não dançar mais. Além disso, ao referir-se como uma mulher que não teve vontade de nada, resgata o discurso antigo que prescreve comportamentos mais introspectivos para uma mulher viúva, reforçando assim o não recasamento.

“Nunca fui dançar, nunca. [...] não tive vontade nem nada. Eu disse respeitei ele deus o livre” (Marta, 93 anos).

Sara, ao referir a escolha de não se casar novamente, revela o próprio discurso da comunidade italiana católica que prega que a mulher adquire sua dignidade quando viúva não se envolvendo ou casando-se com outro homem.

“Mas eu não casei mais, fiquei. Eu escolhi um pra mim, disse agora porque que eu vou pegar outro. Tinha condição pra eu poder casar, mas eu achava melhor, que aquele que eu escolhi pra mim deus me tirou né, e assim foi né” (Sara, 94 anos).

Muitas mulheres viveram situações de opressão, submissão e traição enquanto casadas. Nesse sentido, Salgado (2000) refere que a pessoa sobrevivente de um casamento feliz perde o amante, o confidente, o amigo e companheiro fiel. Mas, também, há pessoas que o casamento pode ter restringido sua existência, e nesses casos a viuvez pode representar um alívio e uma oportunidade de desenvolver novos interesses. O relato de Raquel ilustra a insatisfação com a seu casamento e o receio de reviver situações de repressão como determinantes na escolha de não casar novamente.

“E eu casar não quero mais saber. Mas nem falar. A gente brinca assim né, mas é tudo brincadeira. O que eu sofri não quero mais nem saber. Eu to bem assim, a gente vai aonde quer, não tem aquele compromisso, não tem ninguém pra ta né. Se tu vai juntar outro homem, tu ta presa em casa, tu ta ali, fazendo comida pra ele, lavando roupa e coisa e daí ele vai começar a proibir sair. Não, não quero mais essa vida” (Raquel, 58 anos).

Lia demonstra não querer casar outra vez alegando receio de sofrer novamente com uma situação de doença, como aconteceu com o seu esposo. Mas, observa-se, também, que os seus filhos não apóiam a idéia de um recasamento. Essa resistência pode ser entendida como uma postura oriunda de questões afetivas, como por exemplo, de preocupação com a mãe ou respeito ao pai falecido. Porém, também pode existir uma preocupação de ordem material, pois com o falecimento do pai, a família geralmente realiza divisão das terras e um novo marido da mãe poderia representar uma ameaça em relação à manutenção da propriedade das terras.

“Que eu disse, às vezes a gente arruma uma coisa que às vezes fica sofrendo de novo o que a gente passou, nem pensa numa coisa dessas. [...] Eu digo, já passemos por uma bem ruim e agora digo, as vez pegar uma pessoa sã de repente não é. É uma coisa que a gente pensa. E os meus filho por enquanto, as vez eu brinco com

eles que eu vou arrumar um, mas eles dizem que a mãe não precisa disso, nós tamo aqui cuidando da mãe. Ah isso já teve gente interessada em querer arrumar, mas eu digo não, se um dia eu arrumar, eu quero arrumar eu, mas não vocês. Eu to bem com os meus filhos, não me interessa arrumar ninguém agora” (Lia, 61 anos).

Outro discurso vinculado à escolha de não manter uma relação com outro homem remete a uma questão de poder. Isabel refere a possível perda de autoridade em relação à filha como motivo principal para não se envolver com outra pessoa. Percebe-se, assim, que a dignidade e o poder da mulher viúva está associado ao seu não envolvimento com outros homens.

“Mas o problema é a filha. E eu quero dar tudo o que mais puder pra ela, que nunca ela tenha o que pensar de mim, sabe. Porque eu penso, amanhã ou depois ela tem um namorado, e qualquer coisa eu ir repreender ela né, vamos dizer, chamar atenção né. Ela vai dizer, não mãe, tu também tem. O meu medo é esse sabe. Que daí um dia eu perca minha autoridade pra ela. Então é isso aí que me segura bastante sabe” (Isabel, 51 anos).

O relato de Isabel, além de resgatar o discurso de valorização da viúva de respeito, também remete a um modelo histórico clássico de viuvez. Segundo Cavallo; Warner (1999), durante o período medieval e moderno na Europa, uma viúva que quisesse ficar com os seus filhos deveria ceder sua herança em prol de sua prole e também não deveria casar-se novamente. Dessa forma, a mulher poderia assumir uma posição de maior poder dentro da família conservando seus papéis como gerenciadoras das propriedades da família – um papel que dava à mulher responsabilidade, autoridade e presença na esfera pública.

Este modelo possui semelhanças com a situação vivida pelas mulheres deste contexto rural. Observa-se que as viúvas da comunidade de Bela Vista, depois da realização do inventário, mantêm-se como donas da sua parte da propriedade. Isso lhes confere certo poder

em relação aos filhos e autoridade frente às suas decisões. Essas questões serão aprofundadas na próxima categoria intitulada “As relações familiares”, porém, há de se observar que elas também têm relação com a opção pelo não recasamento e representam uma forma de manter uma certa estrutura de controle sobre as mulheres.

Um detalhe observado no contexto pesquisado que reforça a idéia de que as mulheres viúvas não têm a inclinação de casarem novamente é o significado atribuído a cuia de chimarrão da viúva⁶, que deve ser pequena. A roda de chimarrão na cultura rural local é uma forma de unir as pessoas, para conversar, sendo assim um símbolo de comunicação e diálogo. Raquel (58 anos) reclama que seu esposo preferia ir beber na bodega depois do trabalho ao invés de ir para a casa tomar chimarrão com a família. Assim, observa-se uma crítica ao marido que não soube valorizar o símbolo do chimarrão e não assumiu o seu significado de interação. Os trechos dos diários de campo elucidam de forma mais clara as situações em que se falou sobre a “*cuia de viúva*”.

“Depois de vermos as fotos tomamos chimarrão com algumas bolachinhas. Ana disse que a sua cuia era de viúva, era pequena para uma pessoa só tomar. Contou-me que não gosta de tomar chimarrão sozinha e que trocou a cuia por uma pequena depois que o esposo faleceu. Sentamos no lado de fora da casa, pois o dia estava muito quente” (Diário de Campo, 31/10/2003).

“Surge novamente a situação da cuia da viúva durante a visita a casa de Raquel. Quando ela foi fazer o chimarrão, pegou uma cuia grande. Rute olha e comenta que aquela não é cuia de viúva. Raquel mostra então uma cuia pequena. Rute diz que esta cuia é de viúva. Raquel diz que comprou a cuia grande porque a filha e a nora sempre tomam chimarrão com ela de manhã” (Diário de Campo, 19/07/2004).

⁶ Bebida típica do Estado do Rio Grande do Sul servida na cuia, um recipiente feito a partir do porongo (fruto da cueira), na qual é colocada erva-mate e água quente. A bebida é tomada através de uma bomba. Observar as ilustrações do anexo D.

Assim, percebe-se que uma das formas do discurso antigo, que seria prescritivo do não casamento, é a “*cuia da viúva*”. Através do símbolo da cuia de chimarrão, entende-se que se a cuia é pequena a mulher não tem mais o companheiro para tomar o chimarrão. E, assim deve permanecer, adquirindo apenas uma cuia maior se for para tomar o mate com a família.

Assim, há a expressão da possibilidade do namoro, porém a não admissão do recasamento, apresenta-se como um ponto de concordância entre este estudo realizado no Rio Grande do Sul e as pesquisas de Alda Britto da Motta (2002-a; 2002-b) realizadas na Bahia. Ao exibir os dados de suas pesquisas, revela que a não admissão de recasamento é quase total entre os sujeitos de suas pesquisas. Dentre os motivos de não aceitação, destacam-se:

a concepção de que o casamento é uma experiência a acontecer uma vez na vida, seja no caso de felicidade anterior ou descrença de encontrarem outro homem tão bom quanto o que tiveram, seja pelo reconhecimento, ainda que tardio, de uma subordinação ou opressão vividas no casamento, que não querem repetir (2002-b, p. 8).

5.3.7 AS RELAÇÕES FAMILIARES

Na maioria das vezes, como já foi referido, as mulheres viúvas moram com um dos filhos homens, na mesma casa, porém com peças independentes e demonstram-se satisfeitas com esta condição de vida. Elas, em seus discursos, revelam que se sentem seguras e protegidas com a proximidade das relações com filhos e noras. Quando os netos moram na mesma unidade doméstica, as mulheres atribuíram um significado positivo a essa convivência. Sabe-se que nem sempre o fato dos idosos viverem com os filhos é garantia de prestígio e de ausência de violência, contudo observa-se que nesta comunidade as relações familiares são sentidas como satisfatórias pelas mulheres entrevistadas.

Com a situação da viuvez ocorrem mudanças no que tange ao trabalho e renda da mulher neste contexto rural. A mulher viúva passa a receber a pensão do esposo e sua aposentadoria. Na maioria das vezes, após o falecimento a família providencia o inventário. Assim, dividem as terras e, geralmente, os filhos passam a cultivar as terras pertencentes à viúva e pagando a ela o arrendamento. Observa-se que essa situação gera um empoderamento da viúva que passa a ter a sua parte de terra, assumindo um importante papel na família. No caso de Eunice, ela explicita essa situação referindo-se à sua autoridade.

“Aí eles fizeram lá até que tô viva eu que mando né. Mas cada um tem o pedaço dele lá. Até que eu tô viva eu que mando. [...] Eles tão me pagando um arrendamentozinho né” (Eunice, 63 anos).

Contudo, percebe-se que a viúva parece ter receio de explorar os filhos quando arrenda sua parte das terras. Nota-se na fala de Raquel o cuidado para não abusar dos filhos na situação de arrendamento de sua terra. Segundo Britto da Motta (2003), as relações familiares são constituídas por elementos de solidariedade e conflito, além de conterem momentos de ambivalência e ambigüidade.

“Tenho a pensão dele e a aposentadoria. E ganho o arrendamento ali da terra. É pouco mas a gente... Eu não vou cobrar dos filho né mundera, eles dão o que eles podem me dar eles me dão” (Raquel, 58 anos).

Pode-se pensar que a ligação entre essa mulheres e seus filhos baseia-se em uma relação de troca entre dar e receber. O equilíbrio da relação da viúva com a família parece estar fundamentado no tripé formado pelos seguintes fatores: morar com o filho e a nora e receber atenção e cuidado, arrendar suas terras para o filho cultivar e, ainda auxiliar no cuidado dos netos.

A família, dessa forma, pode ser entendida como uma rede de suporte social. Observam-se algumas funções das redes de relações e suporte social nos “acordos reais ou aparentes” (BRITTO DA MOTTA, 2003, p. 10) estabelecidos entre a viúva e os filhos, dentre elas destacam-se: dar e receber apoio emocional; permitir às pessoas crer que são cuidadas amadas e valorizadas; dar-lhes garantias de que pertencem a uma rede de relações comuns e mútuas; auxiliar as pessoas a encontrarem sentido nas experiências de desenvolvimento, neste caso a situação da viuvez (NÉRI, 2001).

Debert (1999-b) refere que há trabalhos que buscam relativizar a importância das relações familiares para o bem-estar na velhice, enquanto outras pesquisas enfatizam sua importância na assistência ao idoso e na sua expectativa em relação à velhice. Em Bela Vista, percebe-se que as relações familiares são fundamentais para o cuidado das idosas, sendo este considerado um ponto de equilíbrio das relações o qual proporciona satisfação. Essa situação é ilustrada pelo depoimento de sogra e nora que foram entrevistadas.

“Mas depois eu vim morar com ela, no fim a nora que fica com ela sou eu (risos). [...] ela diz que sou mais que uma filha, porque as filhas não dão a ajuda que eu dou pra ela. Faz 40 anos já que eu moro com ela, e continuo cuidando dela. Daí ela me ajudou a cuidar os filhos, também né, mas no começo ela resmungava um pouco” (Lia, 61 anos).

“Estes aqui (filhos) da Lia é tudo, fico doente eles me levam ao médico, fazer exame de sangue de tudo. Outro dia a Lia, porque eu não tava muito boa, tinha medo que me desse ainda aquela coisa da cabeça, então ela me levou no médico. Gastaram 1400 só de exame, e eles os netos pagou tudo e ninguém pia” (Sara, 94 anos).

No discurso de Sara, ainda observa-se que a mulher passa a ocupar um lugar de destaque numa escala de poder na velhice e com a condição da viuvez. Ao dizer que

“ninguém pia” referindo-se a postura dos netos quando se trata da sua saúde, Sara demonstra com clareza que ocupa uma posição de respeito na família.

A relação sogra-nora mostra-se muito importante no contexto familiar da mulher viúva. Esta relação parece menos conflituosa do que enuncia o senso comum. O fato da mulher idosa morar com um de seus filhos faz com que, com o avançar da idade quem venha a ser sua cuidadora seja a sua nora. Essa situação é própria do contexto rural e difere do meio urbano, onde comumente quem cuida dos pais idosos é uma filha mulher.

Segundo Louro (1990), essa situação tem relação também com aspectos da cultura dos imigrantes italianos. As responsabilidades que as mulheres assumem com relação à casa implicam na manutenção das condições materiais deste espaço como alimentação, vestuário, saúde, etc., bem como no zelo de todos que ali convivem. Ao casar, a mulher passa para a família do marido e é comum que esta se comprometa com os cuidados dos sogros. Sara, em seu relato, enfatiza a importância que atribui ao relacionamento com a nora.

“E esta ali casou e ficou e mais, quase quarenta ou mais ano que ela tá comigo. Sempre se demo bem, sempre. Ela é mais do que uma mãe. Tu vê que ela me puxa pra cá, pra lá nesta gaiota (cadeira de rodas) (risos). Deus o livre que tudo tivesse uma nora assim” (Sara, 94 anos).

Observa-se, também, a proximidade dessa relação no discurso de Dalila, que revela ter preenchido um papel que antes era executado pelo marido, pela nora.

“Nunca um segredo que me contasse eu não guardava só comigo eu contava pra ele né. E às vezes a gente pensa né. Mas agora eu pra nora conversemo tudo também” (Dalila, 65 anos).

Ao contrário do que se percebe historicamente, a viúva nesse contexto não representa um peso para a família, pelo contrário, passa a ocupar um lugar que lhe confere poder e autonomia. A viuvez, apesar da tristeza de ter perdido o esposo, configura-se de forma relativamente boa para a mulher, que curte os momentos de liberdade, autonomia e cuidado que recebe dos familiares. Cabe ressaltar que o relacionamento satisfatório com a família está baseado nas relações de suporte e troca estabelecida entre a viúva e seus familiares.

5.3.8 “APRENDER IR AO BANCO”

A situação de viuvez gera uma série de mudanças e por isso exige adaptação a situações novas. Na verdade, o que ocorre com a viúva é uma aprendizagem forçada, pois ela tem que se adaptar a um modo de vida diferente. As mudanças provocadas pelo evento da viuvez na vida de uma mulher relacionam-se ao fato da mulher perder o companheiro que desempenhava uma série de papéis na relação de complementaridade vivida pelo casal. Segundo Parkes (1996), “a perda de um marido, por exemplo, pode significar a perda de um parceiro sexual, companheiro, contador, jardineiro, e assim por diante, dependendo dos papéis particulares normalmente executados por este marido” (p.8). Lia em seu discurso destaca a necessidade de aprender a desempenhar papéis que eram exercidos pelo marido.

“Ah, tive que aprender ir no banco e coisa, atrás de negócios dele que sempre fazia empréstimo nos banco pra fazer plantação. Daí então eu tive que ir junto com o meu filho. Quanta coisa que ele tinha programado e coisa. Daí as primeira coisa no banco já tinha que ir. Mas no resto a gente, os filho mais velho já sabiam alguma coisa dos negócio das lavoura né, depois vem agrônomo que vem todos os dia e explicam isso e aquilo. Vai aprendendo sem querer” (Lia, 61 anos).

Com a viuvez, a mulher passa a sentir a necessidade de aprender novos papéis sem o suporte da pessoa em quem confiava. Assim, ela é forçada pelas circunstâncias a assumir novos papéis (Lopata, 1973). Mas, a necessidade de realizar essas aprendizagens não é uma tarefa fácil, especialmente em um tempo em que outras pessoas na família, principalmente filhos, também estão enlutadas e precisando de suporte (PARKES, 1996).

Aprender a lidar com questões financeiras foi um dos principais papéis novos assumidos pelas mulheres viúvas de Bela Vista. Esse fato está relacionado ao próprio padrão do relacionamento conjugal, em que o dinheiro era administrado exclusivamente pelos homens. Dessa forma, na ausência do esposo, a mulher apresenta falta de familiaridade para lidar com as questões que envolvem as finanças, e aprender a tratar do dinheiro configura-se como um grande desafio para a viúva. Um dos exemplos mais citados pelas mulheres sobre suas aprendizagens refere-se ao fato de ir ao banco. Isabel, ao relatar que aprendeu a lidar com as questões financeiras, demonstra as dificuldades iniciais de enfrentar o desconhecido e também critica sua postura “*descansada*” enquanto era casada.

“Eu tive de aprender a lidar no banco, que eu não sabia né. (riso). Daí eu tive que começar a lidar. Mais gente, eu me sentia mal, eu nunca lidei com isso antes. E daí lidar com bloco, essas coisa né, também. Tive de aprender a lidar. Com firma, essas coisa, tu vai lá vender, tu vai lá entregar, tu vai tudo, eu tive de aprender. Hoje eu já tenho o filho que faz né, mas eu tive de aprender. Coisa que eu não sabia, não tinha nem idéia né. Porque eu era aquela descansada né. E a mulher eu acho que não pode ser assim, tão dependente né. Não pode” (Isabel, 51 anos).

Rute, em sua fala, enfatiza que ao vencer os desafios impostos pela perda do esposo em práticas da vida cotidiana, como ir ao banco, aprendeu a viver. De acordo com Hoonard (2001) as mulheres viúvas ao executarem novas tarefas aprendem também que podem viver

sem os esposos. Além disso, elas descobrem novas partes do seu eu. Em parte é a aprendizagem das novas necessidades oriundas da situação de viuvez que proporciona às mulheres a sensação de satisfação e crescimento pessoal.

“Se eu conto que os primeiros tempos ali que ele faleceu, eu ia a Passo Fundo pra receber, eu chegava eu só dizia assim, hoje eu vou morrer sozinha, hoje eu vou morrer. Às veiz eu enfrentava fila do banco, quando tinha dois pra chegar na caixa, eu me dava aquele negócio, eu saía rua a fora, o primeiro táxi que eu achava eu pegava e vinha pra casa. E agora eu aprendi a viver, agora eu faço os meus negócio sozinha, vou a Passo Fundo, faço sozinha, eu aprendi a viver!! Porque eu não sabia viver, eu era dependente” (Rute, 61 anos).

Portanto, apesar da dificuldade de aprender certos papéis e realizar novas atividades em sua vida, percebe-se que a mulher tem a oportunidade de assumir uma posição de poder em um novo espaço. Muitos relatos sobre as mudanças em suas vidas depois da perda do esposo remetem ao prazer de administrar seu dinheiro de acordo com as suas vontades. Assim, se pode caracterizar a viuvez na velhice como um processo, muitas vezes sofrido, de desenvolvimento de novas habilidades, porém, significante de liberdade e autonomia para a mulher numa etapa tardia de sua vida.

CONSIDERAÇÕES

A análise das histórias de vida das mulheres e das categorias que emergiram das entrevistas, bem como as observações realizadas na comunidade de Bela Vista, revelaram elementos que indicam como as mulheres aprendem a ser viúvas no meio rural. A situação da viuvez traz a necessidade da mulher adaptar-se à vida sem o esposo, tanto em termos práticos como de identidade.

Assim, as viúvas constroem suas experiências a partir das mudanças que acontecem em suas vidas. Elas aprendem a assumir novos papéis na família, a desempenhar novas funções que antes eram executadas pelo esposo, como por exemplo, ir ao banco, aprendem a passar o tempo de forma diferente e menos voltada ao domínio do lar. Estas aprendizagens são mediadas pela ação dos diferentes discursos que perpassam a comunidade e podem ser identificados como o discurso do imigrante italiano, o discurso da viúva tradicional, o discurso do DATI, entre outros. Estes tornam-se evidentes na fala das mulheres, tanto nas situações de entrevista quanto nas conversas informais.

Outro aspecto importante é o fato que as mulheres entrevistadas aprendem a ser velhas e viúvas em um cenário de mudanças do modo de produção rural, que alteram as maneiras de ser mulher e de seus relacionamentos, e de surgimento de novos discursos sobre

o envelhecimento e de significados atribuídos a esta etapa da vida. Assim, percebe-se que através destes discursos as viúvas definem e constroem a sua realidade social.

As duas gerações de mulheres entrevistadas revelaram aspectos diferentes no que toca à vivência do envelhecimento e da viuvez. A geração de “velhas-velhas” quando tinha por volta dos 60 anos, média de idade da geração das “velhas-jovens” entrevistadas, mostraram ter vivenciado esta etapa de suas vidas de forma diferente. Observa-se que o discurso de trabalho para as mais velhas é muito mais forte e marca mais intensamente a sua velhice. Para as “velhas-jovens” os discursos de diversão, de prazer e de atividade já estão muito mais fortes, enquanto o discurso do trabalho tem uma presença menos intensa no presente.

As mudanças no processo produtivo que, por um lado excluem as mulheres de parte do trabalho agrícola e por outro lado as “*liberam*” para a realização de outras atividades, como a participação no DATI, ensinam às mulheres mais velhas outras possibilidades de ser viúva. O discurso promovido pelo DATI, percebido como espaço público e exclusivo das mulheres, prescreve a atividade e diversão como elementos de bem-estar. Assim, apresentam-se novas possibilidades de viver a viuvez e a velhice, embora, outros princípios geradores das condutas ainda estão presentes, produzindo um campo de forças entre discursos antigos que aparecem marcados pela cultura dos imigrantes e discursos novos que assinalam as mudanças no meio de produção rural e o surgimento do discurso científico gerontológico.

É nessa arena de produção de significados que as mulheres idosas viúvas vão construindo as suas experiências. O conflito dos discursos concorrentes faz com que a mulher viúva se identifique com certas posições e dessa forma constitui-se como um processo de

aprendizagem. Nesse sentido, observa-se que alguns habitus mais antigos permanecem mais enraizados na conduta dos sujeitos, enquanto outros vão mudando com mais facilidade.

Assim, observa-se que elas fazem movimentos em suas posturas, como, por exemplo, assumem o papel de sair de casa e serem ativas, porém rejeitam outras condutas, como dançar com homens. Estes novos discursos não são simplesmente promovidos e ditos, mas eles carregam os elementos da normatização e da cobrança, personificados na figura da coordenadora do grupo.

Portanto, as mulheres interpretam e vivem uma situação nova enquanto prazerosa porque o discurso lhes autoriza. Mais do que autorizar ele pode cobrar que elas sintam prazer e assim criam-se as expectativas de sentimentos, atitudes, comportamentos e valores. Criam-se novas “*verdades*” e o sentimento de prazer é cobrado.

Nesse sentido, cabe ressaltar que o discurso científico também não é neutro, e fala de valores da época na qual foi produzido. Ele também é um discurso que constrói comportamentos. Um exemplo desta situação refere-se à produção de comportamentos gerados pelas teorias gerontológicas, dentre elas a teoria da atividade. Assim, pode-se dizer que o discurso novo, no caso sobre o envelhecimento, é um discurso autorizado e promovido pela ciência. Da mesma forma, lembramos que os estudos da viuvez já tiveram essa perspectiva de autorizar e fortalecer certos comportamentos como corte ou manutenção dos vínculos.

Em relação aos novos relacionamentos da mulher viúva, alguns elementos apontam para o não casamento. Dentre eles destacam-se os discursos dos filhos que se mostram

contrários aos casamentos de suas mães; o discurso da “*cuia de viúva*” ser pequena, pronunciado pelas próprias mulheres e que indica sua escolha de não compartilhá-la com outro companheiro; e por fim, o discurso da atividade que autoriza a mulher viúva, através da produção de novas práticas para os sujeitos mais velhos, a viver momentos de maior liberdade e divertimento.

Assim, a partir do jogo de significações que se estabelece partindo do conflito entre os discursos que circulam na comunidade, observa-se a produção de elementos que estruturam e dão sentido a vivência da viuvez. Dentre eles destacam-se as relações de autoridade e dependência construída nas famílias, as aprendizagens a partir de novas convivências e a constituição de uma maior autonomia e liberdade.

Referências:

BARROS, Regina Duarte Benevides; CASTRO, Adriana Miranda. Terceira Idade: o discurso dos experts e a produção do “novo velho”. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, Porto Alegre, v.4, p. 113-124. 2002.

BECKER, Howard. A História de Vida e o Mosaico Científico. In:_____. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 101-116.

BERGER, Peter; LUCKMAN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2004.

BERNARDES, Anita Guazzelli; HOENISCH, Júlio César Diniz. Subjetividade e Identidades: possibilidades de interlocução da Psicologia Social com os Estudos Culturais. In: GUARESCHI, Neuz Maria de Fátima; BRUSHI, Michel Euclides (orgs.). **Psicologia social nos estudos culturais**: perspectivas e desafios para uma nova psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 95-126.

BIOLCHI, Marilza Aparecida; SCHNEIDER, Sergio. A Previdência Social e seus impactos sociais e econômicos no meio rural do Rio Grande do Sul. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.30, n.4, p. 243-268. mar. 2003.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e o poder simbólico In: _____. **Coisas Ditas**, São Paulo: Editora Brasiliense, 1990. p. 149-168.

_____. **O poder simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOWLBY, John. **Formação e rompimento de vínculos afetivos**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRASIL. Lei 10.741, de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. In: **Diário Oficial da União**, 03 out. 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues et al. **O difícil espelho: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação**. Rio de Janeiro: IPHAN/DEPRON, 1996.

BRITTO DA MOTTA, Alda. Viúvas Alegres: uma nova/velha geração. In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002-a. p. 263-276.

_____. **Viúvas: o mistério da ausência**. 2002-b. 16p. Trabalho Inédito.

_____. **Espaço Doméstico e Gerações: disputas veladas e renúncias ambíguas**. In: XI ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE, Aracaju, 2003.

BRUMER, Anita. Mulher e Desenvolvimento Rural. In: PRESEVELOU, Clio; ALMEIDA, Joaquim. Anécio, ALMEIDA, Francesca Rodrigues (orgs.). **Mulher, Família e Desenvolvimento Rural**. Santa Maria: Ed.UFSM, 1996. p. 39-58.

_____. Qual a vocação produtiva da agricultura familiar? Globalização, produção familiar e trabalho na agricultura. In: TEDESCO, João Carlos. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 219-249.

_____. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol.12, n.1, jan.-abr. 2004. Disponível em <<http://www.scielo.com.br>> Acesso em: 10 jan. 2005.

BRUMER, Anita; GIACOBBO, Elisa Oliveira. A mulher na pequena agricultura modernizada. **Humanas**, Porto Alegre, v.16, n.1, p. 139-165, jan.-jun. 1993.

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Francisco Graziano (orgs.). **O novo rural brasileiro: uma análise estadual: Sul, Sudeste e Centro-Oeste**, v.3. Jaguariúna: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000.

CAVALLO, Sandra; WARNER, Lyndan. (eds.). **Widowhood in Medieval and Early Modern Europe**. New York: Pearson Education, 1999.

DAL'MORO, Selina Maria; Aldomar Arnaldo RÜCKERT. A Agricultura no processo de desenvolvimento no Planalto Médio rio-grandense. In: SILVA, Ana Maria Radaelli. et al. (orgs.). **Estudos de geografia regional: o urbano, o rural e o rurano na região de Passo Fundo**. Passo Fundo: UPF, 2004. p. 26-68.

DEBERT, Guita Grin. Envelhecimento e curso de vida. **Revista de Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p. 120-128. 1997.

_____. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: BARROS, Mirian Lins (org.). **Velhice ou Terceira Idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 49-68.

_____. **A Reinvenção da Velhice:** socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da USP, 1999-a.

_____. A construção e a reconstrução da velhice: família, classe social e etnicidade. In: NERI, Anita Liberalesso; DEBERT, Guita Grin (orgs.). **Velhice e Sociedade**. Campinas: Papirus, 1999-b. p. 41-68.

DOLL, Johannes. Viuvez: processos de elaboração e readaptação. In: PY, Ligia (org.). **Finitude: uma proposta para reflexão e prática em Gerontologia**, 1999. p. 119-135.

DREHER, Martin. O Fenômeno Imigratório Alemão para o Brasil. **Estudos Leopoldenses**. São Leopoldo, v. 31, n. 142, p. 59-82, mai./jun. 1995.

EMATER/RS. **Leitura da Paisagem**. Passo Fundo, 2000. 5p.

FALCÃO, Tania. **Dor Sofrimento, Dor Encantamento:** ser viúva em camadas médias pernambucanas. Recife: UFPE, 2003. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Por uma educação básica do campo. In: ARROYO, Miguel; FERNANDES, Bernardo Mançano (orgs.). **Por uma educação básica e o movimento social do campo**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. p. 57-70. (Por uma Educação Básica no Campo, n.2)

FONSECA, Claudia. **Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação**. ANPED – Caxambu, 1998.

FREUD, Sigmund. Luto e Melancolia. In: _____. **Obras Completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1974, v. XIV. p. 275-291.

GEERTZ, Clifford. Uma Descrição Densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: _____. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1978. p. 13-41.

GIROUX, Henry, A. Praticando Estudos Culturais nas Faculdades de Educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Alienígenas na sala de aula**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 85 - 103.

GROISMAN, Daniel. A velhice, entre o normal e o patológico. **História, Ciências, Saúde, Manguinhos**, v. 9, n.1, p. 61-78. 2002.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva e a memória histórica. In: _____. **Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.22, n.2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

HECK, Rita; LANGDON, Esther. Envelhecimento, Relações de Gênero e o Papel das Mulheres na Organização da Vida em uma Comunidade Rural. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza.; COIMBRA, Carlos (orgs.). **Antropologia, saúde e envelhecimento**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002. p. 103-128.

HOONAARD, Deborah Kestin van den. **The widowed Self: the older woman's journey through widowhood**. Ontario: Wilfrid Laurier University Press, 2001.

IBGE. Censo Demográfico 2000- **Resultado do Universo**, 2002. CD-ROM.

KLASS, Dennis; SILVERMAN, Phyllis. What's the Problem? In: KLASS, Dennis; SILVERMAN, Phyllis; NICKMAN, Steven (orgs.). **Continuing Bonds: new understandings of grief**. Washington, DC: Taylor&Francis, 1996. p. 3-30.

KLASS, Dennis; WALTER, Tony. Process of Grieving: how bonds are continued. In: STROEBE, Margaret et al. (orgs.). **Handbook of Bereavement Research: consequences, coping and care**. Washington: American Psychological Association, 2001. p. 431-448.

KOVÁCS, Maria Julia (org.). **Morte de Desenvolvimento Humano**. 4. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do Eu e Educação. In: SLVA, Tomaz Tadeu (org.). **O Sujeito da Educação: Estudos Foucaultianos**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 35-86.

LINS DE BARROS, Myriam Moraes. Envelhecimento, cultura e transformações sociais. In: Py, Ligia et al. (orgs.). **Tempo de Envelhecer**. Rio de Janeiro: Nau, 2004. p. 39-60.

LLORET, Caterina. As outras idades ou as idades do outro. In: LARROSA, Jorge; LARA, Nuria Pérez (Orgs.). **Imagens do Outro**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 13-23.

LOPATA, Helena. **Widowhood in a American City**. Morristown: Schenkman Publishing Company, 1973.

_____. Widowhood and Husband Santification. In: KLASS, Dennis; SILVERMAN, Phyllis; NICKMAN, Steven (orgs.). **Continuing Bonds: new understandings of grief**. Washington, DC: Taylor&Francis, 1996. p. 149-162.

LOURO, Guacira Lopes. Lembranças de velhas colônias italianas: trabalho, família e educação. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 16, n.2, p. 33-43, jul./dez. 1990

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARRE, Jacques. História de Vida e Método Biográfico. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v.3, n.3, p. 89-141, jan./jul. 1991.

MARTINS, Vera Rejane Prestes. **Cultura, costumes e estilo de vida do idoso da zona rural de Farroupilha/RS**. Porto Alegre: PUCRS, 2001. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2001.

MERTZ, Marli. A agricultura familiar no Rio Grande do Sul – um sistema agrário “colonial”. **Ensaios da FEE**. Porto Alegre, v.25, n.1, p. 277-298, abr. 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 5. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

NÉRI, Anita Liberalesso. **Palavras-chave em gerontologia**. Campinas: Alínea, 2001.

NORONHA, Olinda Maria. **De Camponesa a “Madame”**: trabalho feminino e relações de saber no meio rural. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

NOVO TESTAMENTO, SALMOS E PROVÉRBIOS. Traduzido por João Ferreira de Almeida. Os Gideões Internacionais: 1979.

PALMA, Lucia Terezinha Saccomori. **Educação Permanente e Qualidade de Vida**: indicativos para uma velhice bem-sucedida. Passo Fundo: UPF, 2000.

PARKES, Colin. **Bereavement**: studies of grief in adult life. London: Rotledge, 1996.

PEIXOTO, Clarice. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade... In: LINS DE BARROS, Myriam Moraes (org.). **Velhice ou Terceira Idade?** Estudos Antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. p. 69-84.

PINCUS, Lilly. **A família e a morte**: como enfrentar o luto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

PORTELLA, Marilene Rodrigues. **Cuidar para um envelhecer saudável**: a construção de um processo educativo com mulheres de uma comunidade rural de Passo Fundo/RS. Florianópolis: UFSC, 1998. Dissertação (Mestrado em Assistência de Enfermagem), Faculdade de Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

_____. **Grupos de Terceira Idade**: a construção da utopia de envelhecer saudável. Passo Fundo: UPF, 2004.

RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual do Idoso. **Os idosos do Rio Grande do Sul: estudo multidimensional de suas condições de vida – Relatório de Pesquisa**. Porto Alegre: Conselho Estadual do Idoso, 1997.

ROSSINI, Rosa Ester. A modernidade tecnológica no campo aumenta a exclusão da mulher e acelera as masculinidades na força de trabalho na agricultura canavieira altamente capitalizada (área de Ribeirão Preto – São Paulo- Brasil). In: CARVALHO, Marie Jane Soares; ROCHA, Cristianne Maria Famer (orgs.). **Produzindo Gênero**. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 185-194.

SALGADO, Carmen Delia Sánchez. **Gerotología Social**. Espacio Editorial: Buenos Aires, 2000.

SANTOS, Sueli Souza. **Sexualidade e amor na velhice**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

SCHNEIDER, Sergio; NAVARRO, Zander Soares. Emprego Agrícola e Novas Formas de Ocupação no Rio Grande do Sul: uma análise a partir dos dados das PNADs de 1981 a 1997. In: CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Francisco Graziano (orgs.). **O novo rural brasileiro: uma análise estadual: Sul, Sudeste e Centro-Oeste**, v.3. Jaguariúna: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000.

SILVA, Ana Maria.Radaelli; FIOREZE, Zélia. Bases teóricas de análises atuais sobre o espaço rural e urbano na região de Passo Fundo. In: SILVA, Ana Maria.Radaelli et al. (orgs.). **Estudos de geografia regional: o urbano, o rural e o rurano na região de Passo Fundo**. Passo Fundo: UPF, 2004. p. 11-25.

SILVA, João Luis Almeida. **O idoso do município de Arambaré, RS: um contexto rural de envelhecimento**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Dissertação (Mestrado em Enfermagem), Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: ____ (org.). **Identidade e diferença: perspectiva dos estudos culturais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73 – 102.

SILVESTRE, Carlos Alberto. **Educação/Formação de Adultos: como dimensão dinamizadora do sistema educativo/formativo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

SIMON, Roger. A Pedagogia como uma Tecnologia Cultural. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Alienígenas na sala de aula**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 61-84.

STROEBE, Margaret; STROEBE, Wolfgang. Bereavement and Health: Process of Adjusting to the Loss of a Partner. In: MONTADA, Leo (org.). **Life Crisis and Experiences of Loss in Adulthood**. Hisdale: Lawrence Erlbaum, 1992. p. 3-22.

STROEBE, Margaret et al. Broken Hearts or Broken Bonds? In: KLASS, Dennis; SILVERMAN, Phyllis. NICKMAN, Steven (orgs.). **Continuing Bonds: new understandings of grief**. Washington, DC: Taylor&Francis, 1996. p. 31-45.

TAMBARA, Elomar Antonio Callegaro. **RS: Modernização e Crise na Agricultura**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

VELHO, Gilberto. **Projeto Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos. **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 23-56.

WALTER, Tony. **On Bereavement**: the culture of grief. Buckingham, Philadelphia: Open University Press, 1999.

WINKIN, Yves. Descer ao campo. In: _____. **A nova comunicação**: da teoria ao trabalho de campo. Campinas: Papyrus, 1998. p. 129-145

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença**: perspectiva dos estudos culturais. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7 – 72.

WORDEN, William. **Terapia do Luto**: um manual para os profissionais de saúde mental. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

ANEXOS

ANEXO A - Roteiro das entrevistas realizadas com as viúvas

1. O que é ser viúva para você?
2. Como se relaciona com o esposo falecido?
3. Como foi o seu casamento com o seu esposo?
4. Como era a sua vida na juventude?
5. Como foi a sua infância?

Perguntas mais pontuais – final entrevista:

1. Idade
2. Local de nascimento
3. Escolaridade
4. Profissão
5. Renda familiar
6. Religião
7. Profissão do esposo falecido
8. Ano em que o esposo faleceu
9. Idade que ele tinha
10. Idade que a viúva tinha
11. Causa da morte
12. Como foram os primeiros tempos depois que ele faleceu?
13. Teve que aprender alguma coisa que não sabia fazer depois de ter ficado viúva?
14. Tiveram filhos?
15. Idade dos filhos e onde moram?
16. Possui netos?
17. Frequência de contato com os netos

ANEXO B - Roteiro da entrevista realizada com a coordenadora do grupo de convivência

Você lembra de viúvas do tempo em que você era criança?

Como você percebe as viúvas de hoje?

Como você percebe o contato social das mulheres após a viuvez?

Que mudanças você observa na vida das mulheres da comunidade que ficam viúvas?

Você percebe diferenças nas mulheres da comunidade na sua adaptação à viuvez?

ANEXO C - Termo de Consentimento Informado

A perda do parceiro é um momento de forte impacto na vida de uma pessoa, com conseqüências em todas áreas da sua vida. Conhecendo mais as condições e os fatores em relação à este fenômeno pode-se ajudar na adaptação à nova situação.

A presente pesquisa, para os fins de dissertação de mestrado, visa estudar os processos de adaptação à viuvez de mulheres idosas no meio rural do Rio Grande do Sul. Para este fim serão realizadas entrevistas com mulheres viúvas e outros membros da comunidade do Distrito de Bela Vista, em Passo Fundo RS.

Os dados e resultados individuais desta pesquisa estarão sempre sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes dos participantes em nenhuma apresentação oral ou trabalho escrito, que venha a ser publicado.

A participação nesta pesquisa não oferece risco ou prejuízo à pessoa entrevistada. Se no decorrer da pesquisa o(a) participante resolver não mais continuar terá toda a liberdade de o fazer, sem que isso lhe acarrete qualquer prejuízo.

A pesquisadora responsável por este pesquisa é a psicóloga Caroline Stumpf Buaes, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação do Prof. Dr. Johannes Doll, professor credenciado deste programa.

Ela se compromete a esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou atender qualquer necessidade de esclarecimento que eventualmente o/a participante venha a ter no momento da pesquisa ou posteriormente, através do telefone (051) 91416073, Caroline Stumpf Buaes, ou (051) 33163423, (Faculdade de Educação/UFRGS, Johannes Doll).

Após ter sido devidamente informado de todos os aspectos desta pesquisa e ter esclarecido todas as minhas dúvidas, eu

concordo em participar desta pesquisa.

Assinatura do Participante

Assinatura da Pesquisadora

_____, ____/____/____.

ANEXO D – Ilustração da cuia e dos passos para o preparo do chimarrão.



Site consultado:
<http://www.estanciabrasil.v10.com.br/chimarrão>.
Acesso em: 20 fev. 2005.